

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E**  
**AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**Marcos Alves Fernandes**

**Escola do Sistema Socioeducativo da Rede Estadual de Minas Gerais: os desafios para relacionar a avaliação da aprendizagem às diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo numa unidade de Governador Valadares**

Juiz de Fora  
2022

**Marcos Alves Fernandes**

**Escola do Sistema Socioeducativo da Rede Estadual de Minas Gerais: os desafios para relacionar a avaliação da aprendizagem às diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo numa unidade de Governador Valadares**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edna Rezende Silveira de Alcântara

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fernandes, Marcos Alves.

Escola do Sistema Socioeducativo da Rede Estadual de Minas Gerais : As relações entre avaliação da aprendizagem e diretrizes pedagógicas para o atendimento socioeducativo numa unidade de Governador Valadares / Marcos Alves Fernandes. -- 2022.

106 f. : il.

Orientadora: Edna Rezende Silveira de Alcantara

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2022.

1. Socioeducativo . 2. Avaliação . 3. Aprendizagem. 4. Acautelado. 5. Privação de liberdade. I. Alcantara, Edna Rezende Silveira de, orient. II. Título.

**Marcos Alves Fernandes**

**Escola do Sistema Socioeducativo da Rede Estadual de Minas Gerais: os desafios para relacionar a avaliação da aprendizagem às diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo numa unidade de Governador Valadares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública

Aprovada em 12 de agosto de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Doutora em Prácticas y Analisis de los Lenguajes Artísticos/Poéticas Visuais na Universidad del Pais Vasco España/UFRS - Brasil. Edna Rezende Silveira de Alcântara - Orientador**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Doutor em Ciências Sociais e em Educação/UFJF. Wagner Silveira Rezende**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Doutora em Educação/PUC/Rio. Carla Silva Machado**

Universidade Estadual de Minas Gerais

Juiz de Fora, 21/07/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edna Rezende Silveira de Alcantara, Professor(a)**, em 15/08/2022, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Silveira Rezende, Professor(a)**, em 15/08/2022, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Silva Machado, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0878599** e o código CRC **829720FA**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho antes de tudo a Deus, louvando-o pelo sopro da vida, pelo acordar diário, pelo ímpeto de seguir em frente, de perseverar. Sendo assim, gostaria de dedicar este trabalho em especial a minha esposa, Janete Camargo Cavalcante Fernandes, e aos meus filhos, que nunca desistiram de acreditar neste sonho juntamente comigo: minha filha, agora Dr.<sup>a</sup> Giuliana Vicktória Alves Cavalcante de Moraes, meu orgulho, minha versão de mim mesmo; e meu filho, Marcos Vícktor Alves Cavalcante, em quem deposito minha confiança, acreditando no seu potencial na escolha do que ele quiser ser na vida, sabendo que ser feliz é o que importa de fato nesta vida.

Aos docentes, Edna Resende Silveira de Alcântara, Wagner Silveira Resende, Luiz Flávio Neubert e Marina Furtado Terra, por caminharem comigo e tornarem possível a minha travessia. Concluir o Mestrado é a realização de um sonho.

Sou grato a todos os amigos que diretamente cooperaram comigo, auxiliando nos estudos e na escrita desta dissertação, em especial ao Professor Fábio Junior de Souza, que me orientou constantemente sobre como fazer uma escrita acadêmica, algo que eu não fazia ideia. Também quero imensamente à Coordenadora Professora Dr.<sup>a</sup> Juliana Alves Magaldi, que me fez realmente acreditar ser possível a realização desse sonho na reta final, pela orientação e incentivos sem os quais eu não teria conseguido. Agradeço também à minha colega Ivone Fernandes, Analista Técnica de Atendimento do Centro Socioeducativo de Governador Valadares (CSE-GV), que muito contribuiu para a escrita deste texto.

Por fim, deixo aqui registrado meus sinceros agradecimentos aos Reitores dessa renomada Universidade, UFJF -, que não mediram esforços para buscar, em 2018, junto a SEE, a assinatura do aditivo que autorizou o início desse curso. Meu reconhecimento e gratidão aos Reitores dessa Universidade.

Assim, encerro citando um dos provérbios que hoje percebo o quanto é significativo para mim: “A esperança que se adia faz adoecer o coração, mas o desejo cumprido é árvore de vida” (Pv. 13:12).

Por fim, a todos, meu sincero muito obrigado!

“Avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valor ou interpretar dados quantitativos e qualitativos para obter um parecer ou julgamento de valor, tendo por base padrões ou critérios” (ROMÃO, 2003, p. 56).

## RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O caso de gestão teve como foco o desafio da avaliação mediante a implementação das diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais, em específico na Escola Estadual Marechal Floriano. O estudo mostra que as avaliações não estão em conformidade com as diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Neste sentido, nos questionamos: quais ações podem ser tomadas para o aprimoramento do processo de avaliação na Escola Estadual Marechal Floriano, visto que ela não apresenta um alinhamento entre o que as diretrizes pedagógicas preconizam para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais? O presente caso de gestão tem como objetivo geral problematizar o processo de avaliação na Escola Estadual Marechal Floriano, que compõe o sistema socioeducativo, e propor ações para minimizar as dificuldades decorrentes desta situação. O estudo apresenta os seguintes objetivos específicos: i) descrever o processo de avaliação na Escola Estadual Marechal Floriano e os problemas dele resultantes; ii) analisar as dificuldades de gestão da avaliação da escola em regime socioeducativo; e iii) propor um plano de intervenção com ações para os problemas decorrentes da avaliação na Escola Estadual Marechal Floriano. Para tanto, utilizamos, como referencial teórico para discutir sobre a avaliação no processo educativo, as análises de Vasconcellos (2014), Hadji (2011), Lück (2011), Almeida (2009) e Perrenoud (2009), que abordam o tema avaliação para embasar o tema no estudo. Já para entender o sistema socioeducativo, bem como se processa a avaliação nesse sistema, apresenta-se: Corrêa (2010), Fogaça (2015) e Soares (2020). A metodologia utilizada neste estudo foi a qualitativa, sendo que, para a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas e questionários. Conclui-se, então, que a avaliação na escola em estudo não se encontra em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais e que ações precisam ser executadas para, assim, os alunos serem avaliados de forma mais qualitativa e personalizada, valorizando a análise da trajetória percorrida pelos alunos na instituição.

Palavras-Chave: Diretrizes pedagógicas. Sistema Socioeducativo. Avaliação.

## ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master's Degree in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Evaluation of Education at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case focused on the challenge of evaluation through the implementation of pedagogical guidelines for socio-educational care in the State of Minas Gerais, specifically at Escola Estadual Marechal Floriano. The study shows that the assessments do not comply with the pedagogical guidelines for socio-educational care in the State of Minas Gerais. In this sense, we ask ourselves: what actions can be taken to improve the evaluation process at Escola Estadual Marechal Floriano, since it does not present an alignment between what the pedagogical guidelines advocate for socio-educational care in the State of Minas Gerais advocate? The present management case has the general objective to problematize the evaluation process at the Escola Estadual Marechal Floriano, which makes up the socio-educational system, and to propose actions to minimize the difficulties arising from this situation. The study has the following specific objectives: i) to describe the evaluation process at Escola Estadual Marechal Floriano and the resulting problems; ii) to analyze the difficulties of managing the evaluation of a school in a socio-educational regime; and iii) propose an intervention plan with actions for the problems arising from the evaluation at Escola Estadual Marechal Floriano. Therefore, we use, as a theoretical framework to discuss evaluation in the evaluation process, the analyzes of Vasconcellos (2014), Hadji (2011), Lück (2011), Almeida (2009) and Perrenoud (2009) address the topic evaluation to support the topic in the study. In order to understand the socio-educational system, as well as the evaluation process in it, Corrêa (2010), Fogaça (2015) and Soares (2020) are presented. The methodology used in this study will be qualitative, and for the field research, interviews and questionnaires were carried out. It is concluded, then, that the evaluation in the school under study is not in line with the pedagogical guidelines for educational service of the socio-educational system in the state of Minas Gerais, and that actions need to be carried out so that students are evaluated in a more qualitative way. and individual, valuing the analysis of the trajectory taken by the students in the institution.

Keywords: Pedagogical guidelines. Socioeducational System. Evaluation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema de garantia de direitos .....	18
Figura 2 - Foto Aérea do Centro Socioeducativo .....	25

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de adolescentes admitidos em 2015.....	33
Gráfico 2 - Período de ingresso em 2015 .....	33
Gráfico 3 - Perfil etário dos alunos que ingressaram em 2015.....	33
Gráfico 4 - Matrículas de 2015: Ensino Fundamental.....	34
Gráfico 5 - Matrículas de 2015: Ensino Médio .....	35
Gráfico 6 - Distorção idade-série/idade: Ensino Médio .....	35
Gráfico 7 - Tempo total no Centro em meses: Ensino Fundamental .....	36
Gráfico 8 - Tempo total no Centro em meses: Ensino Médio.....	36
Gráfico 9 - Matriculados em 2016.....	38
Gráfico 10 - Período e etapa de ingresso em 2016 .....	39
Gráfico 11 - Perfil etário: Ensino Fundamental alunos de 2016 .....	39
Gráfico 12 - Perfil Etário: Ensino Médio alunos de 2016 .....	40
Gráfico 13 - Último ano escolar cursado antes da entrada no sistema pelos ingressos em 2016.....	40
Gráfico 14 - Desfasagem Idade/série em 2016.....	41
Gráfico 15 - Tempo total no Centro: em meses em 2016.....	41
Gráfico 16 - alunos Matriculados em 2017 .....	44
Gráfico 17 - Ingressos por semestre e etapa em 2017 .....	44
Gráfico 18 - perfil etário dos alunos em 2017 .....	45
Gráfico 19 - Último ano escolar cursado antes da entrada no sistema pelos ingressos em 2017 .....	45
Gráfico 20 - Desfasagem Idade/Série em anos matriculados em 2017 .....	46
Gráfico 21 - Tempo total no centro em meses em 2017.....	46
Gráfico 22 - Alunos Matriculados em 2018 .....	48
Gráfico 23 - Ingressos por semestre e por etapa em 2018.....	48
Gráfico 24 - Perfil etário: Ensino Fundamental alunos de 2018 .....	49
Gráfico 25 - Último ano escolar cursado antes da entrada no sistema pelos ingressos em 2018 .....	49
Gráfico 26 - Defasagem Idade/Série em anos em 2018 .....	50
Gráfico 27 - Tempo total no Centro: em meses em 2018.....	50

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Servidores do CSE .....	26
Quadro 2 - Servidores da escola pesquisada - 2019 .....	31
Quadro 3 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2015 .....	31
Quadro 4 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2016 .....	36
Quadro 5 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2017 .....	41
Quadro 6 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2018 .....	47
Quadro 7 - Quais as maiores dificuldades em se trabalhar em uma instituição socioeducativa? .....	67
Quadro 8 - Quais os pontos positivos da instituição socioeducativa? .....	68
Quadro 9 - Como é o processo de avaliação da aprendizagem do educando na instituição de ensino? .....	70
Quadro 10 - Nível de concordância ou discordância em relação às afirmativas .....	71
Quadro 11 - Grau de concordância dos entrevistados .....	76
Quadro 12 - Formação de professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem .....	84
Quadro 13 - Reuniões bimestrais entre gestor, supervisor e professores para elaboração de um plano de avaliação .....	86
Quadro 14 - Palestras com os educandos sobre o processo avaliativo na instituição socioeducativa .....	87
Quadro 15 - Palestras com assistente social e psicólogo .....	89

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASB	Auxiliar de Serviços de Educação Básica
ATB	Auxiliares Técnico Administrativo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CSE	Centro Socioeducativo
CSE- GV	Centro Socioeducativo de Governador Valadares
EC	Estudo de Caso
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEMF	Escola Estadual Marechal Floriano
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MG	Minas Gerais
MGS	Minas Gerais Administração e Serviços SA
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Plano de Ação Educacional
PIA	Plano Individual de Atendimento
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RA	Relatório Avaliativo
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SRE	Superintendência Regional de Educação
Sesp	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Simade	Sistema Mineiro de Admissão Escolar
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Suase	Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>A AVALIAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CONSOANTE ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS .....</b>	<b>17</b>
2.1	O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO .....	17
2.2	O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MINAS GERAIS.....	19
<b>2.2.1</b>	<b>A Escola Estadual “Marechal Floriano” .....</b>	<b>24</b>
2.2.1.1	Um pouco da trajetória discente .....	26
2.2.1.2	As primeiras avaliações .....	27
2.2.1.3	Problemas Internos .....	29
<b>3</b>	<b>UMA ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MINAS GERAIS CONSOANTE ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS .....</b>	<b>56</b>
3.1	DIFICULDADES DE DESENVOLVER AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MINAS GERAIS CONSOANTE ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	56
<b>3.1.1</b>	<b>Problemas no processo de avaliação da Escola Estadual Marechal Floriano: uma análise crítica .....</b>	<b>57</b>
3.2	METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO .....	62
3.3	AVALIAÇÃO ESCOLAR: PONTOS E CONTRAPONTO .....	65
<b>3.3.1</b>	<b>Avaliação em contexto socioeducativo.....</b>	<b>66</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Avaliação formativa <i>versus</i> avaliação somativa.....</b>	<b>69</b>
3.3.2.1	A avaliação da aprendizagem .....	69
3.3.2.2	A avaliação da avaliação .....	73
3.3.2.3	A avaliação nos moldes das diretrizes.....	77
3.3.2.4	A avaliação e o papel do gestor .....	80
<b>4</b>	<b>PLANEJAMENTO PARA AVALIAÇÕES EM CONSONÂNCIA ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>83</b>
4.1	FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	84

4.2	REUNIÕES BIMESTRAIS ENTRE GESTOR, SUPERVISOR E PROFESSORES PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AVALIAÇÃO.....	85
4.3	PALESTRAS COM OS EDUCANDOS SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO NA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA .....	87
4.4	PALESTRAS COM ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS .....	88
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro entrevista com a supervisora da Escola Estadual Marechal Floriano.....</b>	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE B – Questionário com os professores da Escola Estadual Marechal Floriano .....</b>	<b>102</b>
	<b>ANEXO 1 - ATA Nº 227 DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL FLORIANO .....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para início deste estudo, é importante contextualizar o leitor de que ele acontece em uma instituição de ensino socioeducativa em Governador Valadares/Minas Gerais (MG), que atende a adolescentes que cometeram atos infracionais e encontram-se acautelados em cumprimento de medida socioeducativa.

Um dos principais assuntos em pauta quando se trata de escolas que atendem em sistema socioeducativo é a avaliação. Tal situação gera vários desafios à gestão escolar. Ademais, o processo de avaliação em instituições de ensino regulares nem sempre ocorre da maneira como as diretrizes pedagógicas preconizam e, em uma instituição de ensino socioeducativa, esses mesmos problemas acontecem de forma ainda mais latente. Por conseguinte, tais problemas precisam ser constantemente analisados e revisados, pois impõem vários desafios à gestão dessas escolas. O problema central é a falta de alinhamento entre o que as diretrizes pedagógicas preconizam para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais e como elas são efetuadas na Escola Estadual, que denominaremos, com o nome fictício, de Marechal Floriano.

Considerando-se tal prerrogativa, o presente estudo tem como foco a avaliação em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, em específico na cidade de Governador Valadares, na Escola Estadual Marechal Floriano (EEMF).

De acordo com Bobbio (2001), avaliar é uma ação corriqueira e espontânea, realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações de indivíduos ou grupos e faz parte de uma instituição que atende em um sistema socioeducativo.

Dentre os diversos problemas vivenciados pela Escola Estadual Marechal Floriano, a de maior destaque e relevância é a avaliação. Isso pode ser verificado na fala do professor de Língua Portuguesa, ao afirmar que “as diretrizes preconizam aspectos formativos que condizem com a realidade dos educandos, que a escola atende”<sup>1</sup>, demonstrando entendimento do que está proposto. Já a fala do professor de História apresenta outro entendimento, que se distancia do proposto na legislação: “Avaliação deve ser baseada em conhecimento programático, senão perde o foco, para que ensinar se depois não iremos medir?”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ata de reunião de 18/08/2015.

<sup>2</sup> Ata de reunião de 22/09/2015.

Apesar de já se haver os estudos de Vasconcellos (2014), Hadji (2011), Lück (2011), Almeida (2009) e Perrenoud (2009) sobre esse tema, ainda não se encontrou uma solução para essa problemática, mesmo após 2017, quando foram implantadas as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, a pergunta norteadora definida para este estudo é: considerando a efetuação, como o processo de avaliação pode ser aprimorado na Escola Estadual Marechal Floriano e quais ações podem ser tomadas, visto que ela não apresenta alinhamento entre o que as diretrizes pedagógicas preconizam para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

Sendo assim, a realização do presente estudo justifica-se por três motivos: O primeiro, por razão pessoal: sou formado em licenciatura plena em Português/Inglês, mas exerci a função de gestor na Escola Estadual Marechal Floriano de junho de 2015 a fevereiro de 2019. Sendo assim, desenvolver ações relacionadas à avaliação, em um contexto socioeducacional, é algo que sempre me chamou a atenção, já que vivenciei essa realidade. O segundo está relacionado ao caráter social representado: desenvolver um estudo sobre esse assunto possibilita apresentar as dificuldades enfrentadas pelo processo de avaliação, situação comum a várias instituições de ensino, mas que ganha notoriedade quando se trata de uma instituição que atua em regime socioeducativo. O terceiro deve-se à pouca discussão acadêmica em relação ao tema. Quando se trata de gestão, para mim, o assunto é muito importante, já que tenho estreita relação com a temática. Durante o tempo em que estive na escola, percebi que, embora tenha sido elaborado pelo estado um documento com Diretrizes Pedagógicas a serem implementadas nas escolas que funcionam nos Centros Socioeducativos (CSE), a partir do ano de 2017 (MINAS GERAIS, [2017]), a avaliação diagnóstica sugerida nas Diretrizes não é executada como preconizada no documento norteador. Assim, na função de gestor da escola, percebi que o grande desafio é a forma correta de avaliar esses adolescentes que chegam ao Centro socioeducativo com intermitência e volatilidade, pois, além de apresentarem defasagem no ensino-aprendizagem e idade/ano, demonstram que não conseguiram assimilar a aprendizagem adequada.

Para alcançar os objetivos aqui propostos e escrever sobre o tema avaliação consoante às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, faz-se necessário contextualizar o seu surgimento. Sendo assim, é preciso adentrar no processo de municipalização de escolas de Ensino Fundamental. Para subsidiar a discussão sobre o processo de avaliação nos sistemas socioeducativos no Brasil e em Minas Gerais, foram utilizados estudos diversos. Dentre eles, estão, como referencial teórico para sustentar a discussão sobre descentralização e municipalização do ensino, as análises de Vasconcellos (2014), Hadji (2011), Lück (2011), Almeida (2009) e Perrenoud (2009). Esses

autores abordam o tema avaliação, que embasa este estudo. Já para entender o sistema socioeducativo, bem como ali se processa a avaliação, apresentam-se os estudos de Corrêa (2010), Fogaça (2015) e Soares (2020).

A metodologia utilizada é o estudo de caso (EC), com uma abordagem qualitativa, que permite um maior aprofundamento do problema proposto. Foram utilizados entrevistas e questionários para coletar as informações que foram analisadas no estudo, a fim de compreendermos as motivações e as percepções dos envolvidos no processo de avaliação da aprendizagem dos educandos atendidos na instituição socioeducativa, assim como para captar as experiências dos professores, pedagogo, dentre outros membros envolvidos no processo referente à avaliação.

O estudo está organizado em cinco capítulos. Além do primeiro capítulo, que configura-se como a introdução deste trabalho, e do quinto, que consiste nas considerações finais, o texto apresenta mais três capítulos: um de cunho descritivo, um analítico e, por fim, um propositivo.

No segundo capítulo, apresentamos a avaliação no sistema socioeducativo no Brasil e no Estado de Minas Gerais consoante às diretrizes pedagógicas, bem como o processo de avaliação no sistema socioeducativo brasileiro, seguindo para o processo de avaliação no sistema socioeducativo “Escola Estadual Marechal Floriano”, com os problemas no processo de avaliação na referida instituição.

No terceiro capítulo, analisamos o problema proposto, seguindo-se a linha teórica de Corrêa (2010), Fogaça (2015) e Soares (2020). Também é analisada a avaliação da aprendizagem nessa instituição de ensino e o papel da gestão escolar nesse cenário. Na segunda seção do capítulo, é apresentado o percurso metodológico do estudo. Por fim, a última seção é composta pela apresentação e análise dos resultados da pesquisa.

No quarto capítulo é apresentado o Plano de Ação Educacional (PAE), com propostas para desenvolvimento de uma avaliação concernente às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Procura-se, com tais propostas, intervir no cotidiano da escola em estudo com propostas de ações de cunho pedagógico, que proporcionem aos adolescentes uma avaliação de fato eficaz à aprendizagem.

## **2 A AVALIAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CONSOANTE ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS**

O presente capítulo desta dissertação tem como objetivo descrever sobre o processo de avaliação no sistema socioeducativo de Minas Gerais consoante às diretrizes pedagógicas e os problemas dele resultantes. Nesse sentido, serão apresentadas as diretrizes nacionais e estaduais que se apresentam descritas nas seções a seguir.

Para tanto, apresentamos, na primeira seção, o processo de avaliação no sistema socioeducativo brasileiro; na segunda, o processo de avaliação no sistema socioeducativo de Minas Gerais; na terceira, o processo de avaliação no sistema socioeducativo na Escola Estadual “Marechal Floriano”, Governador Valadares/MG. Por fim, são apresentados os problemas no processo de avaliação dessa escola consoante às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo: causas, consequências, soluções.

São verificados, na literatura apresentada ao longo do texto, as análises de Vasconcellos (2014), Hadji (2011), Lück (2011), Almeida (2009) e Perrenoud (2009), os quais abordam o tema avaliação e, por conseguinte, embasam o presente estudo. Eles mostram aspectos relevantes e controversos sobre o processo de avaliação no sistema socioeducativo no Brasil e, em especial, em Minas Gerais, consoante às diretrizes pedagógicas.

Nessa premissa, apresenta-se, neste capítulo, relativo às diretrizes pedagógicas, um panorama da legislação e como ocorre o processo de avaliação no sistema socioeducativo, com enfoque na Escola Estadual “Marechal Floriano”, Governador Valadares/MG.

A seção a seguir enfoca prioritariamente o processo de avaliação no sistema socioeducativo brasileiro, embasando-se nos principais documentos normativos do país: Constituição Federal (CF), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de visões teóricas de renomados autores acerca do assunto.

### **2.1 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO**

Em 2012, foi criada a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), surgido da necessidade de melhorias e suporte para o Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento integral do sujeito e prepará-lo para o retorno ao convívio social. Além de regulamentar as medidas socioeducativas do país, articula o trabalho de diversas secretarias como as de educação, saúde, assistência

social, justiça, cultura e esporte, que devem trabalhar em conjunto para atingir os objetivos previstos (OLIVEIRA, 2015).

A triagem com a equipe técnica configura a etapa da inserção na Unidade Socioeducativa. Em um primeiro momento, são realizadas entrevistas com o psicólogo, com o assistente social, com o terapeuta ocupacional, com o analista jurídico e com o pedagogo. Nesse atendimento, informações relevantes autodeclaradas pelo adolescente são levantadas: moradia, saúde, aspectos psicossociais (convívio familiar e comportamento social) e aspectos cognitivos (educação). Este último é muito relevante, uma vez que alguns dos adolescentes, ao chegarem à Unidade, apresentam defasagem idade/ano de escolaridade por não terem consolidado as competências básicas da aprendizagem na escola de origem.

Para Oliveira (2015, p. 23), “o SINASE dessa forma é um conjunto de princípios, valores, regras e critérios políticos, educativos, jurídicos, financeiros e administrativos que busca o acompanhamento de todo processo infracional do início até a execução de uma determinada medida socioeducativa”

Esse sistema envolve todas as esferas do sistema (estadual, municipal e distrital) bem como os três poderes (legislativo, executivo e judiciário), contemplando políticas, planos e programas que atendam às necessidades desse público (LEMOS; LEMOS, 2012).

Figura 1 - Sistema de garantia de direitos



Fonte: Lemos e Lemos (2012).

Analisando o SINASE, percebe-se uma política pública voltada para inclusão social de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Foi criada uma interface que os responsabiliza pelos atos infracionais (limitado a partir de uma sentença dada), mas que, ao mesmo tempo, satisfaz-lhes os direitos que possuem. Essa articulação é a principal ferramenta para nortear a

prática socioeducativa de forma efetiva e sem ferir os direitos da adolescência (LEMOS; LEMOS, 2012).

O SINASE orienta-se pelas normativas da Constituição Federal e do Estatuto da criança e do Adolescente, assim como pelas de órgãos internacionais e globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Por isso, a importância em sua transparência como fonte de dados e informações que favoreçam a construção de novas políticas, planos e programas que garantam os direitos de todas as crianças e adolescentes, e diminuam a exclusão social e vulnerabilidade à qual muitos estão expostos (LEMOS; LEMOS, 2012).

Gualberto (2011) aponta que é notável que a prática educativa em instituições socioeducativas ora reconhece, ora nega as desigualdades entre pessoas e contribui tanto para selecionar quanto para formar indivíduos.

Dentro da concepção pedagógica baseada na psicologia genética, Fogaça (2015) aponta que a educação é concebida como a vivência de experiências múltiplas e variadas, tendo em vista o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social do educando. A falta de alinhamento entre o proposto nas diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais e o realizado na instituição se inicia assim que o aluno ingressa, pois, por se tratar de processo de ensino-aprendizagem, o aluno precisaria passar por uma avaliação diagnóstica, no entanto, isso não acontece na escola campo de estudo. A realização desse diagnóstico poderia possibilitar ao educador entender em que ponto de aprendizagem o aluno está e, a partir daí, balizar as próximas ações de avaliação, que devem ser contínuas e levar em conta diversos fatores, conforme o documento norteador aponta.

## 2.2 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MINAS GERAIS

De acordo com Pedro (2012), o atendimento às medidas socioeducativas, como privação e restrição de liberdade, no Estado de Minas Gerais, pauta-se nas Diretrizes da Constituição Federal, principalmente em seus artigos 227 e 228 e, conseqüentemente, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990) e, ainda, em conformidade com o Sinase.

O sistema socioeducativo de Minas Gerais busca uma estrutura que consiga romper o processo de criminalidade infanto-juvenil, e garantir-lhes um atendimento de qualidade, que possibilite a eles o resgate de seus direitos e cidadania. Nesse processo, devem-se envolver vários órgãos do poder público para a criação de projetos e planos que estabelecem metas e

ações em longo prazo para garantir que essas demandas em relação ao sistema socioeducativo sejam, de fato, asseguradas (PEDRO, 2012).

De acordo com Albuquerque (2015), o estado mineiro tem como premissa a defesa e promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes, ou seja, projeta-se uma proteção integral relacionada aos instrumentos jurídicos, que garantem que crianças e adolescentes não sejam punidos, mas reintegradas socialmente, respeitando-lhes seu desenvolvimento e integridade física, moral, ética, psicológica, política e social.

Os adolescentes, ao chegarem à Unidade para cumprir a medida de internação, passam por uma triagem pelo corpo técnico da Unidade, onde são feitas várias perguntas ao adolescente: qual o bairro que mora; qual o motivo de estar ali; se há rixas ou conhece outros adolescentes que estão na Unidade. Depois dessa avaliação, de acordo com ato que cometeram, são direcionados a um alojamento, sendo que em cada espaço podem ficar até quatro adolescentes.

A entrevista também é realizada ao entrarem na escola. O diretor de segurança sugere que a matrícula seja feita de forma que não fiquem no mesmo turno (matutino/vespertino) adolescentes que antes de serem acautelados se conheciam, tendo ou não alguma desavença, e que sejam do mesmo bairro. Isso é muito importante para que esses adolescentes não venham a se enfrentar dentro da Unidade. Mas o procedimento de “separação de turnos” é feito geralmente nos primeiros 40 dias de internação ou até que os adolescentes percebam que é necessário que tenham bom comportamento e demonstrem que estão socializando bem e que conseguem conviver em harmonia com os demais.

O bom comportamento é citado no Estudo de Caso, feito pela análise de cada adolescente, considerando a realidade a individualidade. Se bem comportado, quando ele volta a ser ouvido pelo juiz, pode até ter remissão do tempo que deve cumprir na internação.

Este estudo evidencia que a escola tem se mostrado um espaço que contribui com esses adolescentes para a sua ressocialização, pois muitos deles, após passarem por ali, são liberados. Cabe ressaltar, todavia, que não basta a ressocialização, é preciso que o processo de ensino-aprendizagem seja mais coerente às diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo dos adolescentes infratores de Minas Gerais. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem na Escola Estadual Marechal Floriano tem sido um grande desafio.

Isso nos leva a refletir e indagar sobre quais os motivos e possibilidades de intervenção nesse cenário, pois o processo de avaliação no sistema socioeducativo em Minas Gerais, quando crianças e adolescentes cometem infrações e precisam passar por iniciativas de recuperação, prioriza a proteção integral, considerando as condições pessoais, sociais e de convivência, além

do resgate da cidadania que não foi devidamente vivida ou, até mesmo, perdida (ALBUQUERQUE, 2015).

Para Amaral (2006), as medidas socioeducativas são determinações judiciais aplicadas a crianças e adolescentes que cometem atos infracionais equiparados ao crime ou ações que firam o código penal, e devem estar presentes nessas medidas a defesa social e intervenção educativa, ou seja, diferente do que muitos acreditam, as medidas socioeducativas não devem ter essa visão assistencialista, punitiva e excludente.

Amaral (2006) ainda acrescenta que as medidas socioeducativas de Minas Gerais são aplicadas de acordo com as circunstâncias e gravidade da infração, respeitando as condições peculiares das crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento, pois deve ser visto como uma singularidade do sistema jurídico e garantindo a proteção integral dessa criança e do adolescente infrator, não podendo equipará-los criminalmente a um adulto.

De acordo com André (2015), em consonância com o SINASE, o Estado de Minas Gerais preconiza atividades de inclusão e acolhimento para crianças e adolescentes que estão nesse sistema socioeducativo, não deixando de responsabilizá-los pelos atos praticados, porém adotando práticas de reinserção social desses sujeitos.

André (2015) também aponta que Minas Gerais adota medidas socioeducativas que vão desde a internação, quando se trata de atos infracionais graves, até medidas educativas e sociais, como participação ativa da família e da comunidade nesse processo de reinserção do sujeito na sociedade para que haja esse resgate dos vínculos familiares e comunitário novamente.

Segundo Corrêa (2010) as instituições que trabalham com menores infratores devem ter consciência de promover medidas de acolhimento, escuta e um olhar mais humano para esses sujeitos que estão em medida socioeducativa. Deve-se, nesse sentido, criar um espaço reflexivo e de autonomia para que essas crianças não se sintam punidas, mas percebam que lhes estão sendo ofertadas uma nova oportunidade de liberdade, principalmente em relação à violência.

O sistema socioeducativo de Minas Gerais se baseia nas diretrizes da SINASE, que orientam, elaboram, executam e avaliam os planos estratégicos de reintegração social de crianças e adolescente que cometeram infrações. Orientados por essas diretrizes, entendemos que eles são sujeitos de direitos, em desenvolvimento e necessitam de proteção integral, principalmente nos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, cultura, lazer, dignidade, liberdade e profissionalização (CORRÊA, 2010).

Em qualquer ambiente socioeducativo deve-se respeitar os direitos humanos das crianças e adolescentes, desde o momento de sua apreensão até o cumprimento de suas medidas

socioeducativas, incentivando-os ao protagonismo, participação e autonomia, trabalhando de forma humanizada e garantindo-lhes a integridade integral (CORRÊA, 2010).

É possível mediar situações de conflitos e estabelecer práticas restaurativas para as crianças e adolescentes que passam por medidas socioeducativas em todas as etapas do processo. Deve-se motivá-los a valorizar e a fortalecer o vínculo com as famílias (CORRÊA, 2010).

De acordo com a SINASE, deve haver, por meio de avaliações periódicas, um acompanhamento de estados, municípios e do Distrito Federal em relação aos planos de atendimento socioeducativos. Elas ocorrem com o objetivo de acompanhar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas para essas instituições socioeducativas. É importante salientar que são de cunho global, ou seja, acompanham todo o comportamento e têm principalmente o foco pedagógico (VERONSE; LIMA, 2012).

Para Davoglio (2012), o Estado de Minas Gerais possui uma comissão permanente de acompanhamento e avaliação do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo, formada por um membro titular e suplente dos órgãos de justiça, representantes das secretarias de estado envolvidas no plano, Conselho Estadual do ECA, e que. Essa comissão tem como finalidade acompanhar e monitorar a política socioeducativa e se está sendo cumprida de forma adequada. Essa comissão analisa dados referentes às taxas de criminalidade, atos infracionais cometidos, encaminhamentos das famílias para a assistência social, bem como todos os dados relativos ao sistema socioeducativo. Tais dados referem-se à vida do aluno, principalmente quais medidas socioeducativas esse aluno cumpre, qual o motivo, tempo que irá cumprir, entre outros. Então, faz-se uma abordagem de cunho social, em primeiro um momento, e uma pedagógica, em um segundo momento, que deve ser focada em uma avaliação diagnóstica.

Na escola também há uma comissão formada pelos professores e o pedagogo, que se reúnem semestralmente para analisar e corrigir informações, bem como para realizar uma avaliação processual (feita pelos professores), a partir da qual são feitos relatórios que são encaminhados a instituições responsáveis pelas ações e metas propostas, como forma de monitoramento e controle, para que sejam de fato efetivadas.

A tão sonhada liberdade dos jovens que estão em medidas socioeducativas segue uma trajetória permeada por avaliações em diversos segmentos: saúde, segurança, educação, família, assistência social e judicial, que reavaliam se a medida socioeducativa resultou positivamente a ponto de manter ou é preciso substituir a medida (DAVOGLIO, 2012).

Segundo Figueiró (2012), o Estado de Minas Gerais, em suas instituições socioeducativas, realiza o Relatório Avaliativo (RA), que registra todas as informações dos

socioeducandos, a fim de fazer o acompanhamento durante o processo de ressocialização, como também subsidiar as decisões jurídicas tomadas a respeito de cada menor infrator.

Outro item muito importante é a ficha instrumental<sup>3</sup> de cada indivíduo, que contém dados relevantes e informações referentes ao comportamento, assuntos de natureza pedagógica, dificuldades de aprendizagem, potencialidade e habilidades desenvolvidas nesse percurso, bem como sugestões de ações para o aproveitamento dessas potencialidades e habilidades adquiridas nesse processo avaliativo.

Dessa forma, Fogaça (2015) afirma que o caráter formativo da avaliação deve produzir um efeito de progressão, que envolve a confirmação da aprendizagem, pois é de suma importância conhecer as aprendizagens fundamentadas e algumas ainda em construção. Esse processo faz parte da avaliação, é um ponto inicial para o educador avaliar suas progressões quando os alunos do sistema socioeducativos chegam à Escola Estadual Marechal Floriano.

Mediante essa avaliação, a escola estimula o educando a superar os obstáculos e desafios presentes no cumprimento das medidas socioeducativas. Nesse sentido, a avaliação para os jovens que estão em medida socioeducativa tem um peso muito grande em relação à influência do julgamento e as decisões que serão tomadas para ganhar a tão sonhada liberdade. A avaliação pode refletir, também, no exercício conscientização desses jovens, assim como em resultados de suas ações, podendo ser, inclusive, sugerida uma autoavaliação em alguns casos. Essa autoavaliação objetiva proporcionar uma melhoria do atendimento ao adolescente autor do ato infracional, dando-lhe voz e escuta ativa. Permite, assim, que os estudantes do sistema socioeducativo analisem seus pontos fortes, seus erros e dificuldades no processo de ensino. É uma oportunidade de reflexão sobre o seu comportamento e sua dedicação nas aulas e atividades escolares.

A avaliação, além de ser uma ferramenta de monitoramento, se torna uma ferramenta de aproximação das Unidades socioeducativas, criando ambientes virtuais de discussões e trocas de experiências entre essas Unidades, amadurecendo todo o trabalho e atendendo, de fato, à realidade dessas instituições. Além disso, ela pode potencializar um novo olhar no atendimento às medidas socioeducativas para o Estado de Minas Gerais, pautadas sempre no ECA e Sinase (FOGAÇA, 2015).

---

<sup>3</sup> Trata-se de um instrumento pedagógico que contém a vida estudantil do educando. É algo muito usado em escolas que atendem medidas socioeducativas, pois não tem a intenção de aferir, mas de acompanhar todo o processo de ressocialização, e também, da aprendizagem do educando.

### 2.2.1 A Escola Estadual “Marechal Floriano”

O Centro Socioeducativo está localizado em um município de Minas Gerais. A Escola Estadual “Marechal Floriano” foi fundada em 2007, sendo gerenciado pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase). Sua estrutura física foi construída para atender a uma demanda de até 80 adolescentes do sexo masculino, sendo 60 adolescentes em privação de liberdade e 20 adolescentes em internação provisória.

Os ambientes são organizados por blocos e áreas de segurança, que são caracterizados pelos blocos A, B, C, D e Provisório<sup>4</sup>. Além disso, há uma escola, uma quadra poliesportiva, um anfiteatro, uma sala de TV e um vestiário. Quanto à estrutura desses blocos de internação, cada um possui sete alojamentos, sendo que um deles fica localizado na entrada do bloco, utilizado especialmente para instalar adolescentes considerados vulneráveis.

A estrutura do Provisório é localizada na parte anterior aos blocos de internação e possui cinco alojamentos. A escola está localizada entre quatro blocos de internação, facilitando, assim, a movimentação dos adolescentes nesse espaço.

A quadra poliesportiva é utilizada para a realização de atividades esportivas e eventos diversos. Tem cobertura; alambrados; uma arquibancada lateral; e um anfiteatro com espaço amplo para realizar atividades de jogos e apresentações.

O Bloco da Saúde contém sala de primeiros socorros e curativos, sala de observação, de consulta (utilizada pela enfermeira), sala de medicamentos e insumos, cozinha, banheiros e área de serviço.

O Bloco do refeitório é um espaço amplo estruturado com cozinha, despensa, sala ampla para preparo de refeições, sala de descanso, banheiros para os servidores da cozinha e refeitório com mesas e cadeiras.

O Bloco Administrativo II, onde estão inseridos os analistas técnicos e Direção de Atendimento, possui a mesma estrutura física do Bloco Administrativo I e nele se concentram a maioria dos atendimentos aos adolescentes e seus familiares. É o local onde também são feitas as ligações para as famílias.

A Figura 2 representa a área espacial do Centro Socioeducativo.

---

<sup>4</sup> O bloco Provisório é onde os alunos que ainda não tiveram a sentença definida aguardam a decisão judicial.

Figura 2 - Foto Aérea do Centro Socioeducativo



Fonte: Google Maps (2020). Editado pelo autor.

O Centro conta com um quadro de servidores composto por: equipe diretiva, com um diretor Geral, um diretor de segurança (carreira agente socioeducativo) e uma diretora de atendimento técnico; equipe técnica, com seis psicólogos, três assistentes sociais, um analista jurídico (advogado), uma terapeuta ocupacional e uma pedagoga; equipe de segurança com, aproximadamente, 116 agentes socioeducativos, sendo sete do sexo feminino, três supervisores de segurança e quatro coordenadores; equipe administrativa, com seis técnicos administrativos e um auxiliar educacional; e a equipe de saúde, formada por uma enfermeira, uma dentista e cinco técnicos de enfermagem. O Centro conta, também, com um auxiliar de serviços gerais (ASG) e quatro porteiros-vigias – profissionais da empresa terceirizada da “Minas Gerais Administração e Serviços SA” (MGS), cedidos pelo Estado de Minas Gerais.

Quadro 1 - Servidores do CSE

Cargo		Função	Formação Acadêmica exigida
Diretor Geral		Diretor Geral	Bacharel Direito
Diretor de Segurança		Carreira Agente Socioeducativo	Ensino Médio
Diretora de Atendimento Técnico		Analista (Aneds)	Serviço Social
Analista Executivo de Defesa Social (Aneds)	06	Psicólogo	Psicologia
	03	Assistente Social	Serviço Social
	01	Analista Jurídico	Bacharel Direito
	01	Terapeuta ocupacional	Terapia Ocupacional
	01	Pedagoga	Licenciatura Pedagogia (atua em parceria com a(s) pedagogas da escola que são contratadas de acordo com o plano de atendimento da escola, o que depende do quantitativo de alunos matriculados).
Supervisor de Segurança	03	Agente Socioeducativo	Ensino Médio
	04	Coordenador de Segurança	Ensino Médio
	116	Agente socioeducativo	Diversos graus
Equipe Administrativa	06	Técnico Administrativo	Ensino Médio
	01	Auxiliar educacional	Ensino Médio
Equipe Saúde	01	Enfermeira	Enfermagem Superior
	01	Dentista	Odontologia
	05	Técnico de Enfermagem	Curso Técnico de Enfermagem
Equipe de Serviços Gerais	01	Auxiliar Serviço Básico	Ens. Fundamental
MGS	04	Porteiros	Ens. Fundamental

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

### 2.2.1.1 Um pouco da trajetória discente

A trajetória que percorre cada adolescente acautelado segue a seguinte dinâmica: após cometimento de ato infracional, o adolescente, na maioria dos casos, é apreendido e encaminhado ao CSE pelo judiciário para cumprimento de medida provisória.

Cabe ressaltar que o CSE atende a duas modalidades de medida socioeducativa: medida provisória, período máximo de 45 dias em que o menor infrator deve aguardar para ser assistido pelo juiz; e medida de internação, quando o adolescente está acautelado por sentença definitiva, cujo tempo varia de acordo com o grau de gravidade do ato infracional. Cada uma delas possui metodologias diferenciadas e, por esse motivo, demandam equipes distintas para atender as duas modalidades.

Assim que dá entrada na Unidade para cumprir, inicialmente, a medida provisória, o adolescente passa pelo acolhimento inicial da equipe de segurança, que registra os dados e faz

o levantamento das primeiras informações e impressões (riscos e desavenças de território, por exemplo) e fornecem-lhe itens básicos de higiene, uniforme e itens de cama e banho.

O próximo passo diz respeito à triagem com a equipe de saúde, feita pelo técnico de enfermagem, onde são verificadas, principalmente, as questões mais relevantes sobre as condições de saúde em que se encontra o adolescente.

#### 2.2.1.2 As primeiras avaliações

O SINASE (BRASIL, 2006) trouxe várias inovações para a legislação concernente ao adolescente, entre elas, a composição da equipe técnica de profissionais (psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, analista jurídico e pedagogo), que deve conduzir a medida socioeducativa e a execução do Plano Individual de Atendimento (PIA). Essa equipe técnica deve ser multidisciplinar e ser conduzida pelo projeto pedagógico do programa de atendimento socioeducativo.

Os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?) os objetivos (geral e específicos) e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais como modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, o detalhamento da rotina, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento – PIA (BRASIL, 2006, p. 42).

Cabe reiterar que o PIA é um plano de atendimento personalizado para o adolescente, de acordo com as suas necessidades. O atendimento deve ser contínuo e buscar permanentemente a inserção do adolescente na sociedade. Por conseguinte, os adolescentes em privação de liberdade passam por um Estudo de Caso trimestralmente e, a partir disso, é elaborado um relatório pela equipe multidisciplinar.

Nesse EC, são observados e discutidos o comportamento e a trajetória do adolescente, além de ser produzido um PIA que será encaminhado com ele na audiência com o juiz. Ele é elaborado a partir do momento em que é sentenciada a medida de internação. Pretende-se, com ele, elaborar ações para atender o adolescente no cumprimento da medida de internação, cujas normas são seguidas cautelosamente e podem ser uma das razões para o juiz conceder uma medida menos gravosa, como a de liberdade assistida, por exemplo. Cada área específica é determinante para elencar as particularidades: psicólogo, assistente social, pedagogo, analista

jurídico, terapeuta ocupacional e equipe de segurança. A partir daí, elaboram-se ações para o processo de ressocialização dos adolescentes.

Entre elas estão o projeto pedagógico, que deverá ser construído pelo pedagogo, gestor e corpo docente. As unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?) os objetivos (geral e específicos) e a organização necessária para alcançar esses objetivos. Essas especificações da organização necessária incluem: modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, detalhamento da rotina, organograma, fluxograma, regimento interno, regulamento disciplinar. Nesse último estão incluídos os procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do PIA.

Esse projeto pedagógico também se refere às oficinas ofertadas pela Unidade, como, por exemplo, oficina de culinária (um profissional voluntário ensina a fazer pão e bolo); oficina de música (um profissional voluntário ensina a tocar instrumentos); oficina de artes (profissional que desenvolva atividades com objetivos específicos do que se pretende alcançar com esses adolescentes). Os profissionais devem levar em consideração que, ao inserirem o interno em alguma atividade ou oficina, ela contribuirá para o seu desenvolvimento corporal e expressivo, além de desenvolver seu potencial criativo e comunicativo.

Quando a discussão perpassa pelo viés da qualificação, é importante, ainda, elencar todas as possibilidades relacionadas à ampliação de repertório do jovem e sua inserção no universo do trabalho. Assim, argumentações que alcancem o interesse em cursos, desejos e sonhos profissionais devem ser levantadas em consideração, bem como o reconhecimento e identificação de habilidades. Do mesmo modo, os interesses no quesito de esporte, cultura e lazer, segundo Soares (2020), são tão importantes nessa faixa etária e, devido às escolhas voltadas para a criminalidade, ficaram negligenciados a este público. Aqui se valoriza a coletividade e a convivência social através das atividades específicas.

Para Saliba (2006), o EC deve seguir os eixos de responsabilização definidos pelo SINASE (família, escolarização, saúde, profissionalização, esporte, cultura e lazer). Deve ser contínuo, podendo ser aplicado por até três anos. Nesse caso, a reavaliação da medida ocorre semestralmente. Cada um dos EC tem um objetivo e tende a conhecer a gravidade do caso e informar ao judiciário as impressões e possibilidades de riscos, possibilidade de liberação ou permanência da medida. Ademais, avalia a evolução do adolescente dentro da Unidade e verifica-se se houve ou não a responsabilização; pode indicar e, inclusive, sugerir desligamento ou a continuidade da medida.

Localizamos na Lei nº 2.594/2012 (BRASIL, 2012) que, durante o desligamento<sup>5</sup>, no EC, há de se observar se houve responsabilização e reposicionamento do adolescente com relação ao ato no que se refere: ao que ele avançou em cada eixo da medida; ao que foi ou não trabalhado; se as articulações com o externo e com as redes foram feitas e se o motivo por trás do ato infracional foi identificado. Outro ponto importante a considerar nesse estudo é se a atuação do centro está alinhada com as diretrizes nacionais ou estaduais.

### 2.2.1.3 Problemas Internos

O Centro Socioeducativo de Governador Valadares (CSE-GV) foi construído para atender a 80 adolescentes, sendo que 20 deles ficam por 45 dias em Internação Provisória, até serem ouvidos pelo juiz. Os outros 60, em Privação de Liberdade, após a sentença judicial. A Unidade tem tido, no entanto, superlotação.

Em 2015, 61 adolescentes, por determinação judicial após cometerem o ato infracional (fatos análogos a crimes ou contravenções), foram encaminhados para o Centro Socioeducativo de Governador Valadares para cumprir medida de internação. Considerando outros que já se encontravam internos, em 2015 teve um contingente de 118 adolescentes acautelados. Em 2016 foram 82 adolescentes encaminhados ao Centro, além daqueles que já estavam no local, somando 136 adolescentes que ocuparam o espaço. Em 2017 a situação ficou ainda mais drástica: foram 101 adolescentes acautelados, sem contar os que já estavam internados. Nesse mesmo ano, em um período de 50 dias, entre os meses de março e abril, aconteceram, nos alojamentos do Centro, três homicídios após conflitos entre os jovens. Por causa disso, o judiciário solicitou a transferência de alguns internos para outras unidades do estado. Ademais, por causa das crises internas, o diretor da Unidade foi substituído.

Em 2018, em decorrência das mortes ocorridas no ano anterior, iniciou-se uma reforma física na Unidade, pois os alojamentos se encontravam bastante deteriorados. O Ministério Público, por meio de petição liminar, transferiu adolescentes para outras Unidades. Assim, o

---

<sup>5</sup> O adolescente é desligado do EC quando ele demonstra mudanças em suas atitudes que o levaram a cometer determinado ato infracional e ao ser levado ao juiz, é desligado da Unidade e também do EC. Os adolescentes têm conhecimento deste procedimento, sendo que às vezes, "parece" que eles (adolescentes) apresentam um comportamento muito bom só para serem desligados da Unidade. Tanto é que em alguns casos em que o juiz não permite que um determinado adolescente tenha sua medida de internação revertida em medida assistida, esse adolescente se revolta na Unidade passando a ter por um determinado tempo atitudes agressivas com os servidores e demais internos.

CSE só poderia manter 80 adolescentes em privação de liberdade acautelados. Desse modo, durante esse ano, foram admitidos apenas 45 adolescentes.

Cabe elencar, por fim, que todo adolescente que chega à Unidade, obrigatoriamente precisa ser matriculado na escola, que funciona dentro do Centro. A escola-objeto do presente estudo de caso está localizada em um município mineiro com cerca de 280 mil habitantes. Foi criada em 2007 e está localizada dentro do Centro Socioeducativo (descrito na seção anterior) em um dos blocos junto a outros quatro blocos, onde ficam os alojamentos dos adolescentes que cumprem a medida de internação.

A escola possui uma sala onde funciona a direção e a secretaria (20m<sup>2</sup>) e, nesse espaço, estão todos os documentos da escola: vida funcional dos servidores; vida escolar dos alunos e outros documentos. Há uma biblioteca (21m<sup>2</sup>) que atende aos adolescentes no período em que estão na escola, com dois ventiladores de teto e boa luminosidade. Há, ainda, uma sala de supervisão (6m<sup>2</sup>); uma sala de informática (6m<sup>2</sup>), contendo seis computadores em rede com internet; e cinco salas de aula (12m<sup>2</sup>), sendo que cada uma tem uma instalação sanitária própria (2, 5m<sup>2</sup>). Não há bebedouro no espaço escolar, sendo que no momento em que os adolescentes estão na escola, a água é servida em garrafas pet.

A escola atende a seus alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e é norteadada por um Regimento Escolar idealizado conjuntamente pela escola/Unidade Socioeducativa.

Art. 1º - O presente Regimento Escolar contém os ordenamentos básicos da estrutura e do funcionamento da [escola pesquisada] – EJA integrante do Sistema Estadual de Minas Gerais [...].

Parágrafo Único. Os dados da estrutura e do funcionamento da Escola são registros que constituem a sua identificação, permitem a sua caracterização e registram o compromisso formal dos diferentes segmentos da Escola para com a comunidade e as relações entre eles, bem como expressam a sua efetiva autonomia administrativa e pedagógica (ESCOLA ESTADUAL 2017, p. 3).

O quadro de funcionários da escola é formado por um diretor; uma pedagoga; duas auxiliares técnico administrativo (ATB); uma Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASB) e 14 professores com habilitação em licenciatura nas diversas áreas para atender à demanda do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Integral. Vide Quadro a seguir:

Quadro 2 - Servidores da escola pesquisada - 2019

Cargo	Nº	Formação acadêmica
Diretor	01	Licenciatura Letras
ATB	02	Pedagogia
ASB	01	Magistério
Supervisor Pedagógico	01	Pedagogia
Professor para Uso de Biblioteca	01	Pedagogia
Professor Projeto Provisório	01	Pedagogia
Ensino Fundamental / Ensino Médio		
Professor Ensino Fundamental – Língua Portuguesa	01	Licenciatura Letras
Professor Ensino Fundamental – Língua Inglesa	01	Licenciatura Letras
Professor Ensino Fundamental – Artes	01	Pedagogia
Professor Ensino Fundamental – Ensino Religioso	01	Teologia
Professor Ensino Fundamental – Educação Física	01	Bacharel Educ. Física
Professor Ensino Fundamental – Matemática	01	Licenciatura Matemática
Professor Ensino Fundamental – Geografia	01	Licenciatura Geografia
Professor Ensino Fundamental – História	01	Licenciatura História
Professor Ensino Fundamental – Ciências	01	Licenciatura Ciências

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ao serem matriculados na escola, os alunos são inseridos, conforme documentos ou avaliações realizadas e trazidas pelos educandos, no Sistema Mineiro de Admissão Escolar (Simade), desenvolvido pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEE) de Minas Gerais.

Em 2015, o quadro apresentado pelo Simade proporciona uma visão amostral do perfil dos alunos matriculados na escola: dados da distorção e defasagem idade/série e o tempo de permanência na entidade em cumprimento da medida.

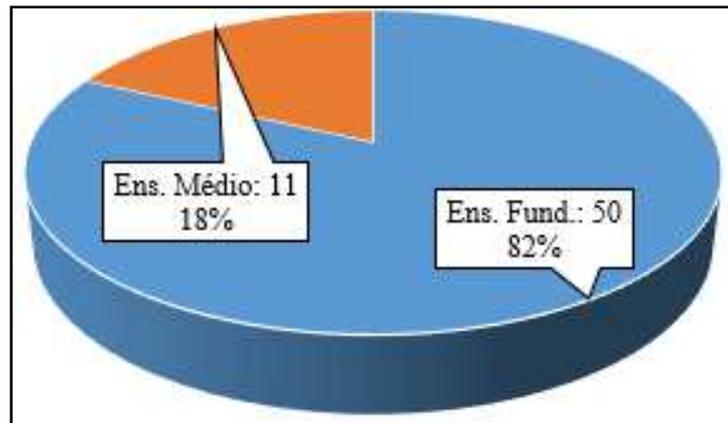
Quadro 3 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2015

Codônimo	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Jeb	17	03/2015	4º ano	8 anos	19 meses
Kai	16	06/2015	4º ano	7 anos	24 meses
Mia	16	01/2015	5º ano	6 anos	27 meses
Nei	17	01/2015	4º ano	8 anos	07 meses
Key	15	01/2015	4º ano	5 anos	07 meses
Lua	15	02/2015	6º ano	4 anos	11 meses
Lui	16	02/2015	6º ano	5 anos	11 meses
Moa	15	06/2015	6º ano	4 anos	07 meses
Tal	14	01/2015	6º ano	3 anos	12 meses
Hal	15	03/2015	6º ano	4 anos	17 meses
Vla	16	02/2015	6º ano	5 anos	11 meses
Uds	17	06/2015	6º ano	6 anos	36 meses
Yur	15	06/2015	9º ano	1 ano	19 meses
Fag	16	01/2015	5º ano	6 anos	06 meses

Codiname	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Che	17	06/2015	6º ano	6 anos	13 meses
Hum	15	06/2015	5º ano	5 anos	11 meses
Ivo	14	06/2015	5º ano	4 anos	22 meses
Sol	14	02/2015	6º ano	3 anos	02 meses
Hud	16	03/2015	6º ano	5 anos	18 meses
Aug	14	06/2015	6º ano	3 anos	17 meses
Nil	16	01/2015	7º ano	4 anos	16 meses
Piu	15	02/2015	6º ano	4 anos	10 meses
Vit	15	01/2015	6º ano	4 anos	08 meses
Zaq	16	02/2015	6º ano	5 anos	15 meses
Oil	15	05/2015	7º ano	3 anos	08 meses
Man	16	02/2015	6º ano	5 anos	11 meses
Rob	14	05/2015	7º ano	2 anos	15 meses
Ser	17	08/2015	7º ano	5 anos	25 meses
Ant	15	06/2015	7º ano	3 anos	21 meses
Gom	15	01/2015	7º ano	3 anos	37 meses
Pca	16	01/2015	7º ano	4 anos	12 meses
Car	15	04/2015	6º ano	4 anos	14 meses
Jos	16	02/2015	6º ano	5 anos	10 meses
Dav	16	04/2015	6º ano	5 anos	13 meses
Bru	17	02/2015	6º ano	6 anos	03 meses
Wsp	16	02/2015	4º ano	7 anos	15 meses
Pin	14	02/2015	5º ano	5 anos	06 meses
Rgs	16	02/2015	6º ano	5 anos	25 meses
Jlm	16	05/2015	8º ano	3 anos	12 meses
Eaf	17	03/2015	8º ano	4 anos	16 meses
Ajh	15	02/2015	6º ano	4 anos	10 meses
Sfg	15	06/2015	9º ano	1 ano	09 meses
Mtg	16	02/2015	9º ano	2 anos	06 meses
Tlj	17	03/2015	9º ano	3 anos	18 meses
Kom	17	02/2015	9º ano	3 anos	16 meses
Wlf	16	02/2015	9º ano	2 anos	23 meses
Rot	16	02/2015	1º ano EM	1 ano	14 meses
Fae	17	02/2015	8º ano	4 anos	06 meses
Mri	16	06/2015	1º ano EM	1 ano	13 meses
Jua	17	01/2015	1º ano EM	2 anos	16 meses
Sai	14	02/2015	8º ano	1 ano	15 meses
Bom	16	06/2015	9º ano	2 anos	09 meses
Peu	16	03/2015	1º ano EM	1 ano	05 meses
Qui	15	06/2015	9º ano	1 ano	16 meses
Çai	16	03/2015	1º ano EM	1 ano	06 meses
Ula	17	03/2015	1º ano EM	2 anos	11 meses
Goi	17	02/2015	1º ano EM	2 anos	16 meses
Gui	16	02/2015	1º ano EM	1 ano	17 meses
Gai	17	06/2015	1º ano EM	2 anos	07 meses
Tay	17	06/2015	2º ano EM	1 ano	10 meses
Way	17	03/2015	2º ano EM	1 ano	08 meses

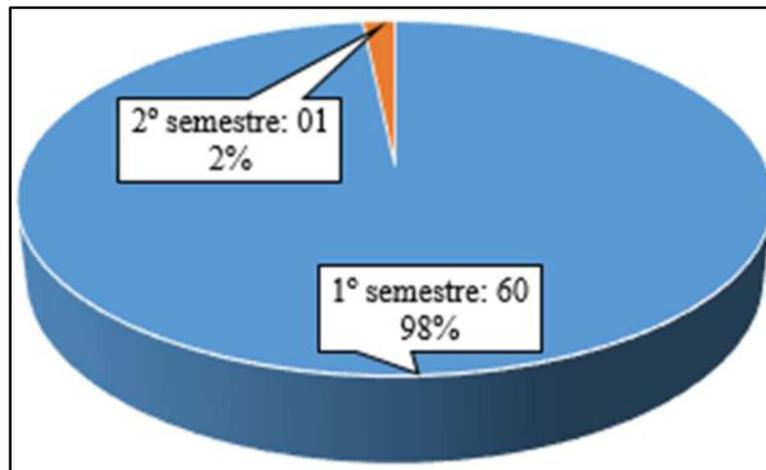
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 1 - Número de adolescentes admitidos em 2015



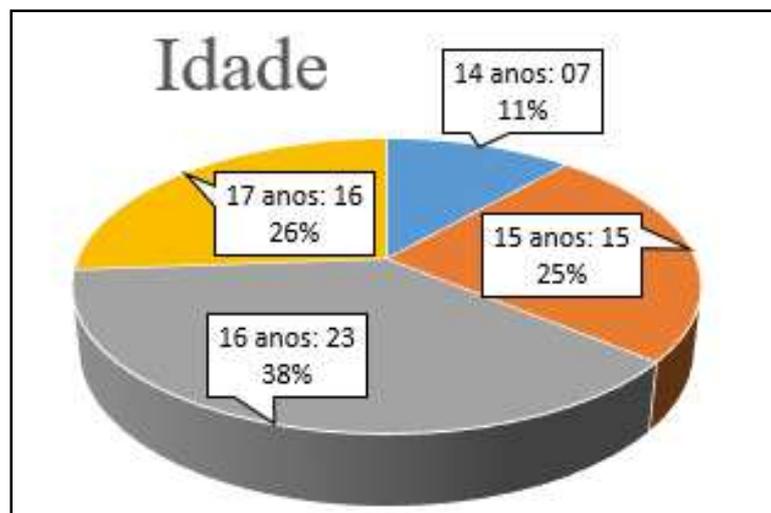
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 2 - Período de ingresso em 2015



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 3 - Perfil etário dos alunos que ingressaram em 2015

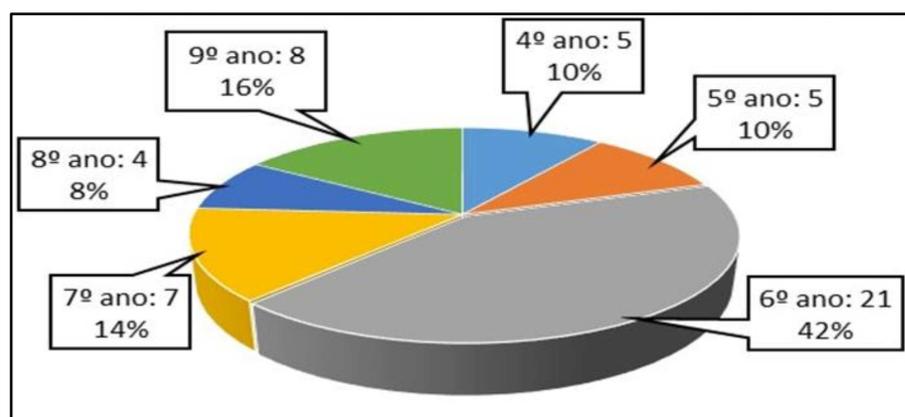


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Observando os Gráficos acima, podemos perceber que, em 2015, foram matriculados na escola 61 adolescentes no decorrer do ano. Desses, 82% (50) concentraram-se no Ensino Fundamental e 18% (11), no Ensino Médio. Do montante, 98,4% (60) foram matriculados no 1º semestre (de fevereiro a junho) e apenas 1,6% (01) foi matriculado no 2º semestre. Em relação à idade dos matriculados, 11,5% (07) tinham 14 anos; 24,5% (15) tinham 15 anos; 37,7% (23) tinham 16 anos; e 26,3% (16) tinham 17 anos.

Observa-se, também, a partir do Gráfico 3, a variação da idade dos adolescentes, o que demonstra o tempo em que ficaram fora da escola e/ou reprovados na mesma série, ocasionando consequentemente a distorção idade-série. Em relação a isso, dos 50 adolescentes matriculados no Ensino Fundamental (82% do montante geral), 10% (05) concentraram-se no 4º ano; 10% (05), no 5º ano; 42% (21), no 6º ano; 7% (14), no 7º ano; 8% (04), no 8º ano; e 16% (08), no 9º ano.

Gráfico 4 - Matrículas de 2015: Ensino Fundamental

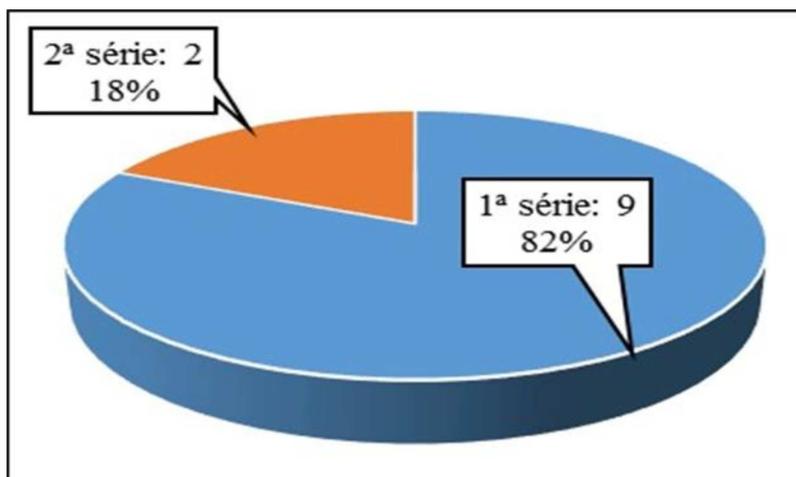


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No Ensino Médio, 18% dos adolescentes (11), 81,8% (nove) deles concentraram-se na 1ª série; e 18,2% (02), na 2ª série.

O mesmo acontece ao entrar na escola: o diretor de segurança sugere que a matrícula do aluno na escola, seja o mesmo já mencionado anteriormente, evitando assim que os adolescentes que tem desavenças se encontrem dentro da escola. Isso é muito importante para que esses adolescentes não venham a se enfrentar dentro da Unidade.

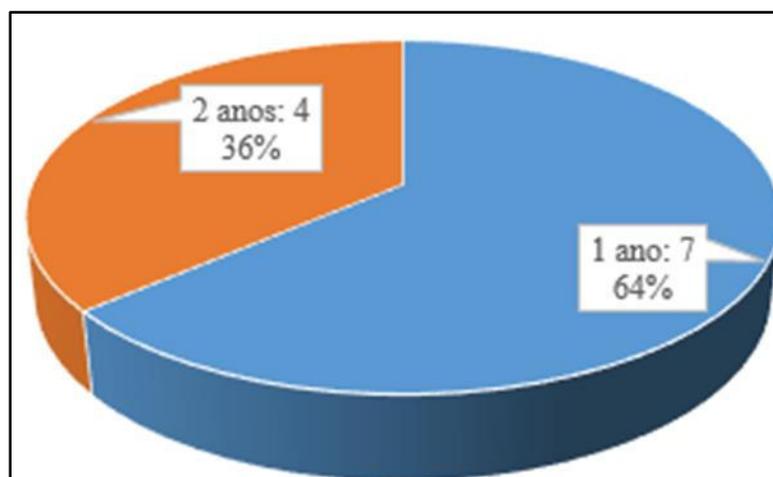
Gráfico 5 - Matrículas de 2015: Ensino Médio



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Considerando-se isso, é possível observar que, em relação aos sujeitos do Ensino Fundamental, 8% (04) deles apresenta um ano de distorção idade-série; 8% (04), dois anos; 18% (09), três anos; 24% (12), quatro anos; 24% (12), cinco anos; 10% (05), seis anos; 4% (02), sete anos; e 4% (02), oito anos. Em relação aos sujeitos do Ensino Médio, 63, 6% (07) deles apresenta um ano de distorção; e 36, 4%, dois anos.

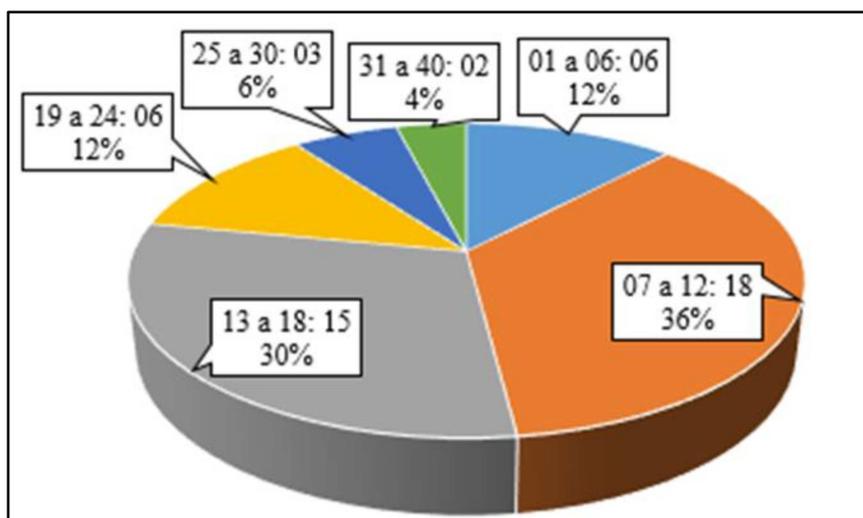
Gráfico 6 - Distorção idade-série/idade: Ensino Médio



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

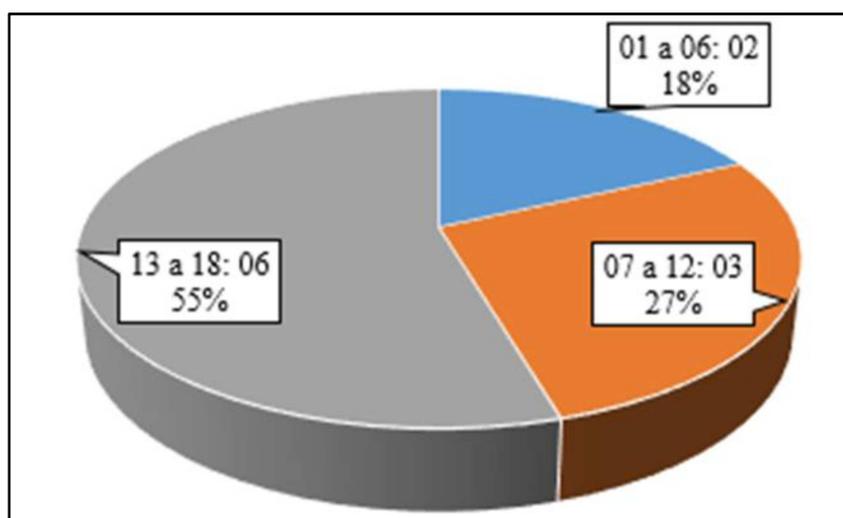
Cabe observar, também, o tempo de permanência desses adolescentes no Centro. Dos sujeitos matriculados no Ensino Fundamental, 12% (06) deles permaneceram entre 03 e 06 meses; 36% (18), entre 07 e 12 meses; 30% (15), entre 13 e 18 meses; 12% (06), entre 19 e 24 meses; 6% (03), entre 25 e 30 meses; e 4%, entre 31 e 40 meses. Os do Ensino Médio, 18, 2% (02), entre 05 e 06 meses; 27, 3% (03), entre 07 e 12 meses; e 54, 5% (06), entre 13 a 18 meses.

Gráfico 7 - Tempo total no Centro em meses: Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 8 - Tempo total no Centro em meses: Ensino Médio.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O Quadro a seguir apresenta o panorama de 2016.

Quadro 4 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2016

Codinome	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Mike	16	04/2016	4º ano	7 anos	05 meses
Cocker	15	08/2016	4º ano	6 anos	01 mês
Smith	17	04/2016	6º ano	6 anos	07 meses
Damon	17	05/2016	6º ano	6 anos	09 meses
Joe	14	06/2016	6º ano	3 anos	14 meses
Joshua	17	07/2016	6º ano	6 anos	14 meses
Caca	16	07/2016	9º ano	2 anos	01 mês
Dede	16	08/2016	5º ano	6 anos	18 meses

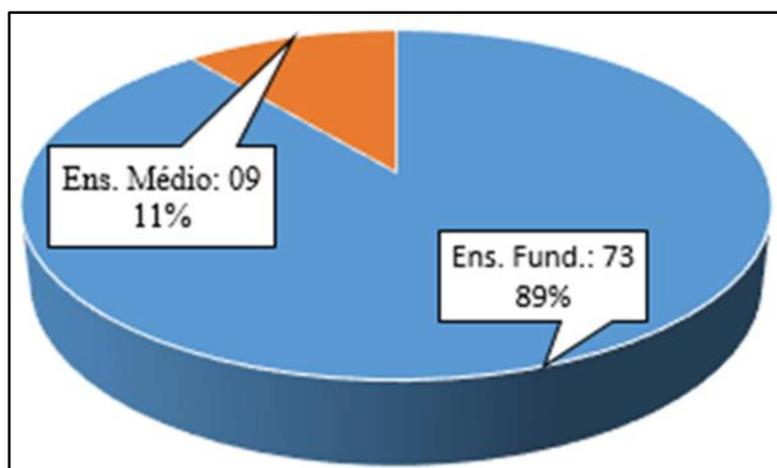
Codiname	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Didi	14	08/2016	6º ano	3 anos	16 meses
Mark	17	08/2016	5º ano	5 anos	17 meses
John	16	08/2016	5º ano	6 anos	05 meses
Slash	15	10/2016	6º ano	4 anos	06 meses
Bon	16	10/2016	6º ano	5 anos	15 meses
Jovi	16	02/2016	6º ano	5 anos	20 meses
Lennon	15	02/2016	7º ano	3 anos	15 meses
Paul	15	05/2016	6º ano	4 anos	23 meses
Ringo	15	06/2016	6º ano	4 anos	03 meses
George	14	07/2016	6º ano	3 anos	06 meses
Phil	14	08/2016	7º ano	2 anos	11 meses
Collins	16	08/2016	7º ano	4 anos	05 meses
Peter	15	09/2016	7º ano	3 anos	04 meses
Frampton	17	09/2016	7º ano	5 anos	09 meses
Axel	16	10/2016	7º ano	4 anos	08 meses
Stone	17	11/2016	8º ano	4 anos	07 meses
Rolling	15	11/2016	7º ano	3 anos	06 meses
Nirvana	14	11/2016	6º ano	3 anos	14 meses
Boy George	15	06/2016	7º ano	3 anos	11 meses
Pet	14	06/2016	7º ano	2 anos	19 meses
Shop	15	06/2016	7º ano	3 anos	07 meses
Boys	15	07/2016	7º ano	3 anos	18 meses
Mike	14	08/2016	7º ano	2 anos	19 meses
Mechanics	15	08/2016	7º ano	3 anos	19 meses
Cute	15	12/2016	7º ano	3 anos	06 meses
Elton J	16	02/2016	7º ano	4 anos	19 meses
Wine	17	02/2016	7º ano	5 anos	11 meses
Donna	16	04/2016	7º ano	4 anos	09 meses
Jackson	15	05/2016	7º ano	3 anos	14 meses
Robert	17	07/2016	7º ano	5 anos	06 meses
Plant	17	08/2016	7º ano	5 anos	30 meses
Floyd	16	08/2016	7º ano	4 anos	12 meses
Pink	16	10/2016	7º ano	4 anos	11 meses
Tramp	16	11/2016	7º ano	4 anos	05 meses
Super	17	02/2016	8º ano	4 anos	11meses
Nazareth	16	04/2016	8º ano	3 anos	21 meses
Bruno	17	05/2016	8º ano	4 anos	31 meses
Mars	16	06/2016	8º ano	3 anos	11 meses
Demi	17	08/2016	8º ano	4 anos	06 meses
Lovato	17	08/2016	8º ano	4 anos	09 meses
Barry	14	11/2016	8º ano	1 ano	08 meses
Manillow	15	11/2016	8º ano	2 anos	05 meses
Presley	17	04/2016	8º ano	4 anos	05 meses
Elvis	16	05/2016	8º ano	3 anos	33 meses
Sinatra	16	06/2016	8º ano	3 anos	11 meses
Frank	16	06/2016	8º ano	3 anos	15 meses
Bierber	15	06/2016	8º ano	2 anos	17 meses
Justin	15	08/2016	8º ano	2 anos	14 meses
Kevin	15	11/2016	8º ano	2 anos	23 meses
Richardson	17	02/2016	9º ano	3 anos	11 meses
Timberlake	16	05/2016	9º ano	2 anos	04 meses

Codiname	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Akon	16	05/2016	9º ano	2 anos	11 meses
Carter	15	11/2016	9º ano	1 ano	05 meses
Aaron	15	02/2016	9º ano	1 ano	15 meses
Andrés	?	06/2016	9º ano		07 meses
Mercado	15	06/2016	9º ano	1 ano	09 meses
Santana	16	06/2016	9º ano	2 anos	11 meses
Carlos	17	08/2016	9º ano	3 anos	05 meses
Adam	15	10/2016	9º ano	1 ano	11 meses
Levine	15	03/2016	9º ano	1 ano	12 meses
DiAnno	17	04/2016	9º ano	3 anos	05 meses
Cind	15	06/2016	9º ano	1 ano	30 meses
Lauper	17	07/2016	9º ano	3 anos	13 meses
Rogers	16	08/2016	9º ano	2 anos	09 meses
Kenny	15	09/2016	9º ano	1 ano	16 meses
Marley	16	02/2016	1º ano EM	1 ano	14 meses
Springstein	16	06/2016	1º ano EM	1 ano	09 meses
Bruce	15	08/2016	1º ano EM	0	10 meses
Clif	17	08/2016	1º ano EM	2 anos	08 meses
Jimmy	17	09/2016	1º ano EM	2 anos	16 meses
Dylan	15	04/2016	1º ano EM	0	21 meses
Bob	16	05/2016	1º ano EM	1 ano	14 meses
Stuart	17	08/2016	1º ano EM	2 anos	17 meses
Rod	16	07/2016	2º ano EM	0	12 meses

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

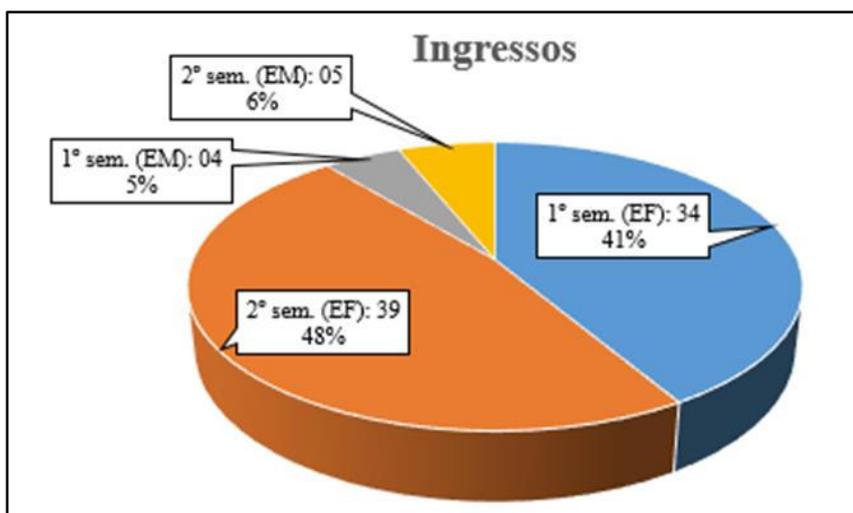
Com características similares a 2015, em 2016, conforme apresenta o Quadro acima, a escola recebeu ao todo 82 matrículas de alunos: 89% (73) deles do Ensino Fundamental e 11% (09) do Ensino Médio. As matrículas do Ensino Fundamental totalizaram 41% (34) no 1º semestre e 48% (39) no segundo semestre; em relação ao Ensino Médio, totalizaram 5% (04) no 1º semestre e 6% (05) no 2º semestre.

Gráfico 9 - Matriculados em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

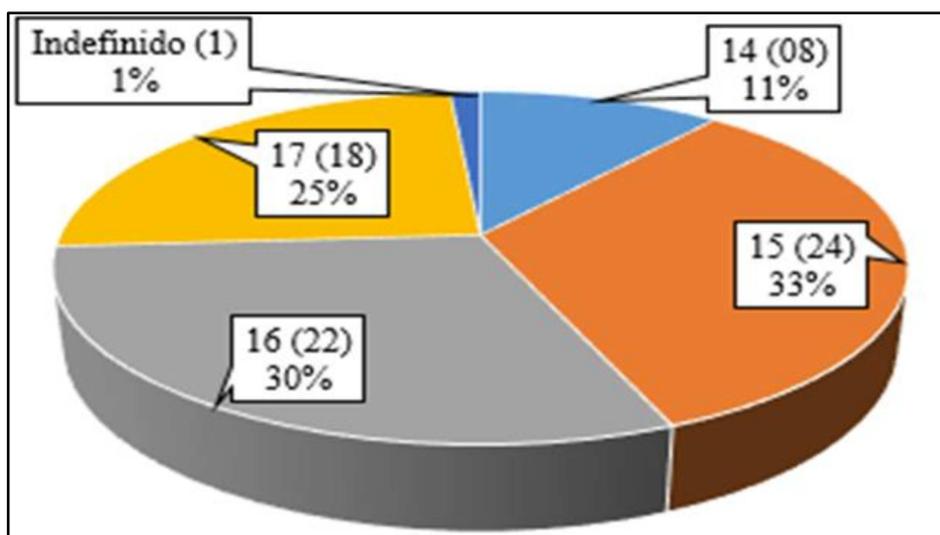
Gráfico 10 - Período e etapa de ingresso em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

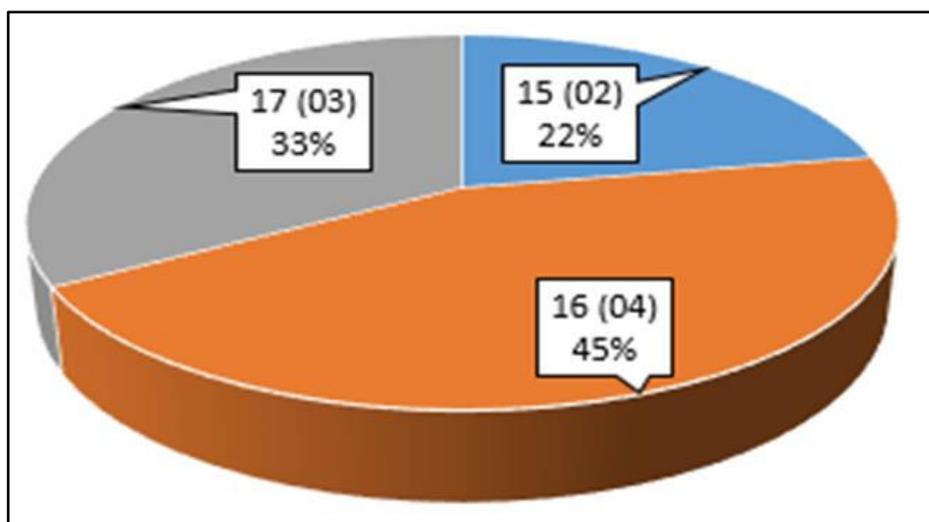
Em relação à idade dos adolescentes matriculados no Ensino Fundamental, pode-se observar que 11% (08) deles tinham 14 anos quando chegaram à escola; 33% (24) tinham 15 anos; 30% (22), 16 anos; 24% (18), 17 anos; e 1% (01) não teve a idade identificada. Em relação ao Ensino Médio, 22% (02) tinham 15 anos; 45% (04), 16 anos; e 33%, 17 anos. Ainda em relação à matrícula, no Ensino Fundamental, 2% (02) foram matriculados no 4º ano; 4% (03), no 5º ano; 15% (12), no 6º ano; 28% (23), no 7º ano; 18% (16), no 8º ano; e 21% (17), no 9º ano. No Ensino Médio 10% (08) foram matriculados na 1ª série; e 1% (01), na 2ª série.

Gráfico 11 - Perfil etário: Ensino Fundamental alunos de 2016



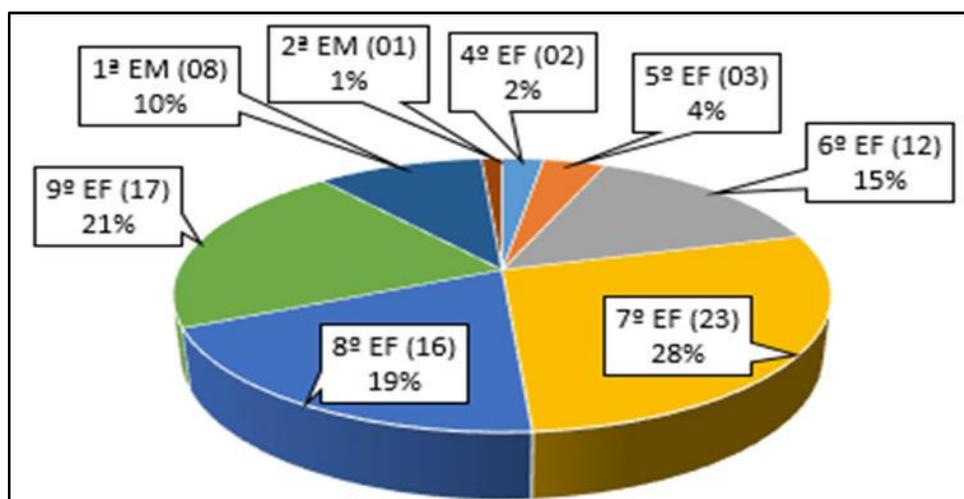
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 12 - Perfil Etário: Ensino Médio alunos de 2016



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 13 - Último ano escolar cursado antes da entrada no sistema pelos ingressos em 2016.

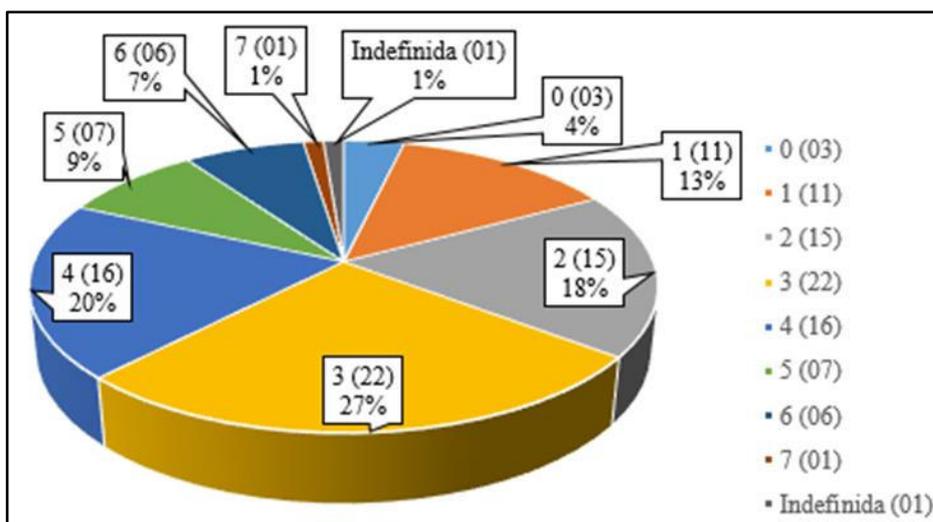


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Observa-se a predominância dos últimos anos do Ensino Fundamental, o que nos leva a compreender que quanto mais se avança nos estudos, mais a distorção idade-série aumenta, o que nos leva a entender que o problema, social e pedagógico também se agrava.

A distorção série-idade fica bem evidente, principalmente no Ensino Fundamental, chegando ao pico de 07 anos de diferença. Para ficar mais claro, 4% (03) dos matriculados chegaram à escola sem apresentar distorção série-idade; 13% (11) já apresentaram um ano de diferença; 18% (15), dois anos; 27% (22), três anos; 20% (16), quatro anos; 9% (07), cinco anos; 7% (06), seis anos; 1% (01), sete anos; e 1% (01), por não ter tido a idade divulgada, não foi possível identificar.

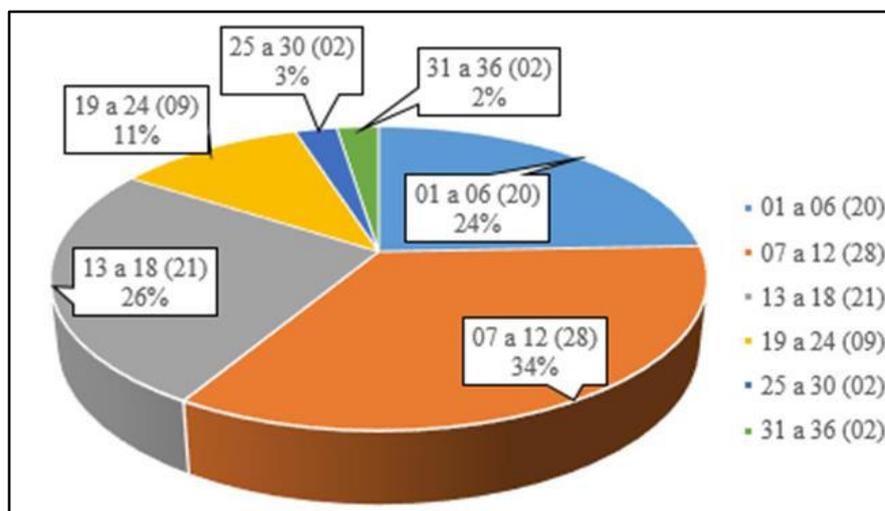
Gráfico 14 - Defasagem Idade/série em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Dos adolescentes que chegaram à escola em 2016, a sentença a eles determinada para ficarem no CSE foram para 24% (20) deles entre 01 e 06 meses; 34% (28), entre 07 e 12 meses; 26% (21), entre 13 e 18 meses; 11% (09), entre 19 e 24 meses; 3% (02), entre 25 e 30 meses; e 2% (02), entre 31 e 36 meses.

Gráfico 15 - Tempo total no Centro: em meses em 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 5 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2017

Codinome	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Tim	16	05/2017	4º ano	7 anos	08 meses
Bosco	12	08/2017	5º ano	3 anos	05 meses
Maia	16	01/2017	6º ano	5 anos	12 meses

Codiname	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
João	16	01/2017	6º ano	5 anos	12 meses
Mirosmar	15	01/2017	6º ano	4 anos	18 meses
Carlos	15	01/2017	6º ano	4 anos	20 meses
Erasmo	16	02/2017	7º ano	4 anos	11 meses
Roberto	15	02/2017	6º ano	4 anos	11 meses
Pepeu	15	03/2017	6º ano	4 anos	11 meses
Luciano	14	03/2017	6º ano	3 anos	21 meses
Paulo	15	03/2017	7º ano	3 anos	05 meses
Paralamas	17	04/2017	7º ano	5 anos	18 meses
Paulo	16	04/2017	6º ano	5 anos	09 meses
Ricardo	16	05/2017	7º ano	4 anos	16 meses
Leandro	16	05/2017	7º ano	4 anos	07 meses
Xororó	17	05/2017	7º ano	5 anos	17 meses
Leonardo	16	05/2017	7º ano	4 anos	14 meses
Vitor	16	06/2017	6º ano	5 anos	15 meses
Chitãozinho	17	07/2017	6º ano	6 anos	17 meses
Ritchie	17	07/2017	7º ano	5 anos	16 meses
Chorão	17	08/2017	7º ano	5 anos	15 meses
Raul	17	11/2017	6º ano	6 anos	12 meses
Zeze	15	02/2017	6º ano	4 anos	05 meses
Seixas	14	02/2017	6º ano	3 anos	09 meses
Fabiano	16	02/2017	6º ano	5 anos	11 meses
Leo	16	03/2017	6º ano	5 anos	10 meses
Mateus	16	04/2017	6º ano	5 anos	09 meses
Kauan	15	04/2017	6º ano	4 anos	09 meses
Henrique	16	05/2017	7º ano	4 anos	07 meses
Juliano	15	05/2017	6º ano	4 anos	08 meses
Wesley	16	06/2017	6º ano	5 anos	20 meses
Marrone	16	08/2017	7º ano	4 anos	12 meses
Kevinho	16	11/2017	6º ano	5 anos	15 meses
Bruno	15	11/2017	7º ano	3 anos	08 meses
Zé Filipe	17	11/2017	7º ano	5 anos	10 meses
Zé Neto	17	11/2017	7º ano	5 anos	15 meses
Cristiano	17	03/2017	8º ano	4 anos	10 meses
Nando	17	03/2017	8º ano	4 anos	10 meses
Ovelha	16	03/2017	9º ano	2 anos	18 meses
João	16	03/2017	9º ano	2 anos	17 meses
Gilberto	16	03/2017	9º ano	2 anos	23 meses
Kekel	17	03/2017	8º ano	4 anos	21 meses
Iork	16	03/2017	8º ano	3 anos	05 meses
Gilberto	16	04/2017	8º ano	3 anos	20 meses
Thiaguinho	16	05/2017	8º ano	3 anos	08 meses
Brava	17	05/2017	9º ano	3 anos	08 meses
Legião	17	05/2017	8º ano	4 anos	15 meses
Leleto	15	06/2017	9º ano	1 ano	07 meses
Djavan	17	08/2017	8º ano	4 anos	10 meses
Lulu	16	08/2017	9º ano	2 anos	12 meses
Emicida	17	08/2017	9º ano	3 anos	01 mês
Skank	17	11/2017	9º ano	3 anos	15 meses
Seu Jorge	17	11/2017	9º ano	3 anos	07 meses
Bonde	17	11/2017	9º ano	3 anos	09 meses

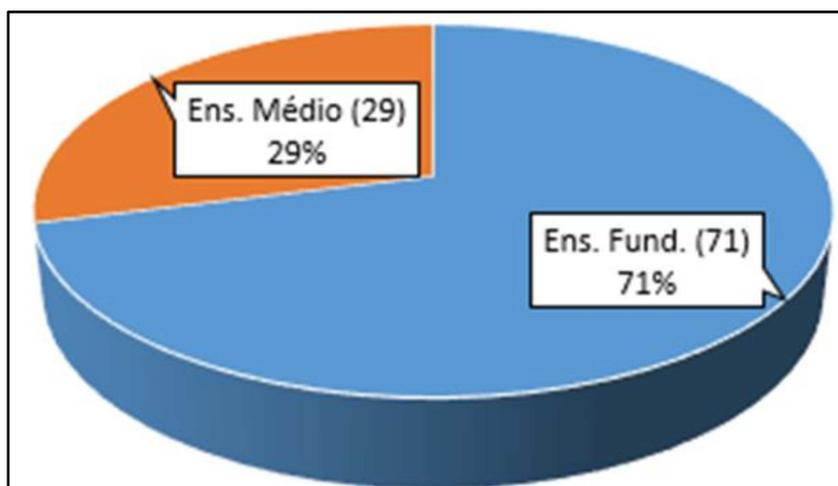
Codiname	Idade	Ingresso - (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Ftampa	15	11/2017	8º ano	2 anos	15 meses
Gil	17	03/2017	8º ano	4 anos	10 meses
Jadson	16	05/2017	8º ano	3 anos	06 meses
Milton	17	06/2017	8º ano	4 anos	05 meses
Amado	17	06/2017	8º ano	4 anos	07 meses
Batista	16	06/2017	9º ano	2 anos	12 meses
Jota	17	07/2017	8º ano	4 anos	05 meses
Quest	17	08/2017	8º ano	4 anos	03 meses
Munhoz	16	11/2017	8º ano	3 anos	18 meses
Mariano	17	11/2017	9º ano	3 anos	09 meses
Rappa	17	11/2017	9º ano	3 anos	15 meses
Os Cretinos	16	11/2017	9º ano	2 anos	15meses
Jonas	17	11/2017	9º ano	3 anos	15 meses
Esticado	16	11/2017	9º ano	2 anos	07 meses
Davi	17	02/2017	1º ano EM	2 anos	03 meses
Vinicius	17	04/2017	9º ano	3 anos	04 meses
Capital	17	04/2017	9º ano	3 anos	04 meses
Marcelo	17	05/2017	1º ano EM	2 anos	08 meses
Perera	17	05/2017	9º ano	3 anos	07 meses
Tiê	17	06/2017	1º ano EM	2 anos	11 meses
Jorge Ben	16	07/2017	1º ano EM	1 ano	12 meses
TiTãs	16	08/2017	1º ano EM	1 ano	09 meses
Sorriso	15	08/2017	1º ano EM	0	18 meses
Dilsinho	17	03/2017	1º ano EM	2 anos	18 meses
Maneva	16	05/2017	1º ano EM	1 ano	03 meses
Pedrinho	17	05/2017	1º ano EM	2 anos	08 meses
Sergio	16	05/2017	1º ano EM	1 ano	08 meses
Delano	17	05/2017	1º ano EM	2 anos	08 meses
Ramalho	17	05/2017	1º ano EM	2 anos	08 meses
Fagner	17	06/2017	1º ano EM	2 anos	16 meses
Belchior	17	06/2017	1º ano EM	2 anos	17 meses
Buarque	16	06/2017	1º ano EM	1ano	07 meses
Chico	17	08/2017	1º ano EM	2 anos	05 meses
Péricles	16	03/2017	2º ano EM	0	03 meses
Raimundos	17	03/2017	2º ano EM	1 ano	06 meses
Criolo	17	08/2017	2º ano EM	1 ano	05 meses
Cazuza	17	08/2017	2º ano EM	1 ano	05 meses
Lenine	17	08/2017	2º ano EM	1 ano	16 meses
Zeca	17	08/2017	2º ano EM	1 ano	05 meses
Alceu	17	03/2017	3º ano EM	0	03 meses
Diogo	17	04/2017	3º ano EM	0	09 meses
Toquinho	17	05/2017	3º ano EM	0	01 mês
Martinho	17	05/2017	3º ano EM	0	02 meses
Benito	17	08/2017	3º ano EM	0	02 meses
Arlindo	17	08/2017	3º ano EM	0	05 meses
Eduardo	17	08/2017	3º ano EM	0	05 meses

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Com base nos dados do Simade, apresentados acima, pode-se perceber que, em 2017, 100 adolescentes foram admitidos no CSE. Desse total, 71% (71) deles estavam no Ensino

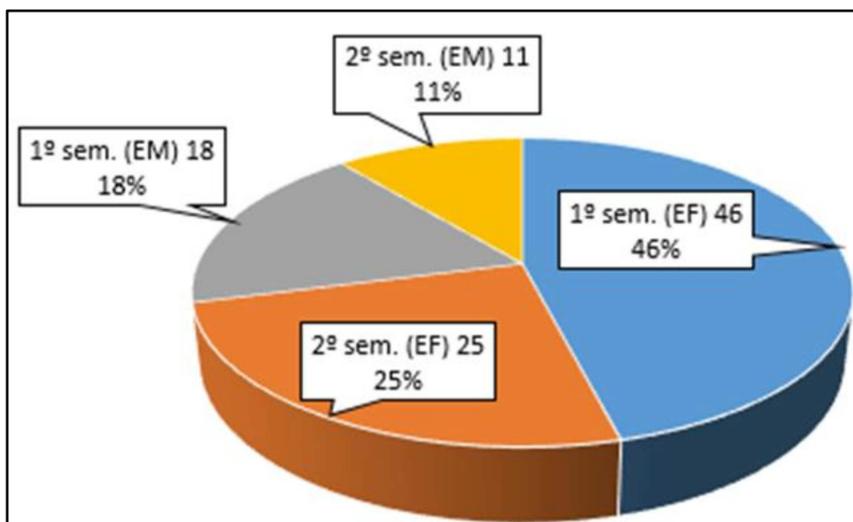
Fundamental e 29%, no Ensino Médio. Desses, o 1º semestre representou 46% (46) das matrículas para adolescentes do Ensino Fundamental e 18% (18) para os do Ensino Médio; e, no 2º semestre, representou, para o Ensino Fundamental, 18% (18) e para o Ensino Médio 11% (11).

Gráfico 16 - alunos Matriculados em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 17 - Ingressos por semestre e etapa em 2017

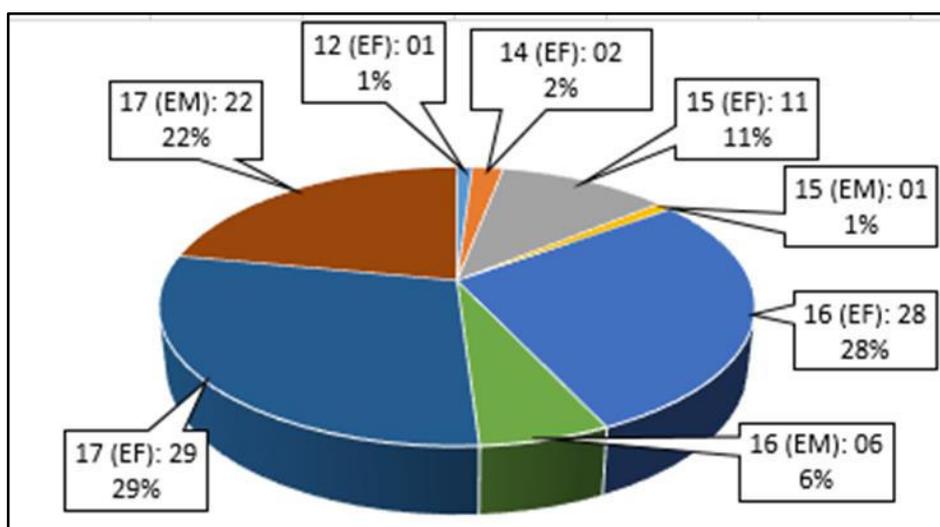


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quanto à idade dos adolescentes, pode-se observar uma variação maior em relação a 2015 e 2016. Nos anos anteriores nenhum adolescente com menos de 14 anos tinha sido admitido no CSE. Em 2017, isso já foi verificado. Sendo assim, esse adolescente de 12 anos representou 1% dos internos; 2% (02) deles tinham 14 anos; 12% (12) tinham 15 anos; 34%

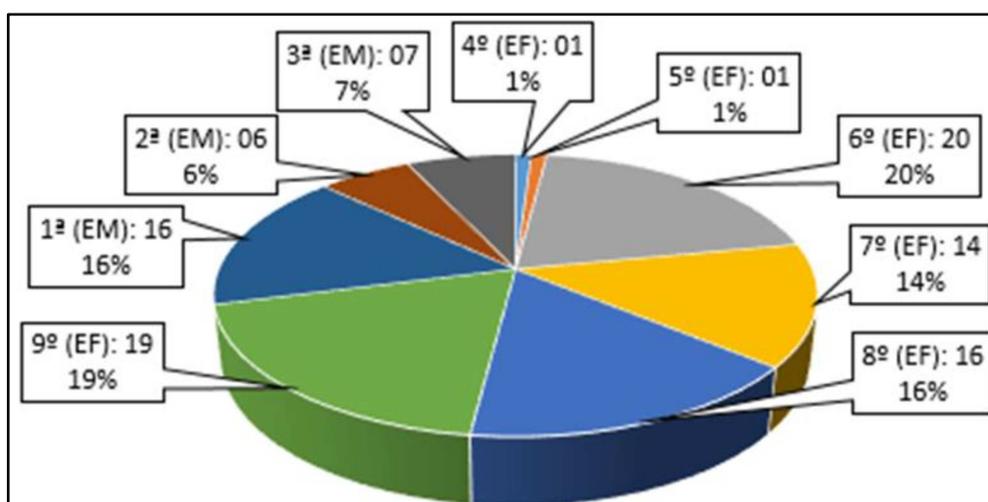
(34) tinham 16 anos; e 51% deles tinham 17 anos. As matrículas foram distribuídas no Ensino Fundamental e Médio. No Fundamental, 1% (01) dos sujeitos foi matriculado no 4º ano; 1% (01), no 5º ano; 20% (20), no 6º ano; 14% (14), no 7º ano; 16% (16), no 8º ano; 19% (19), no 9º ano. No Médio, 16% (16) foram matriculados na 1ª série; 6% (06), na 2ª série; e 7% (07), na 3ª série.

Gráfico 18 - perfil etário dos alunos em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 19 - Último ano escolar cursado antes da entrada no sistema pelos ingressos em 2017

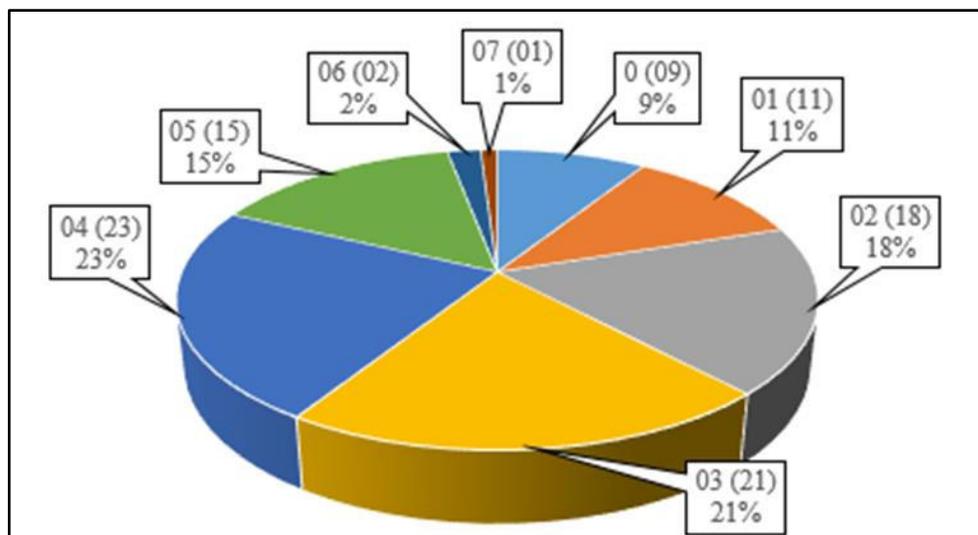


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quando se observa o tempo de defasagem série/idade dos adolescentes, percebe-se que, apesar dos problemas enfrentados ou provocados, alguns deles não apresentam nenhuma defasagem. Por outro lado, há aqueles que superam quatro anos de distorção. Seguindo esse raciocínio, constata-se, portanto, que 9% (09) dos internos não apresentavam atraso escolar;

11% (11) apresentavam 1 ano de atraso; 18% (18), 2 anos; 21% (21), 3 anos; 23% (23), 4 anos; 15% (15), 5 anos; 2% (02), 6 anos; e 1% (01), 7 anos.

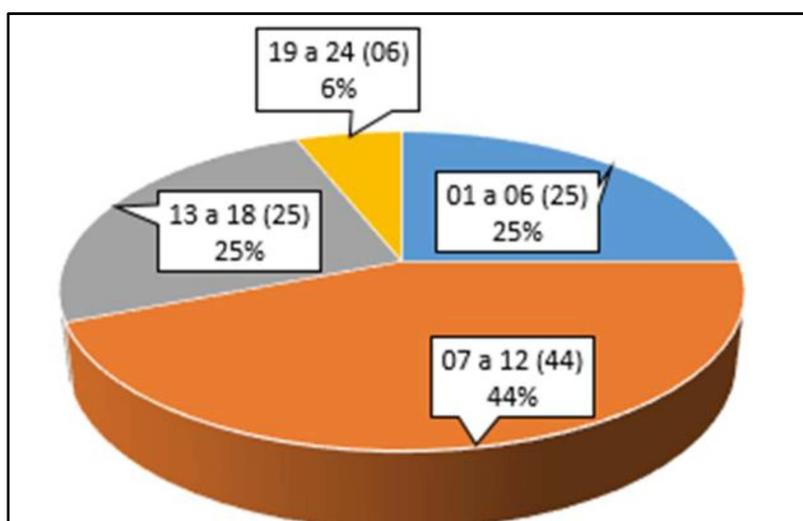
Gráfico 20 - Defasagem Idade/Série em anos matriculados em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O tempo de permanência no Centro em relação a 2015 e 2016 foi menor. Enquanto nos outros anos o tempo chegou a quase 40 meses, em 2017 não ultrapassou os 24. Em pormenores, a “estadia” dos adolescentes foi prevista: 25% (25) deles entre 01 e 06 meses; para 44% deles, entre 07 e 12 meses; para outros 25% (25), entre 13 e 18 meses; e apenas 6% (06) deles deveriam ficar entre 19 e 24 meses.

Gráfico 21 - Tempo total no centro em meses em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

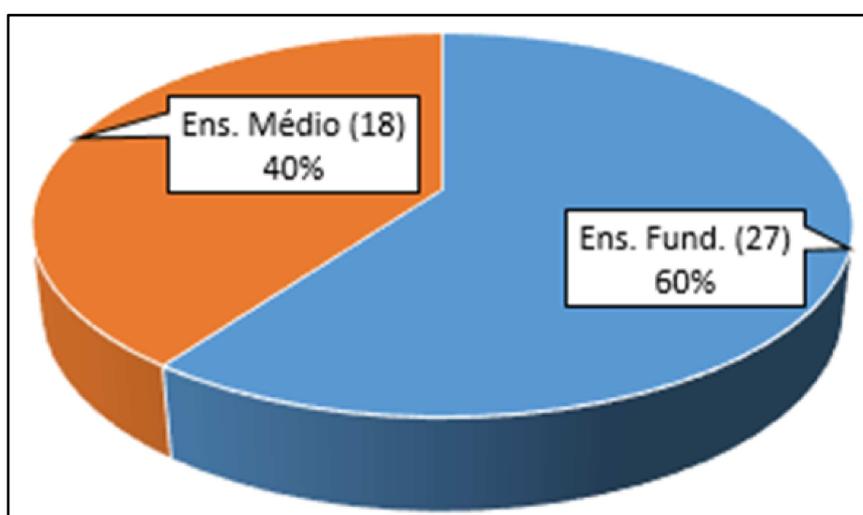
Quadro 6 - Adolescentes admitidos no CSE ano base 2018

Aluno	Idade	Ingresso (mês/ano)	Último ano escolar	Defasagem Idade/Série	Tempo total no Centro
Tafarel	17	03/2018	5º ano	7 anos	11 meses
Raul	17	04/2018	5º ano	7 anos	05 meses
Zetti	15	11/2018	5º ano	5 anos	03 meses
Manga	14	02/2018	6º ano	3 anos	07 meses
Fábio	15	02/2018	6º ano	4 anos	12 meses
Vitor	17	02/2018	6º ano	6 anos	12 meses
Marcos	16	02/2018	7º ano	4 anos	12 meses
Joãozinho	17	04/2018	6º ano	6 anos	05 meses
Palhinha	16	04/2018	7º ano	4 anos	10 meses
Dedé	17	10/2018	6º ano	6 anos	04 meses
Romário	17	10/2018	6º ano	6 anos	04 meses
Neymar	17	10/2018	6º ano	6 anos	04 meses
Nelinho	17	10/2018	7º ano	5 anos	04 meses
Reinaldo	17	01/2018	9º ano	3 anos	13 meses
Alex	17	02/2018	9º ano	3 anos	06 meses
Sócrates	17	04/2018	9º ano	3 anos	10 meses
Kaká	15	04/2018	8º ano	2 anos	10 meses
Fred	17	09/2018	9º ano	3 anos	05 meses
Egídio	16	10/2018	9º ano	2 anos	04 meses
Pelé	16	11/2018	8º ano	3 anos	03 meses
Rivelino	16	11/2018	8º ano	3 anos	03 meses
Ronaldo	15	11/2018	9º ano	1 ano	12 meses
Ronaldinho	17	12/2018	9º ano	3 anos	02 meses
Dunga	17	12/2018	8º ano	4 anos	02 meses
Denner	17	02/2018	9º ano	3 anos	11 meses
Zico	17	04/2018	8º ano	4 anos	03 meses
Nelinho	17	10/2018	9º ano	3 anos	04 meses
Rivaldo	17	03/2018	1º ano EM	2 anos	06 meses
Vagner Lov	17	04/2018	1º ano EM	2 anos	10 meses
Marcelo	17	07/2018	1º ano EM	2 anos	07 meses
Vitinho	17	12/2018	1º ano EM	2 anos	02 meses
Filipe	17	06/2018	1º ano EM	2 anos	06 meses
Rafinha	17	06/2018	1º ano EM	2 anos	08 meses
Richarlison	17	05/2018	2º ano EM	1 ano	06 meses
Daniel	16	05/2018	2º ano EM	0	06 meses
Jonas	17	05/2018	2º ano EM	1 ano	02 meses
Thiago	17	07/2018	2º ano EM	1 ano	01 mês
Miranda	17	07/2018	2º ano EM	1 ano	07 meses
Willian	17	07/2018	2º ano EM	1 ano	01 mês
Coutinho	17	07/2018	2º ano EM	1 ano	01 mês
Casemiro	17	09/2018	2º ano EM	1 ano	05 meses
Alisson	17	11/2018	2º ano EM	1 ano	03 meses
Firmino	17	04/2018	3º ano EM	0	08 meses
Paulinho	17	04/2018	3º ano EM	0	08 meses
Marquinho	17	08/2018	3º ano EM	0	06 meses

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

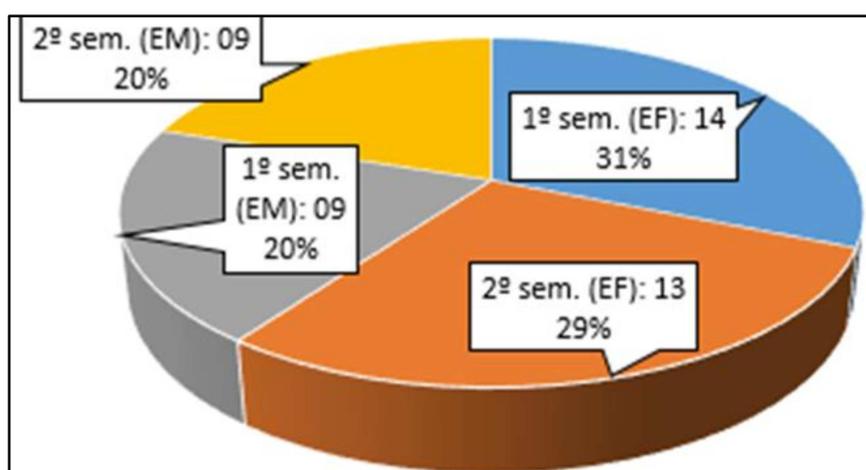
Comparando os anos de anos, no período entre de 2015 e 2018, este último foi o que menos adolescentes foram admitidos no CSE. Outro fator que também chama atenção é o maior número de internos com 17 anos, tanto no nível de escolaridade fundamental quanto médio. Em relação a isso, em 2018 também foi um ano, em relação aos outros, com menos alunos matriculados na escola. Ao todo foram 45. Desses, 60% (27) concentraram-se no Ensino Fundamental e 40% (18), no Médio. Do montante, 51% (23) deles ingressaram no 1º semestre e 49% (22), no 2º semestre.

Gráfico 22 - Alunos Matriculados em 2018



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 23 - Ingressos por semestre e por etapa em 2018

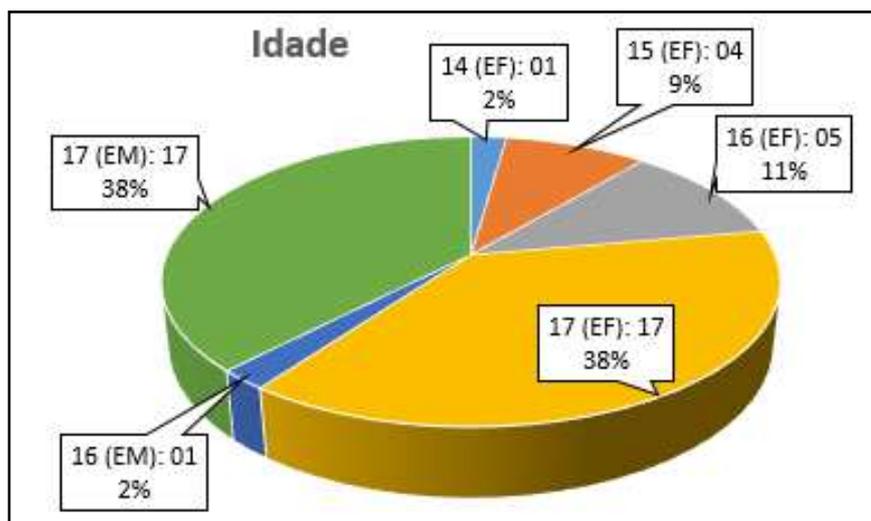


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Como descrito acima, a idade foi um quesito que chamou a atenção. Apenas 01 adolescente, que representa 2% do montante, tinha 14 anos; 9% (04), tinham 15 anos; 13% (06

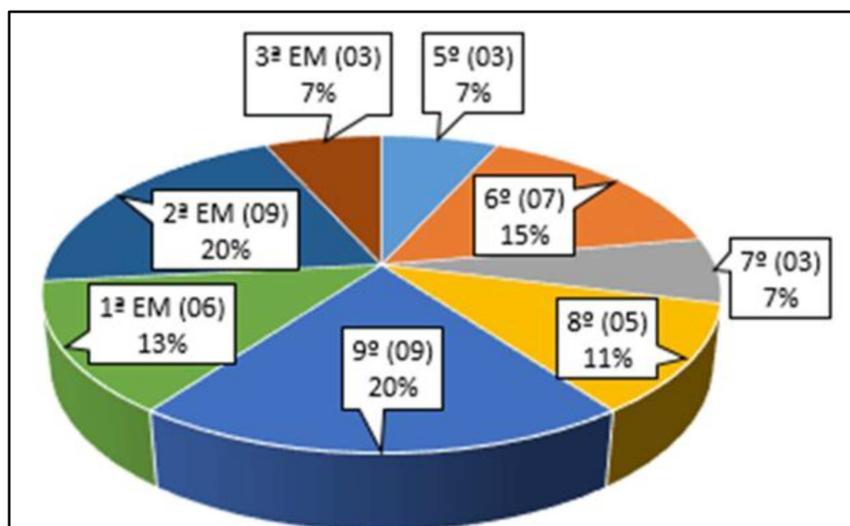
– 05 do Fundamental e 01 do Médio), tinham 16 anos; e 76% (34 – 17 do Fundamental e 17 do Médio), tinham 17 anos. Desses, 7% (03) foram matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental; 15% (06), no 6º ano; 7% (03), no 7º ano; 8% (05), no 8º ano; 20% (09), no 9º ano. No Ensino Médio, 13% (06) foram matriculados na 1ª série; 20% (09), na 2ª série; e 7% (03), na 3ª série.

Gráfico 24 - Perfil etário: Ensino Fundamental alunos de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 25 - Último ano escolar cursado antes da entrada no sistema pelos ingressos em 2018

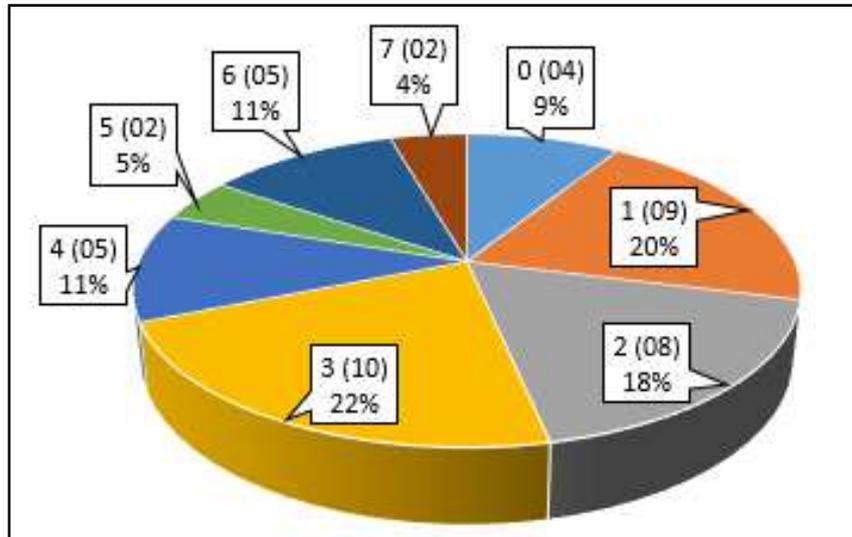


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A defasagem Idade/Série é um quesito que preocupa toda Unidade escolar, seja ela regular ou na modalidade assistida. Apesar da ocorrência comum, 2018 foi um pouco melhor que os outros anos em análise. Do número total de adolescentes matriculados, 9% (04) deles não apresentou problemas de defasagem escolar; enquanto 20% (09) apresentou 1 ano de atraso;

18% (08), 2 anos; 22% (10), 3 anos; 11% (05), 4 anos; 5% (02), 5 anos; 11% (05), 6 anos; e 4% (02), 7 anos.

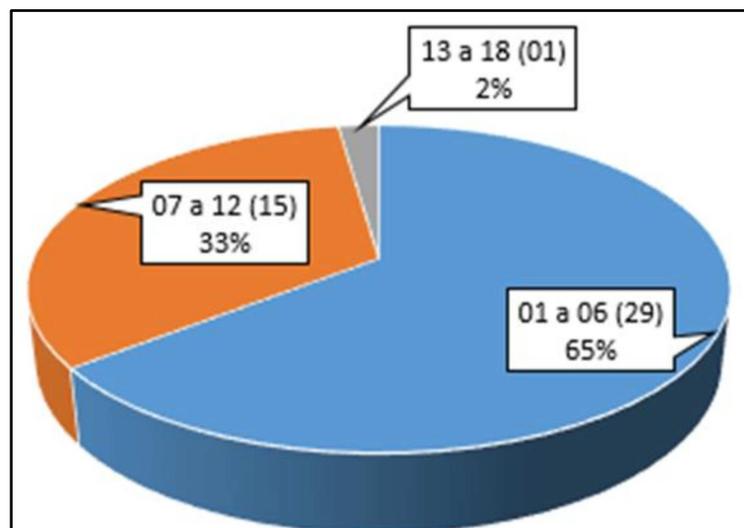
Gráfico 26 - Defasagem Idade/Série em anos em 2018



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O tempo determinado para que os adolescentes ficassem no Centro, em 2018, também foi menor em relação aos outros anos em estudo. Sendo assim, o tempo e permanência e a distorção idade-série devem interferir diretamente na proposta pedagógica. O tempo máximo aplicado a um dos adolescentes foi de 13 meses, o que representa 2% do total; 33% (15) deles ficaram entre 06 e 12 meses; enquanto a maioria, 65% (29) ficaram apenas entre 01 e 06 meses.

Gráfico 27 - Tempo total no Centro: em meses em 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os procedimentos iniciais são adotados pela Escola Estadual Marechal Floriano localizada dentro do Centro Socioeducativo de Governador Valadares, no município de Governador Valadares, desde o momento em que o adolescente autor de atos infracionais é sentenciado para cumprimento de medida socioeducativa, de acordo com a peculiaridade de cada um. Após cometimento de ato infracional, o adolescente é apreendido e encaminhado ao CSE-GV pelo judiciário, para cumprimento, de medida provisória, na maioria dos casos.

Cabe ressaltar que o CSE-GV atende a duas modalidades de medida socioeducativa, que são: medida provisória, que é o período de 45 dias, no máximo, que o menor infrator deve aguardar para ser assistido pelo juiz; e medida de internação, decidido pelo juiz de acordo com o grau de cometimento do ato infracional do menor infrator. Cada uma delas possui metodologias diferenciadas e, por este motivo, demandam equipes distintas, o que não é o caso do CSE-GV, pois apenas uma equipe técnica atende as duas modalidades. Assim que dá entrada na Unidade para cumprir inicialmente a medida provisória, o adolescente passa por acolhimento inicial da equipe de segurança, que registra os seus dados e levanta as primeiras informações e impressões, como riscos e desavenças de território, por exemplo. Neste momento recebe itens básicos de higiene, uniforme e itens de cama e banho. O próximo passo diz respeito à triagem com a equipe de saúde, feita pelo técnico de enfermagem, onde são verificadas, principalmente, as questões mais relevantes sobre as condições de saúde em que se encontra o adolescente. A acolhida com a equipe técnica se configura como outra etapa dessa inserção na Unidade Socioeducativa. A entrevista pode ser realizada pelo psicólogo, assistente social, pedagogo, terapeuta ocupacional ou analista jurídico, profissionais que compõem o corpo técnico.

Neste atendimento, informações relevantes autodeclaradas pelo adolescente são levantadas, como dados familiares, de moradia, educacionais, habilidades, saúde e de seu envolvimento com a criminalidade. Esse momento é fundamental para se observar os aspectos psicossociais do interno, bem como suas limitações cognitivas e os aspectos acerca da saúde mental. A partir desse momento, o adolescente é inserido nas atividades de apoio pedagógico escolar, executado por um profissional da escola, que avaliará as competências na área de aprendizagem do adolescente, bem como suas dificuldades de ensino. O adolescente permanece nesse espaço durante toda a sua permanência na medida provisória, ou seja, por até 45 dias.

Considerando que o tempo previsto para permanência do adolescente na internação provisória não deve ultrapassar 45 dias, entende-se que esse período é pequeno para que sejam trabalhadas todas as competências educacionais com os socioeducandos, o que inviabiliza o ensino por disciplina e a matrícula escolar propriamente dita. Por esse motivo, é proposta uma metodologia por projetos com início, meio e fim, em cada dia de aula, uma vez que a qualquer

tempo esse adolescente pode receber decisão judicial e ser liberado dessa medida. Esse espaço, porém, não se configura como reforço escolar, mas como ambiente que possibilita uma representação de conhecimento e pertencimento, onde, inclusive, esses adolescentes possam se perceber como pessoas capazes de responder pela própria vida e possibilitar troca de saberes.

Para atender o adolescente que se encontra na internação provisória, o professor é contratado em um modelo de unicodência (regente de turma), de acordo com a legislação vigente, e exerce a função de mediador de aprendizagem no desenvolvimento de oficinas que ocorrem, em média, com 12 alunos. A proposta pedagógica para os jovens que se encontram em cumprimento de medida de internação provisória é desenvolver habilidades por meio de oficinas de Língua Portuguesa e Matemática, com um atendimento de, no mínimo, duas horas diárias. É importante salientar que os alunos dessas atividades são avaliados por meio de portfólios.

Essas oficinas devem criar oportunidades de interação que ajudem os jovens a completar o processo de construção de conhecimentos, em relação aos quais não adquiriram independência, necessitando, ainda, de ajuda para consolidá-los, ampliando seu letramento.

No período em que os adolescentes se encontram no Provisório aguardando atendimento jurídico, a escola deve submeter esses adolescentes à avaliação de classificação e reclassificação, nos termos da Resolução Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 10/1997 (item 2.3 da Indicação CEE 9/1997); Indicação CEE nº 13/1997; § 1º do artigo 23 da LDB (BRASIL, 1996). Mediante a avaliação e após obter a média mínima para a aprovação (50% em todos os conteúdos avaliados) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A descrição da Classificação e da Reclassificação deverá fazer parte do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico. Finalizando esse processo de aplicação, correção e registros, a descrição que deverá ser arquivada na pasta do aluno, que fica guardada na Secretaria da Escola.

A classificação pode ser realizada por promoção ou por transferência e, independentemente de escolarização anterior, cabe à escola redigir uma declaração que será assinada pelo próprio aluno ou por seu responsável, informando a inexistência de escolaridade anterior ou a impossibilidade de comprovar a vida escolar anterior ao período em que foi encaminhada para o cumprimento da medida. A condição para a reclassificação é estar matriculado, demonstrar domínio de conhecimento e pode ser solicitado pelos pais do menor, neste caso específico, dos alunos da EEMF. O aluno maior de idade pode também fazer a solicitação, no entanto é a própria equipe pedagógica que se predispõem a providenciar, sendo

esta elaborada pela equipe de professores da escola de forma interdisciplinar, contemplando as disciplinas da BNCC e incluindo, obrigatoriamente, uma redação em Língua Portuguesa.

Existe na escola um banco de avaliações. Por ser uma avaliação para um público diferenciado, cabe à equipe avaliar de forma globalizada, ou seja, interdisciplinar. Na EEMF, para cada prova são elaboradas 20 questões, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), contemplando as disciplinas da BNCC. Essa elaboração e produção são preferencialmente acordadas pelos professores das disciplinas a serem avaliadas, cabendo à própria equipe a correção sob a liderança do pedagogo da escola.

Para realização destes procedimentos desde a aplicação das provas, vale ressaltar que estes são feitos em dois momentos: o primeiro momento consiste em uma prova no valor de 100 pontos, sendo que o aluno deve alcançar uma média de 50% de acertos em cada disciplina; o segundo momento consiste em um processo de reclassificação, acompanhado pela equipe de professores, juntamente com a especialista. Nesse momento é sugerida, ainda, a realização de uma entrevista com o aluno como suporte para definição da reclassificação, caso seja necessário. De acordo com a legislação vigente, a reclassificação deve ser realizada tendo como referência o ano/idade e a avaliação de competências do estudante, e não pode ser empregada para acelerar os estudos ou indicar a terminalidade do Ensino Fundamental, conforme ata que segue anexa a este trabalho.

A classificação/reclassificação deve ser rigorosamente documentada em livro de ata específico e, ainda que o aluno não seja aprovado na prova e não alcance os objetivos propostos, cabe à equipe pedagógica a escrituração em livro próprio correspondente da série/ano do histórico escolar, além de registrar o nome do aluno de acordo com a legislação e colher assinatura de todo o corpo docente envolvido no processo.

Sendo assim, ao ser verificada a prática de ato infracional do adolescente e o Juiz determinar por medida de internação, o nome do adolescente é imediatamente encaminhado para a efetivação da matrícula na escola no respectivo ano escolar que fora validado, através da avaliação de classificação/reclassificação, enquanto estava no Provisório, com o intuito de diminuir essa defasagem escolar que ora apresentam ao chegar à Unidade. Além disso, pretende-se, desse modo, melhorar os aspectos motivacionais e de autoestima desse adolescente, uma vez que a conquista desse processo contribui para que ele se perceba como um ser capaz de construir e evoluir passando a idealizar uma nova trajetória fora da marginalidade. Esses aspectos são claramente percebidos nos momentos de EC e também no dia a dia da rotina escolar.

Considerando-se sua natureza cautelar, não se deve perder de vista o princípio constitucional da presunção do estado de inocência, que proíbe que o adolescente seja tratado como se culpado fosse, uma vez que ainda não há conclusão a apuração da autoria e materialidade do ato. Assim, o atendimento não pode ser fundamentado no princípio da responsabilização e todos os profissionais que atuam no centro devem respeitar esse princípio e, com maior razão, as intervenções socioeducativas devem ser priorizadas, o que não se confunde com a ausência de uma abordagem pedagógica focada na aplicação de medidas disciplinares, que, conforme cita o regimento interno, são fundamentais para compor o processo socioeducativo do adolescente.

A escola atende no turno matutino, das 7h15 às 11h45, com intervalo de 15 minutos para o recreio, de acordo com cronograma das salas, por motivo de segurança, para evitar conflitos entre os adolescentes. No turno vespertino, também utiliza-se o mesmo procedimento, iniciando às 13h15 e encerrando às 17h45. Na parte da manhã os adolescentes são despertados pelos agentes socioeducativos por volta das 6h para que eles possam se preparar para tomar o café e ir para a escola. Ao sair do alojamento, é feito um procedimento de revista em cada adolescente, logo a seguir são conduzidos em fila e, geralmente, com os braços para trás e de cabeça baixa até a escola.

No horário de recreio, é oferecido aos adolescentes, pela Unidade, um pão com manteiga ou uma fruta, sendo: uma banana, uma fatia de melancia ou uma laranja. Pelo fato de a Unidade não ter uma área apropriada para o recreio, nesse intervalo, os alunos pegam a merenda e ficam próximos ao paredão que cerca a Unidade para se esconderem do sol, ou, às vezes, quando o clima está propício, eles sentam na grama, afastados do bloco da escola, pois eles não podem fazer o intervalo próximo das outras salas de aula para evitar embates entre eles.

Por fim, quando está próximo do término da aula, os alunos passam por outro procedimento de revista e se dirigem para o alojamento. Este procedimento é feito para garantir que não levem nenhum material escolar para o alojamento após a aula. Não é permitido aos adolescentes levarem livros, cadernos ou qualquer outro material escolar para o alojamento, assim sendo, o professor deve planejar suas aulas de modo que inicie e finalize com atividades no horário em que se encontra na escola. O mesmo procedimento acontece no turno vespertino.

O Projeto Político Pedagógico (ESCOLA ESTADUAL MARECHAL FLORIANO, 2017b), no que tange à avaliação, é fundamentado de acordo com as Diretrizes Pedagógicas para Atendimento Educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Esse documento foi elaborado para atender aos adolescentes com uma educação de qualidade e

equidade, de forma que, ao serem desligados, possam ser reinseridos na sociedade, dando continuidade à sua escolarização.

Os projetos são desenvolvidos durante o ano escolar e alguns deles têm a sua culminância fora da Unidade, sendo utilizados espaços do município como: museu, biblioteca municipal, parque municipal, jogos estudantis em outras escolas, e outros espaços que se utiliza ao desenvolver um projeto. Quando a escola promove um projeto em que a culminância é desenrolada em um ambiente fora da Unidade, nem todos os adolescentes podem participar. Participam somente os que se enquadram dentro das normas do setor de Atendimento Técnico. Tudo é planejado com antecedência para que o setor de segurança da Unidade possa tomar todas as precauções para que os adolescentes possam participar dos eventos fora da Unidade. Assim, os adolescentes não estarão sendo expostos a situações de risco ao saírem. É importante dizer que existe um monitoramento dos projetos para que possam contribuir no processo avaliativo do educando.

A Resolução da SEE nº 2.749/2015 (MINAS GERAIS, 2015), dispõe sobre o funcionamento e operacionalização das Ações de Educação Integral nas escolas estaduais. Assim, há, também, duas salas em outro bloco para atender a demanda das ações de Educação Integral Integrada, que buscam implementar formação em diversas áreas, como esporte, artes plásticas, dança, música, teatro, informática, que complementem o conhecimento tradicional acessado pelos estudantes por meio da ampliação da jornada escolar e salas de 15m<sup>2</sup> cada, com ventiladores e boa luminosidade.

O procedimento para levar os adolescentes do alojamento até as salas de Educação Integral, e também o recreio, é o mesmo adotado na educação básica, já mencionado acima.

Por fim, cabe ressaltar que a designação dos servidores acontece de acordo com a Resolução da SEE vigente e pelos critérios propostos e uma Instrução Complementar em conjunto com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), através de Termo Técnico firmado entre as duas secretarias. O candidato a uma vaga na escola deve passar por uma entrevista direcionada pela Superintendência Regional de Educação (SRE) e pelo Centro Socioeducativo de Governador Valadares.

Após a análise, segue o capítulo abaixo, em que será analisado o atendimento em termos pedagógicos e o processo avaliativo.

### **3 UMA ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MINAS GERAIS CONSOANTE ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS**

O objetivo deste capítulo é analisar as dificuldades de gestão da avaliação de uma escola em regime socioeducativo. Para tanto, o capítulo foi organizado em duas seções. A primeira apresenta análises teóricas sobre o processo de avaliação. A segunda seção traz a metodologia e os instrumentos de pesquisa de campo e tem como objetivo apresentar a estrutura metodológica do estudo, bem como os caminhos percorridos para a sua elaboração.

Trata-se de um estudo que pauta a realidade vivenciada no âmbito da avaliação escolar em um sistema socioeducativo, consoante às diretrizes pedagógicas de Minas Gerais, sua trajetória e dificuldades elencadas no processo ensino-aprendizagem. Não se resume a uma análise bibliográfica dos fatos e sim do processo avaliativo.

#### **3.1 DIFICULDADES DE DESENVOLVER AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE MINAS GERAIS CONSOANTE ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS**

Esta seção busca contextualizar teoricamente o problema, situando o sistema socioeducativo e, mais especificamente, a Escola Estadual Marechal Floriano. Leva em consideração que a garantia do direito à educação de socioeducandos privados de liberdade é fruto de lutas sociais. Historicamente, as políticas públicas destinadas à infância e adolescência desvalidas foram instituídas num contexto social de relações complexas e contraditórias, no âmbito de conflitos e lutas de classes, que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo. Buscou-se, através das políticas legitimadas pelo Estado, o controle social da população pobre, vista como perigosa e a manutenção da ordem social vigente.

A Escola Estadual Marechal Floriano trabalha na nova perspectiva de atendimento proposta pela Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012), pautada na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). A política do SINASE busca modificar o atendimento historicamente pautado na repressão e no controle social; busca reforçar e incluir o caráter educativo do atendimento e a obrigatoriedade da oferta da Educação Básica. Levando em consideração tais prerrogativas, o problema do estudo baseia-se na avaliação no sistema socioeducativo de Minas Gerais, consoante às diretrizes pedagógicas para esse sistema.

### 3.1.1 Problemas no processo de avaliação da Escola Estadual Marechal Floriano: uma análise crítica

A prática avaliativa no sistema socioeducativo está cada vez mais no centro das contradições escolares. No entanto, as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais têm proporcionado um novo olhar sobre esse tema no processo ensino-aprendizagem (BRASIL, 2012).

Apesar do que foi apresentado, a avaliação que de fato ocorre não é contínua e sistemática, ou seja, as normativas e as propostas federais e estaduais estão alinhadas no PPP da escola, mas não se concretizam na prática. É necessário que a avaliação do processo ensino-aprendizagem tenha o caráter formativo e possibilite a exploração do conhecimento prévio do estudante acerca do que é ensinado e aprendido, além de produzir o *feedback* para o desenvolvimento do trabalho, conforme prevê as diretrizes pedagógicas. Essa “incoerência” pode ser averiguada em atas<sup>6</sup> de reuniões de conselho de classe, na qual o professor de Língua Portuguesa do Centro: “*O aluno está na série x, então ele precisa ter esses conhecimentos. Não sou professor alfabetizador, mas sim de disciplina específica de Língua Portuguesa. Como vou analisar o conhecimento prévio de um aluno que nada sabe?*”.

Na fala do professor, observa-se a lacuna entre o que preconiza as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais e o que de fato é colocado em prática pelos educadores. Por mais que as intervenções pedagógicas fossem feitas, os educadores não entendiam que precisavam conhecer, a partir de uma avaliação diagnóstica, o que o aluno sabia para, a partir daí, oportunizar uma aprendizagem significativa. A avaliação, nesse caso, seria processual e não apenas classificatória. Em uma das atas<sup>7</sup> do conselho de classe, um professor apontou o seguinte. “*O aluno que chega a nossa escola, por meio do centro educativo precisa entender que existe um sistema e que ele precisa se adequar, não a escola se adequar a ele. A avaliação existe e existirá e ele precisará ter notas boas. Assim é a vida*”

Ao longo do período que estive como diretor na escola, percebi que a avaliação da aprendizagem na instituição não era contínua e crescente, e, portanto, o processo não condizia com as diretrizes. Isso pode ser confirmado nos apontamentos pedagógicos constantes, feito ao

---

<sup>6</sup> Ata de reunião de 08/09/2015.

<sup>7</sup> Ata de reunião de 08/09/2015.

longo da passagem do educando pela escola. As avaliações deveriam considerar as diretrizes pedagógicas e a escola deveria realmente entender que o que o educando aprendeu ao longo da vida não se perde e serve de suporte para a sua aprendizagem posterior, pois um processo de cognição, que muitas vezes envolve estruturas mentais complexas, não é simplesmente a resposta de um estímulo, é um processo em que o aprendiz deve ser considerado como sujeito e não como objeto.

De acordo com as Diretrizes Pedagógicas para atendimento educacional do Sistema Socioeducativo no Estado de Minas Gerais, é preciso que a escola:

Possibilitem à exploração, o estabelecimento do conflito cognitivo, a reflexão, o estabelecimento de relações entre os antigos e os novos conhecimentos, a organização desses saberes, a troca entre os estudantes, a sedimentação das aprendizagens, a aplicabilidade do aprendido na vida e a autonomia (MINAS GERAIS, [2017], p. 18)

No entanto, no cotidiano escolar das Unidades de internação, ainda coexiste a antiga matriz repressora e estigmatizante do menor (não considera que ele está ali para um processo de ressocialização e que isso passa por várias vertentes, entre elas o processo ensino-aprendizagem) e o Paradigma da Proteção Integral. No caso da escola em estudo, a avaliação não ocorre de acordo com as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Isso pode ser confirmado ao analisar as avaliações dos professores, cujos métodos tradicionais não consideram a real proposta do documento norteador.

De acordo com o Professor 3<sup>8</sup>: “A avaliação deve conter aspectos de conteúdos programáticos, trata-se de avaliar a aprendizagem do aluno. Mesmo que estejam de passagem, mesmo que façamos portfolios entre outros, precisa-se de avaliar as potencialidades cognitivas dos educandos”.

Com base na fala do Professor 3, observa-se que ele não vê o processo avaliativo como algo que deve ser alinhado às diretrizes pedagógicas, o que enfraquece o ato de avaliar no processo socioeducativo, pois o professor precisa ter um olhar diferenciado acerca dos educandos e do processo ensino-aprendizagem.

---

<sup>8</sup> Ata de reunião de 08/09/2015.

Isso pôde ser percebido nos debates dos conselhos de classe de 2016, em que alguns professores ainda não haviam feito a leitura do documento, ou seja, a forma de avaliar ainda partia de outros princípios norteadores que não estavam em consonância com o documento. Em atas<sup>9</sup> de conselho de classe, pode-se evidenciar os seguintes apontamentos da professora de Matemática: “*Avaliação tem que estar voltada para as avaliações sistemáticas, o que adianta avaliar de acordo com esse documento se os alunos não aprendem. É fácil falar que tem que estar em consonância as diretrizes, mas elas não suprem a real necessidade dos educandos*” (PROFESSOR DE MATEMÁTICA, 2022).

Isso não se associa ao que as diretrizes pedagógicas apontam, pois, de acordo com elas, precisa-se ter uma avaliação formativa, processual e contínua do estudante e dos processos de construção do conhecimento. No entanto, ao ouvir a fala do professor, nenhum outro se contrapôs, pois comungavam da mesma opinião. Isso criou uma lacuna entre o que se preconiza no documento e o que se realiza na prática em sala de aula.

Ademais, as atividades eram basicamente um roteiro a ser seguido, que em nada se aproximavam de uma avaliação formativa ou processual. No entanto, as diretrizes pedagógicas para atendimento socioeducativo no Estado de Minas Gerais preconizam uma avaliação mais holística. Observa-se, ainda, que não havia portfólios, muito pelo contrário, as avaliações eram bem tradicionais, com questões totalmente descontextualizadas, tais como “Cite o ano da segunda Guerra Mundial”.

Observa-se que a realidade no que tange a avaliação no processo socioeducativo é complexa e maior que a legislação. Ainda se faz necessária a luta por novas conquistas e melhorias no atendimento e serviço prestado nessas instituições de ensino, principalmente no que se refere a *avaliação dos educandos* nos centros socioeducativos.

Nessa perspectiva, observa-se que a avaliação, no âmbito da política de atendimento de uma Unidade Socioeducativa de internação, está distante da realidade da instituição pesquisada, e ela ainda tem o desafio de garantir o acesso e permanência do adolescente privado de liberdade na Educação Básica e, assim, equilibrar a dimensão sancionatória à ético-pedagógica no atendimento aos adolescentes (FELICIDADE, 2001).

Garantir o efetivo direito à educação do socioeducando privado de liberdade significa fazer da experiência de interdição vivida pelos alunos desse contexto uma possibilidade de elevação do conhecimento, da consciência e da cultura e de garantir o direito à cidadania e a formação humana dos socioeducandos (FUCHS, 2004).

---

<sup>9</sup> Ata de reunião de 06/11/2016.

Para Liberati (2000, p. 34):

Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos.

No prisma descrito acima, devemos observar que, nesse processo, avaliar o produto ou o resultado do ensino nas instituições socioeducativas é verificar se o que se pretendeu foi alcançado com fins de melhoria das ações do professor e dos desempenhos dos alunos. Padrões de referência avaliativa estão presentes nas diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, mas o que pude observar é que não são aplicadas na escola campo de estudo. Conforme Minas Gerais ([2017], p. 10):

O trabalho com este projeto envolve aulas teórico-práticas e a elaboração/implementação/avaliação de um plano de intervenção na comunidade em que vivem, o Plano de Ação Comunitária – PLA e a produção de um livro portfólio a partir de temas integradores do currículo, dos eixos estruturadores e das Unidades formativas.

Com base na citação acima, Assis (2009, p. 145) traz que

o adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva.

Na visão de Assis (2009), ao adentrarmos no processo ensino-aprendizagem concernente às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais:

A avaliação da aprendizagem nos processos de aceleração deve estar fundamentada em acompanhamento sistemático e contínuo de cada estudante em relação ao desenvolvimento das habilidades e competências propostas pelo professor. O alinhamento entre o que se ensina, o que se avalia e como se avalia é fundamental para que os resultados realmente informem do desenvolvimento destes estudantes durante um processo e não apenas se materializem como produto de medida quantitativa (MINAS GERAIS, [2017], p. 7).

Com base nas diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo mineiro, é preciso que o professor nessa modalidade tenha um acompanhamento sistemático de cada educando. Em relação a isso, Minas Gerais ([2017]) estabelece que o professor deve considerar a avaliação processual e formativa que possibilite a verificação do que foi aprendido e aponte o que é necessário retomar.

Nessa perspectiva, a avaliação deve ter, em um primeiro momento, um caráter diagnóstico, cujo objetivo seja verificar quais as causas que impedem que a aprendizagem real ocorra; no entanto, isso não era realizada no Centro. Observa-se, ali, que não existe uma análise de quais objetivos devem ser seguidos para os professores relacionarem habilidades gerais pretendidas, em termos de funções mentais e de socialização. Isso requer fixar requisitos prévios e verificar os conhecimentos e as aptidões que o aluno deve possuir para seguir o curso com bom aproveitamento. Essa fixação não tem o significado de selecionar alunos. Pelo contrário, serve para assegurar os requisitos prévios a quem não os possui e proporcionar um olhar holístico sobre o processo ensino-aprendizagem (BALLESTER, 2013).

Em atas de conselho de classe, por vezes, foi detectado que alguns professores não entendem que é fundamental que a avaliação da aprendizagem de um educando no sistema socioeducativo ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar à esfera crítica da realidade, assumindo conscientemente seu papel de sujeito.

De acordo com um professor, conforme descrito em ata em uma reunião no dia 06 de novembro de 2016<sup>10</sup>: “É necessário que se ensine o aluno a ler, escrever etc. Ele decide o que irá fazer com isso no futuro. E quanto à criticidade, eles já chegam aqui bem críticos, caso o contrário, nem estariam aqui”.

Na visão do professor, os alunos não precisam de criticidade, visto que ele, por estar em um sistema socioeducativo, já é crítico por si só. Percebe-se, ainda, na visão do educador, que a criticidade não parte do princípio de formarmos seres questionadores, que possam discernir o certo do errado. Trata-se de uma visão distorcida do que é a educação para a vida do cidadão.

---

<sup>10</sup> Ata de reunião de 06/11/2016.

Contudo, esse processo de conscientização acontece no ato de ação-reflexão. Portanto, as avaliações da aprendizagem na esfera socioeducativa devem propiciar concretamente a participação crítica dos adolescentes na elaboração, monitoramento e avaliação das práticas sociais desenvolvidas, possibilitando, assim, o exercício – na qualidade de sujeitos sociais – da responsabilidade, da liderança e da autoconfiança. Isso implica uma avaliação voltada para a união entre o ensino dos conteúdos escolares e formação ética, prática e teórica, autoridade e liberdade, ignorância e saber, respeito ao professor e respeito aos estudantes, ensino e aprendizagem (FREIRE, 2015).

Sendo assim, percebe-se que o processo de avaliação da escola não está condizente com o que preconiza nas diretrizes pedagógicas, necessitando de um olhar diferenciado sobre o documento, com estudo e mudanças de postura por parte dos professores.

### 3.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO

Segundo Minayo (1996), a pesquisa, independente da natureza, é caracterizada pela existência de um problema, que objetiva uma reflexão sistemática e crítica do pesquisador e deverá buscar soluções mediante o uso de procedimentos científicos e instrumentos adequados. Esta dissertação constitui um estudo de caso com abordagem qualitativa.

Godoy (1995) afirma que o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos. Godoy (1995) ainda diz que, pela perspectiva qualitativa, permite-se que um fenômeno possa ser melhor compreendido no contexto, possibilitando uma aproximação do fenômeno em estudo, a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas. Para alcançar os objetivos propostos pelo pesquisador, os participantes deste estudo são pessoas que trabalham na escola. Para desenvolvê-lo, utilizamos questionários e entrevistas desenvolvidas pelo autor para coleta de dados.

Basicamente, questionamos a um grupo significativo de indivíduos acerca do problema estudado, para, em seguida, mediante análise escrita, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados. Quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, todos os professores da escola responderam ao questionário. A fim de contribuir para a pesquisa, temos o censo, que nos foi útil para entender de maneira superficial a situação em que se encontra o problema pesquisado.

Minayo (1996, p. 47) diz que o “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador. Depois de preenchido, o pesquisado o devolve do mesmo modo. Junto com o questionário, deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável, seja por *e-mail*, escaneados ou por arquivo físico.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (PRODANOV, 2013). Para Prodanov (2013, p. 237), a entrevista “[...] consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”. Trata-se, pois, de uma conversa efetuada face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.

Os dados foram tabulados após a análise dos questionários aplicados. Finalmente, atingimos o ponto alto do esforço de produção da pesquisa científica: as análises, por meio das quais foi possível discutir os resultados à luz da revisão da literatura

Cada participante da pesquisa assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), cujo modelo está no Anexo I. O documento foi assinado pelo pesquisador responsável e entregue em duas vias no ato da pesquisa; uma via ficou de posse do participante e a outra com o pesquisador. Ressalta-se que nenhum dado pessoal dos membros da pesquisa foi publicado. Portanto, estão seguramente armazenados no banco de dados da pesquisa<sup>11</sup>

Os outros atores fundamentais neste estudo foram os professores, pois são eles os responsáveis diretos pela avaliação no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

A entrevista foi realizada com uma supervisora da escola e o questionário foi aplicado aos 14 professores atuantes na instituição pesquisada. A escolha desses atores justifica-se por eles serem partes envolvidas diretamente na administração, na gestão pedagógica e no processo avaliativo. Nesse cenário, cumpre notar a dificuldade da minha atuação, como pesquisador, por ter sido gestor, e, nesse caso, também parte envolvida no tema.

---

<sup>11</sup> Bancos de dados ou bases de dados são conjuntos de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, para dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo.

Cabe destacar, no entanto, que a realização da entrevista, com a supervisora, somente, ocorreu em uma das salas da escola, por ser um ambiente mais reservado para os entrevistados. Já com os 14 professores, os questionários foram entregues impressos e foi dada a eles a possibilidade de retornar futuramente, após um prazo de três dias, escaneados, ou fisicamente, para a compilação dos dados. Claro que nem todos cumpriram o prazo estabelecido, mas, após inúmeras cobranças, todos entregaram o questionário fisicamente.

Os dados fornecidos pelos servidores permitem-nos captar as experiências e vivências desses indivíduos sobre o processo de avaliação no sistema socioeducativo. Nesse cenário, é uma ferramenta útil para o estudo de caso, uma vez que nos interessa compreender como os envolvidos vivenciam, percebem e lidam com as questões da avaliação. Os dados retirados dos questionários auxiliaram na compreensão das dificuldades, no entendimento do processo avaliativo da instituição.

Sendo assim, o presente estudo apresenta dois eixos de análise: Avaliação em contexto socioeducativo e avaliação formativa X avaliação somativa como embasamento teórico para juntamente com os dados interpretar a realidade pesquisada. No processo de análise procuramos perceber como a entrevistada e os professores analisam e vivenciam a avaliação no sistema socioeducativo.

O estudo trata da avaliação escolar na percepção dos professores e da supervisora, com suporte da teoria, por isso organizamos em eixos teóricos, uma vez que é a partir deles que surgem algumas das principais questões e dificuldades. Tais eixos foram delimitados em razão dos relatos apresentados acima sobre a avaliação escolar, em que identificamos esses pontos centrais.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevista no dia 12 de maio de 2022 e de questionários no dia 13 de maio de 2022. No presente caso de gestão utilizamos a pesquisa qualitativa para analisar as situações do processo avaliativo em uma instituição que atende alunos voltados para o socioeducativo. O que se pretende é a compreensão da realidade através dos significados e das subjetividades. Por esse motivo, a perspectiva qualitativa é a mais apropriada.

Um ponto importante a ser discorrido é o fato de os questionários e a entrevista terem acontecido tranquilamente, os participantes puderam contribuir bem objetivamente. É importante dizer que a diretora da escola contribuiu significativamente para o desenvolvimento da pesquisa, pois facilitou a participação dos servidores. Foi possível a aplicação do

questionário aos servidores da escola em uma reunião de módulo II<sup>12</sup>, graças à colaboração da diretora, que prontamente nos concedeu a oportunidade. Na ocasião, apresentamos a proposta a ela. Isso foi importante, pois “quebrou o gelo” e mostrou que o importante é entender os motivos de um estudo sobre avaliação em um sistema socioeducativo e propor soluções para amenizá-los.

Os questionários foram aplicados em duas salas, onde estavam apenas as pessoas que iriam responder ao documento. Cumpre notar que todos foram convidados e compareceram voluntariamente, com o intuito de contribuir para a pesquisa. Em primeiro momento, às 14h, explanei em cada sala sobre os objetivos e as propostas, dentre outras questões pertinentes ao questionário. Depois me ausentei para que pudessem responder clara e coerentemente ao que estava proposto no roteiro de perguntas. Antes, já havia deixado as folhas com as perguntas sobre as mesas, para que, ao chegarem, os entrevistados já encontrassem um ambiente propício ao proposto. O tempo estimado foi de 40 minutos. Ao saírem, foram surpreendidos com um café da tarde. No momento, puderam conversar e colocar o “papo” em dia.

Após obter os dados, coletados no questionário e nas entrevistas, foi feita uma leitura minuciosa de todo o material, de forma que o pesquisador pudesse se contextualizar acerca da visão dos servidores. Em seguida, os dados dos questionários foram tabulados, para, assim, apresentar ao leitor uma visão mais panorâmica da situação. Logo após, foram selecionadas as falas mais relevantes dos entrevistados, com vistas a apresentar os conflitos existentes acerca dos espaços escolares compartilhados.

A seção a seguir apresenta, de forma clara e objetiva, uma análise desse estudo, com a intenção de entender a avaliação escolar na instituição de ensino.

Baseada na visão do autor supracitado, a próxima seção tem como objetivo apresentar a visão dos entrevistados sobre a avaliação na escola e apresentar os pontos e contrapontos na visão dos servidores.

### 3.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR: PONTOS E CONTRAPONTO

Desde a antiguidade, crianças e adolescentes são tratados de forma inferior, sem direitos e muitas vezes tratado como “mini adultos”, sofrendo agressões, castigos e passando por diversas situações desumanas. No Brasil, crianças e adolescentes começaram a ser reconhecidos

---

<sup>12</sup> Trata-se de um momento de preparação de aula e planejamento previsto na carga horária no Estado de MG.

como sujeitos de direitos a partir da década de 90 com a promulgação do ECA, juntamente com a CF/1988. Estes foram importantes instrumentos para garantir os direitos para as crianças e adolescentes do país, principalmente em relação à educação como um direito universal e obrigatório (SALIBA, 2006).

### **3.3.1 Avaliação em contexto socioeducativo**

Este eixo tem como objetivo analisar a avaliação no sistema socioeducativo. Nesse sentido, procura apresentar a visão da supervisora escolar sobre o processo de avaliação escolar na instituição e destacar os pontos e contextualizar o leitor sobre o foco do estudo, que apresenta diferentes ideias sobre avaliação na visão de teóricos da área.

Para Hadji (2011), a avaliação no sistema socioeducativo configura-se como uma prática realizada com ética e compromisso tornando-se uma ferramenta pedagógica essencial ao processo educativo de aprendizagem, sendo que a avaliação é assegurada na legislação educacional e contribui para o trabalho do professor para cumprir o seu papel de ensinar.

Para entender o processo de avaliação, o estudo está baseado nas diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais pela Escola Estadual Marechal Floriano. O estudo analisou a entrevista com a supervisora, que possui mais de 15 anos de trabalho na área e 03 anos na instituição, juntamente com os 14 professores que atuam na instituição. Um dos pontos apresentados diz respeito ao momento em que as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais passaram a ser utilizadas pela escola em estudo.

De acordo com a supervisora, “Assim que tomei conhecimento sobre o documento, ou seja, no 2º semestre – data em que assumi a direção, após estudar alguns documentos relacionados à direção de escola estadual do sistema socioeducativo, comecei a fazer as formações com os professores”.

Ao analisar a resposta da supervisora, percebe-se que ela tem conhecimento sobre o documento e que ele poderá ser discutido na dissertação de forma clara e objetiva pela supervisora.

Para Soares e Silva (2020), tratar de avaliação em meio ao ambiente socioeducacional ainda é um grande desafio, principalmente por essa categoria ser predominantemente composta

por classes sociais marginalizadas, deixando muitas vezes de lado a avaliação formativa em potencial e canalizando apenas na reintegração desses indivíduos em sociedade.

Entre as perguntas em destaque feitas à entrevistada, está como ela avalia a avaliação da aprendizagem dos educandos. Segundo ela, está “*dentro de uma média, a ser melhorada. As maiores dificuldades de avaliação em uma escola socioeducativa, baseada no nível de aprendizagem dos alunos, não condiz na maioria das vezes com o ano escolar deles*”<sup>13</sup>.

Essa temática de avaliação, no meio socioeducativo, vem cada vez mais despertando interesse por trazer questões de cunho educativo, principalmente para esses sujeitos que vivem em condições subalternas e muitas vezes são considerados “invisíveis” socialmente por estarem cumprindo medidas socioeducativas (SOARES; SILVA, 2020).

Assim como a percepção da supervisora, é importante apresentar a visão dos 14 professores, sendo 10 do sexo feminino e 04 do sexo masculino, que atuam na escola. Os professores dividem sua carga horária com uma segunda cadeira, alguns no âmbito municipal e outros na rede estadual. Todos possuem graduação na área de educação e são da própria localidade, ou seja, conhecem o contexto em que atuam. É importante dizer que os entrevistados tinham a opção de marcar mais de uma resposta por questão.

Ao analisar os dados obtidos com a pergunta “como você avalia a instituição?”, ficou evidente que existe uma avaliação positiva, pois dos 14 entrevistados, 02 apontaram que ela é ótima e 12 que ela é boa.

Por meio da outra pergunta apresentada no questionário, queríamos saber “quais as maiores dificuldades em se trabalhar em uma instituição socioeducativa”. No Quadro 7, apresentamos o que ficou evidenciado:

Quadro 7 - Quais as maiores dificuldades em se trabalhar em uma instituição socioeducativa?

Avaliação da instituição	Nº de respostas
Dificuldade em se trabalhar o currículo proposto	14
Avaliar os estudantes	14
Relação entre educadores e educandos.	00
Falta de incentivos do estado.	00
Falta de autonomia para o desenvolvimento de ações de interesse da escola e dos educandos.	00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

<sup>13</sup> O recurso *itálico* foi utilizado para apresentar e identificar os dados de pesquisa da dissertação, como forma de diferenciação das demais fontes de informação utilizadas no texto.

Conforme se verificou, 100% dos entrevistados apresentaram dificuldade em trabalhar o currículo proposto e avaliar os estudantes. É importante salientar que o assunto aqui abordado é a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais da Escola Estadual Marechal Floriano (MINAS GERAIS, [2017]), então é este documento norteador que respalda as práticas educativas, que, ao ver dos professores, gera dificuldades de se efetivarem.

A supervisora, ao ser questionada sobre quais os pontos positivos da avaliação na instituição, afirmou: “Serve como parâmetro para que se possa revisar os conteúdos trabalhados a fim de que se saiba de fato o aprendizado daquilo que foi ministrado nas aulas” (SUPERVISORA, 2022).

Ao analisar essa fala da supervisora, esbarramos na esteira teórica de Soares e Silva (2020), que afirma que a avaliação é um elemento estruturante e articulador do trabalho pedagógico. Logo, esse artigo discute a possibilidade de que, em contexto socioeducativo, ela possa contribuir para integrar o trabalho escolar ao trabalho desenvolvido pelas Unidades Educacionais. Em decorrência disso, deve ajudar a superar obstáculos que se apresentem diante do desafio de ensinar adolescentes e jovens internos para cumprimento de medida socioeducativa.

Observa-se, tanto na visão da supervisora quanto na dos professores, alguns pontos convergentes. Para eles, o processo de avaliação deve criar estratégias que considerem a avaliação como uma ferramenta que pode ajudar em um processo avaliativo de aprendizagem e socialização. A avaliação pode, além de facilitar a aprendizagem, servir-lhes de estímulo, dando sentido e significado aos saberes existentes no ambiente educacional. No entanto, existe dificuldade em avaliar formativamente.

Outra pergunta lançada, era: quais os pontos positivos da instituição socioeducativa? No Quadro 8, apresentamos o que ficou evidenciado:

Quadro 8 - Quais os pontos positivos da instituição socioeducativa?

Avaliação da instituição	Nº de respostas
Possibilidade de um trabalho com pessoas excluídas da sociedade.	14
Interação através de um trabalho em parceria entre escolas e estudantes.	14
O convívio social entre educandos e professores de forma diferenciada.	14
Flexibilidade no currículo e nas avaliações.	00
Não há pontos positivos	00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que 100% dos entrevistados marcaram a possibilidade de um trabalho com pessoas excluídas da sociedade; 100%, a interação através de um trabalho desenvolvido em parceria entre escolas e estudantes; 100%, o convívio social entre educandos e professores de forma diferenciada. Ninguém destacou a flexibilidade do currículo, assim como não concordou com a hipótese de não haver pontos positivos.

Nesse cenário, novamente deparamo-nos com a questão do currículo: para os professores, a flexibilidade do currículo não se apresenta como ponto positivo e isso reflete no processo avaliativo.

Dessa forma, Perrenoud (2009) afirma que o currículo está diretamente ligado ao processo de avaliação, que deve mediar o ensino e aprendizagem, direcionando a aprendizagem de forma significativa com a realidade do sujeito a fim de promover o exercício da autonomia e o gozo de seus direitos como cidadãos, sem distinção de classe cultural, econômica ou de qualquer cunho, neutralizando as diferenças e criando igualdade de condições de aprendizagem.

No entanto, percebe-se que, em relação ao atendimento socioeducativo, Vasconcelos (2014) nos mostra que a avaliação é uma ferramenta valiosa no processo formativo do sujeito, principalmente por contribuir com a aprendizagem e pela luta de retomar os direitos de ir e vir, que devido às infrações cometidas, foram submetidos a esse processo de reclusão social.

### **3.3.2 Avaliação formativa *versus* avaliação somativa**

A presente seção busca discutir como os conceitos de avaliações formativas e somativas podem ser aplicados na escola campo de estudo. Nesse prisma, em um primeiro momento, na seção a seguir, apresenta-se a avaliação da aprendizagem por meio de análises da entrevista da supervisora e questionários aplicados aos professores.

Para isso, a próxima seção busca apresentar a avaliação da aprendizagem na escola campo de estudo, trazendo os dados da pesquisa de campo com a teoria já selecionada.

#### **3.3.2.1 A avaliação da aprendizagem**

Outra pergunta lançada à Supervisora foi “qual a visão dela sobre a avaliação da aprendizagem?”. Por meio dessa pergunta, pretendíamos saber as formas de avaliação da aprendizagem utilizadas na instituição e o porquê de as utilizarem. A supervisora respondeu o seguinte:

*Bom, deveria ser utilizada avaliação diagnóstica, avaliações bimestrais, atividades diversificadas, rodas de conversas, debates e seminários, mas nem sempre se efetiva na prática. Devido à própria Instituição, se faz necessário avaliar em continuidade todo o trabalho desenvolvido pelo aluno, seja este escrito, falado, demonstrado de diferentes maneiras, avaliação contínua valorizando o aluno (SUPERVISORA, 2022).*

Nesse sentido, observa-se que o caráter formativo da avaliação é, portanto, potencializado pelo movimento que gera a partir do que se constata e, de acordo com Sadler (1989), deve produzir um efeito de progressão com satisfação, mas que, no entanto, estimule o aluno a continuar, mesmo na presença de desafios e obstáculos como os presentes no cumprimento de medidas socioeducativas.

Outra pergunta lançada foi: Como é o processo de avaliação da aprendizagem do educando na instituição de ensino? O Quadro 9 apresenta as respostas:

Quadro 9 - Como é o processo de avaliação da aprendizagem do educando na instituição de ensino?

Avaliação da instituição	Nº de respostas
Ela é feita em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais	01
Método tradicional.	13
Baseada no que o professor considera importante.	14
Orientada pelo supervisor escolar.	03

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As respostas reforçam nossa preocupação, já que apenas 01 dos entrevistados disse que a avaliação é feita em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais; 13 usam o método tradicional; 14 consideram que é baseada no que o professor considera importante; e 03 que ela é orientada pelo supervisor escolar.

O foco de investigação encontra-se, sobretudo, nessa questão em que a temática da avaliação torna-se um elemento essencial para apoiar e orientar a prática docente, sendo importante salientar que nessa nova configuração da educação interdisciplinar, é necessário respeitar o direito de todos, inclusive nos procedimentos avaliativos, pois estes servirão para nortear as próximas intervenções pedagógicas para todos os estudantes (HADJI, 2011).

É preciso que a avaliação pedagógica nessa instituição seja um processo dinâmico e reintegrador social, que considere tanto o conhecimento prévio e o nível atual de

desenvolvimento do sujeito quanto as possibilidades de aprendizagem futuras; que configurem uma ação pedagógica processual e formativa; que analise o desempenho do sujeito em relação ao seu progresso individual; que prevaleçam os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas. Para isso, ela precisa ser feita em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado.

Por meio da outra pergunta apresentada, tínhamos como objetivo saber se os professores apresentavam alguma dificuldade em avaliar os educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Todos apontaram que sim. Ao serem questionados se há algum parâmetro institucional no que se refere ao tema avaliação da aprendizagem na instituição, todos disseram desconhecer. No entanto, a regra da avaliação não deveria ser desconhecida, pois devem estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Para Saraiva (2013), as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais partem do princípio da observação e o registro das atividades individuais e coletivas são um dos instrumentos mais completos de avaliação, pois, através deste procedimento avaliativo, o professor poderá não apenas registrar fatos e situações, mas também compreender certas condutas presente na rotina dos estudantes, principalmente se o professor conseguir envolver nesta observação outros espaços de aprendizagem além da sala de aula, como os momentos de recreação, aula de Educação Física e outros momentos e espaços que a instituição oferece na rotina escolar. Outro ponto relevante neste estudo diz respeito a qual o seu nível de concordância ou discordância em relação às afirmativas a seguir, no Quadro 10:

Quadro 10 - Nível de concordância ou discordância em relação às afirmativas

	Concordo	Mais concordo do que discordo	Mais discordo do que concordo	Discordo
A utilização da avaliação da aprendizagem está em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.	00	00	14	00
Existe um apoio por parte da supervisão escolar no que se refere à avaliação da aprendizagem dos educandos.	00	11	03	00
A avaliação ainda segue moldes tradicionais.	00	00	14	00

A gestão se preocupa com a avaliação da aprendizagem dos educandos.	00	00	14	00
Faz-se necessário formação para os professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de MG.	14	00	00	00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisar a Quadro 10, evidencia-se preocupação, pois 100% dos entrevistados mais discordam que concordam no que diz respeito à utilização da avaliação da aprendizagem estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Seguindo a análise, no que se refere ao fato de existir apoio por parte da supervisão escolar, em relação à avaliação da aprendizagem dos educandos, percebeu-se que 11 entrevistados apontam que mais concordam do que discordam e 03 afirmam que mais discordam do que concordam. Isso nos leva a questionar a interação entre supervisão e corpo docente no que se refere à avaliação escolar no sistema socioeducativo em estudo.

De acordo com Alencar (1994), o supervisor deve entender e apresentar aos professores a avaliação como um processo de medição do ensino e aprendizagem que cria condições e ações educativas que possibilitem a construção do saber do que já foi e do que ainda necessita ser ensinado-aprendido; que considera o sistema avaliativo como um processo dinâmico e em constante desenvolvimento. Isso porque a avaliação não deve ser centrada apenas em testes e provas, isso está na contramão de um ensino verdadeiramente democrático, pois práticas avaliativas padronizadas apenas reafirmam perspectivas de uma educação controladora e manipuladora, que desfoca-se do principal objetivo que é ensinar.

Na visão dos professores, existe uma lacuna na avaliação na instituição. Eles apontam que ela deveria ocorrer de formas diversas, mas que nem sempre se concretiza na prática, o que nos leva à visão de Vasconcelos (2014), que aponta que a avaliação nesse contexto de estudantes em conflito com as leis se torna importante justamente para revitalização dos direitos humanos e direcionamento de como esses sujeitos que cometem atos infracionais devem ser tratados juridicamente, visando à proteção integral e um atendimento socioeducativo pautados no ECA e no SINASE, trabalhando de forma verdadeiramente pedagógica.

Por meio de outra pergunta, pretendíamos compreender como são definidas as avaliações da aprendizagem. De acordo com a entrevistada, *“elas são definidas conforme prevê o Projeto Político Pedagógico da escola e de acordo com a equipe pedagógica e demais professores envolvidos”* (SUPERVISORA, 2022).

Ao deparar a visão da supervisora com a dos professores, percebe-se que ambos veem na avaliação um elemento mediador nesse processo de ensino e aprendizagem dos socioeducandos, principalmente no resgate de seus direitos e dignidade social. Através de uma avaliação formativa e qualificada, é possível viabilizar de fato a inclusão social dessas crianças e adolescentes, apostando em respostas positivas para suas vidas.

Entre as perguntas lançadas à supervisora constava: “quais as dificuldades para o desenvolvimento das avaliações mediante as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais”. Ela pontuou que “*as diferenças dos níveis dos alunos conforme o ano de escolaridade, o estudante está matriculado em determinado ano escolar, e que de fato este não consolidou as habilidades e competências exigidas para aquele ano de ensino*” (SUPERVISORA, 2022).

### 3.3.2.2 A avaliação da avaliação

O terceiro bloco de questão feitas aos professores teve como foco a aprendizagem dos educandos *versus* avaliação. Em primeiro plano, foi questionado aos professores se existem dificuldades em avaliar a aprendizagem dos educandos. Observou-se que 100% afirmaram que sim, o que se evidencia um problema no contexto educacional, pois a avaliação é um elemento norteador do trabalho pedagógico que dá sentido à aprendizagem e legitima o conhecimento adquirido. Quando prevalece o compromisso ético de promover a aprendizagem de forma significativa e voltada para a formação integral do indivíduo, a avaliação formativa entra em cena e se torna coerente às práticas pedagógicas capazes de emancipar, incluir e democratizar o ensino (ALENCAR, 1994).

Por meio de outra pergunta lançada, gostaríamos de saber como é a relação dos alunos, professores, supervisor e diretor da escola. Todos apontaram ser amistosa.

Em relação às medidas socioeducativas, Frassetto (2016) nos remete à ideia de que é extremamente necessário refletir sobre uma proposta que seja de inserção social e não de cunho punitivo como vem ocorrendo. Uma proteção integral de crianças e adolescentes ainda é uma luta dos movimentos sociais, que buscam redefinir instituições e incorporar muitos direitos e medidas educativas que foram historicamente marginalizadas pela sociedade em relação a esses menores infratores.

Nesse sentido, as Unidades socioeducativas não podem se configurar como uma instituição isolada, mas trabalhar de forma articulada com as demais políticas públicas e

programas de atendimento a crianças e adolescentes, de forma que se tenha uma perspectiva de integração social e educação para o convívio social (FRASSETO, 2016).

Para isso, Veronse e Lima (2012) afirmam que o Sinase define objetivo e parâmetros para que essas ações socioeducativas reforcem a garantia dos direitos humanos e, juntamente com o ECA (BRASIL, 1990) e a CF/1988 (BRASIL, 1998), busca impedir e combater a prática de violência, abuso e discriminação, bem como o controle social por meio de práticas punitivas, mas visando à proteção integral e medidas de caráter educativo para reabilitar essas crianças e adolescentes para o convívio social.

Com a décima pergunta, pretendíamos compreender quais os motivos de avaliar a aprendizagem dos educandos. Evidenciou-se que 12 professores apontaram diagnosticar<sup>14</sup>, seguidos por 14 que disseram medir<sup>15</sup>.

Nesse prisma, percebe-se que, para os educadores, a visão de medir é muito mais acentuada do que diagnosticar, lembrando que quando diagnosticamos precisamos intervir. Isso nos leva a uma esteira de Guralh (2010), que aponta que as sucessões de experiências vivenciadas, os conteúdos nessas instituições de ensino não são os instrumentos utilizados para ativar e mobilizar as atitudes mentais e operatórias de assimilação. Nessa abordagem, o educando não é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento, ele é um agente passivo, que muitas vezes não produz conhecimento e acaba fracassando no que tange resultados nas avaliações.

No entanto, Oliveira (2015) afirma que a educação universalizada e obrigatória ainda é um grande desafio no sistema socioeducativo do país, principalmente devido à gestão feita por diferentes órgãos em cada estado em relação às medidas socioeducativas quanto aos modelos de financiamento, estruturação do sistema e os objetivos que cada instituição deseja.

No entanto, segundo Paula (2016), o trabalho interdisciplinar é capaz de proporcionar resultados extremamente positivos para a vida de crianças e adolescentes que estão sob medidas socioeducativas, mas que infelizmente ainda não é uma realidade em todo país, pois muitas Unidades de internação e de semiliberdade não possuem sala de aula adequada, com pouca iluminação e materiais didáticos inadequados e insuficientes.

---

<sup>14</sup> Com a avaliação diagnóstica é possível avaliar o método de ensino, competências e habilidades, gerando, assim, um resultado mais analítico e rico para identificar a causas das dificuldades enfrentadas pelos alunos e suas necessidades.

<sup>15</sup> O método tradicional de avaliação das escolas é baseado em um sistema de pontos ou notas, gerando um resultado mais quantitativo do que qualitativo. Muitas das vezes impossibilitando a identificação de dificuldades e dúvidas dos alunos.

Por meio de outra pergunta lançada, gostaríamos de compreender como são resolvidas as dificuldades de aprendizagem: 100% afirmaram que por meio de reuniões; e 100% afirmaram ser por meio de recuperação da aprendizagem, que está prevista em documentos norteadores.

É importante salientar que a escola que atende ao sistema socioeducativo também possui suas práticas ancoradas na LDB de 1996, na CF, de 1988, e no ECA, de 1990. Em texto legal da LDB no artigo 4º incisos VII e IX a democratização do acesso ao ensino para crianças e adolescentes também é ratificado.

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996, p. 1).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, estrutura-se em eixos: o sistema primário, que prioriza a população infanto-juvenil sem qualquer distinção, o direito à educação; o sistema secundário, de medidas protetivas, direcionadas aos que praticam atos infracionais, preconiza o caráter preventivo aos que tiveram seus direitos violados; o sistema terciário, trata de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores, garante-lhes, quando privados de liberdade, acesso a políticas sociais, medidas de prevenção e direito à educação e cidadania (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, Rocha (2002) nos apresenta que o Sinase surge como uma ferramenta ética norteadora de práticas que garantam e validem os direitos das crianças e adolescentes de forma efetiva e com respaldo judicial, permitindo-lhes a ressocialização de forma digna e sem perder seus direitos, possibilitando-lhes, também, uma sentença a ser paga socialmente, porém sem perder a chance de construir um futuro socialmente seguro e democrático.

Ao perguntar à supervisora como são acordadas as formas de avaliação da aprendizagem com os professores e se existe dificuldade em avaliar a aprendizagem mediante as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, ela explanou que são *“de acordo com as orientações previstas no PPP e mediante os trabalhos desenvolvidos pela equipe de professores e existe sim, pois os professores tem conhecimento do documento, mas não o aplica na prática”* (SUPERVISORA, 2022).

Nesse cenário a pesquisa nos mostra que é essencial esse olhar mais atento à educação quando se trata de crianças e adolescentes submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas, principalmente no investimento de políticas públicas que favoreçam esse setor, pois é por meio da educação que se consegue, de fato, diminuir o envolvimento desses sujeitos com a violência e cometimento de infrações (ALMEIDA, 2009).

No Quadro 11, apresentamos o grau de concordância dos entrevistados em relação aos seguintes tópicos:

Quadro 11 - Grau de concordância dos entrevistados

	Concordo	Mais concordo do que discordo	Mais discordo do que concordo	Discordo
O gestor acompanha o processo de avaliação da aprendizagem.	00	00	14	00
O supervisor enfatiza a necessidade de avaliar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais	00	00	14	00
São ofertadas formações aos professores em relação a avaliação e às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais	00	00	00	14
Existem dificuldades em avaliar a aprendizagem dos educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.	14	00	00	00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisar os dados do Quadro 11, observa-se que os entrevistados mais discordam do que concordam que o gestor acompanha o processo de avaliação da aprendizagem. Nesse prisma, observa-se uma lacuna, pois é muito importante o acompanhamento do gestor. Fato também que se observa quando o foco da avaliação é a supervisora, pois os professores mais discordam do que concordam que ela enfatiza a necessidade de avaliar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Para Vasconcelos (2014), o gestor precisa estar ciente de como a avaliação acontece em sua instituição. Ele precisa analisar e intervir quando percebe que algo não vai ao encontro das legislações vigentes, e que avaliar não é meramente aplicar conceitos ou notas, é algo que ultrapassa os muros da escola. Desse modo, em um trabalho conjunto com os especialistas da

Educação Básica, em nosso estudo representada no papel da supervisora, precisam criar estratégias para que a escola oportunize uma avaliação coerente com os documentos norteadores.

Outro ponto que chama a atenção ao observar os questionários é o fato de que todos os professores discordam que são ofertadas formações aos professores em relação à avaliação e às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais; e, isso, com certeza, leva ao fato de que todos concordam que existem dificuldades em avaliar a aprendizagem dos educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Nesse prisma, é importante dizer que a avaliação precisa e deve ser discutida nesse cenário educacional.

Com base nas respostas elencadas acima, em pesquisas relacionadas a este tema (GUALBERTO, 2011) e nos relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fica demonstrado que ainda existe um distanciamento entre os avanços legais e o que é efetivamente realizado no contexto de privação de liberdade. Apesar da reordenação na esfera legal dos direitos da criança e do adolescente, inclusive o direito à educação, as dificuldades para a efetivação são evidentes no cotidiano da execução das medidas socioeducativas de internação.

A despeito da reestruturação legal, a realidade da execução das medidas socioeducativas está inserida no processo de reprodução das relações sociais, num movimento não linear e contraditório. Assim, este é um contexto de lutas hegemônicas e nele a socioeducação constitui-se num campo de disputa em que a classe desfavorecida (público majoritário), que historicamente tem sido negligenciada, principalmente no que tange ao processo de avaliação do ensino-aprendizagem (EL-KHATIB, 2001).

### 3.3.2.3 A avaliação nos moldes das diretrizes

Algumas perguntas feitas à Supervisora eram exclusivamente pautadas na sua visão pedagógica sobre os professores. Uma delas tinha como objetivo saber quais as dificuldades apresentadas pelos professores no que se refere à avaliação da aprendizagem mediante as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. De acordo com ela:

*as dificuldades apresentadas são, em sua grande maioria, pela falta de interpretação e compreensão dos documentos norteadores que abordam a*

*avaliação, sendo a leitura a base para responder aos questionamentos avaliativos e em reconhecer o educando como fonte do processo ensino-aprendizagem, ou seja, entender que o aluno possui seus conhecimentos e precisa ser ampliado (SUPERVISORA, 2022).*

Com a última pergunta lançada aos professores, pretendíamos saber o que poderia ser feito para melhorar a avaliação da aprendizagem dos educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Dentre as respostas, a que mais se destaca é a de uma professora que atua a mais de seis anos na instituição, que falou o seguinte:

*Evitar a rotatividade de profissionais que atuarão na escola, oferecendo cursos de capacitações voltados para a realidade educacional ali existente e aprofundando os conhecimentos em relação ao processo ensino-aprendizagem levando em consideração as Diretrizes Educacionais para o Sistema sócio educativo, além de se propor ao ensino de qualidade, evitando o preconceito e a discriminação que na maioria das vezes está embutida no coletivo da equipe. Desenvolver um trabalho levando em consideração que ali estão alunos com o mesmo desejo, de se tornarem cidadãos críticos e viver em uma sociedade apesar de terem naquele período precisar estar acautelados, mas cumprindo sua pena estarão aptos a buscar outro ideal de vida (SUPERVISORA, 2022).*

Dentro dessa visão, em que educar é formar e aprender, é construir o próprio saber, a avaliação assume dimensões mais abrangentes nas instituições socioeducativas. Ela não se reduz apenas a atribuir notas. Sua conotação se amplia e se desloca no sentido de verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem, mediante as diretrizes pedagógicas apresentadas. Portanto, a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. No entanto, o que se observa na escola em estudo é que a avaliação não parte do princípio de propor ações voltadas para o crescimento social dos educandos (ARANTES, 2009).

A resposta para Veronse e Lima (2012) está em um trabalho de valorização do sujeito como cidadão, criando um ambiente de solidariedade, potencializando autonomia pessoal, profissional e ajudando a descobrir suas habilidades e capacidades.

Com base no apresentado acima, percebe-se a importância de André (2015) que aponta que uma avaliação pautada pela ética e pelo compromisso da democratização de ensino transmite valores e ideais que valorizam a cultura e o sujeito socialmente marginalizado,

integrando o indivíduo à sociedade de forma que seus direitos e deveres estejam assegurados. Dessa forma, é imprescindível a humanização de práticas avaliativas que pensem na formação escolar e humana desse sujeito, para criar expectativas de vida e esperança de um futuro melhor quando saírem desse processo socioeducativo.

Ao ser questionada sobre como é o trabalho dos professores em uma instituição socioeducativa, a Supervisora afirma que:

*de certa forma é igual aos das escolas regulares, se diferenciando no modo de ministrar as aulas, tendo em vista o ambiente ser fechado, o que ocasiona uma maior preocupação em conviver com a equipe de um modo geral pelo período em que se está dentro da escola (fechado) e que a convivência na maioria das vezes é harmônica, ambiente estável (SUPERVISORA, 2022).*

Sendo assim, a socioeducação surge e se torna uma alternativa para retirar essas crianças e adolescentes da vida desumana e marginalizada que apresentam e, por meio de uma avaliação qualificada, é possível sim criar esse percurso de autonomia e emancipação para a cidadania dessas crianças e adolescentes que ainda estão privados de liberdade (SOARES & SILVA, 2020).

Em relação à visão da Supervisora sobre o processo de avaliação da aprendizagem dos educandos, por parte dos professores em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, ela aponta que

*os profissionais não desenvolvem os conteúdos de forma lúdica, prática, e isso reflete na avaliação, pois não seguem as orientações da SEE. No entanto, cabe ressaltar que os alunos ainda necessitam em sua grande maioria consolidar habilidades importantes para evolução no aprendizado e, para isso, seria necessário um acompanhamento pedagógico mais eficaz, em que eu, juntamente com os professores nos apropriemos de uma avaliação diagnóstica, acompanhada de portfólios, entre outros, que a maioria dos professores não fazem ou fazem de forma superficial (SUPERVISORA, 2022).*

Por meio de uma pergunta de grande importância para este estudo, pretendíamos saber quais dificuldades um supervisor encontra em propor, juntamente com os professores, uma avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. A professora de história na resposta do questionário citou alguns exemplos, conforme descrição abaixo:

*No campo do educando, são: as dificuldades são no grau de desinteresse dos alunos, assim sendo os professores buscam novas estratégias para que estes se sintam motivados a realizar da melhor forma o trabalho apresentado por eles. Exemplificando, posso mencionar que, ao apresentarem, por exemplo: um teatro ou uma leitura de poemas em cordel e ou outros a participação da família (sociedade é mínima), os alunos sentem não serem valorizados de uma forma mais específica. Já no campo do docente são: eles não se sentem motivados a fazer o diferente, visto que por se tratar de uma instituição socioeducativa, faz-se necessário entender o aluno a sua chegada a instituição, para isso, precisa de avaliação diagnóstica, no seu percurso, por meio de novas avaliações, ou outros recursos como o portfólio entre outros. Eles ainda acham que são alunos de escolas ditos regulares, e isso, cria uma lacuna no processo ensino-aprendizagem. Sabendo que mesmo em escolas regulares a avaliação ainda continua sendo uma problemática também (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2022).*

Sendo assim, observa-se que a forma como se avalia não contribuirá para indicar os avanços e dificuldades do aluno, ajudando-o a progredir na aprendizagem. Enfim, a avaliação não ocorre de forma integral, considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma compartimentada, valorizando apenas os conteúdos programáticos (LÜCK, 2011).

#### 3.3.2.4 A avaliação e o papel do gestor

Outro bloco de grande importância dentro dos dois eixos é o IV. Nele apresenta-se a gestão da avaliação. Dentre as perguntas, pretendemos saber “como as questões envolvendo a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais são resolvidas pelo gestor”. A entrevistada apontou que:

*são resolvidas após uma chamada para reunião, a fim de apontar o que precisa ser feito e, em comum acordo com os professores, a busca de estratégias para o alcance dos objetivos, mas que na maioria das vezes não estão em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, pelo fato de o gestor apontar as diretrizes, mas os professores não a executarem na prática e poucas intervenções são feitas que realmente têm efeitos positivos (SUPERVISORA, 2022).*

Para Almeida (2009), a educação é a base para uma ação socioeducativa significativa, pois é a partir da educação que é possível criar condições adequadas para a apropriação e produção de conhecimento, a qual a escola é responsável em criar mecanismos avaliativos para o socioeducando e que, de fato, atendam às necessidades de aprendizagem dessas crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Quando questionada sobre “quais reuniões são realizadas com a gestão e se ela e os professores já participaram para propor uma avaliação da aprendizagem mediante as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, e com que frequência essas reuniões ocorrem”, a supervisora respondeu:

*Quinzenalmente ou semanalmente, conforme a necessidade. São reuniões de módulo II, e demais reuniões necessárias, nas quais somos convocados, mas que em pouco se discute e se cobra se as avaliações estão de acordo com as diretrizes pedagógicas. E quando intervenho sou taxada de enjoada e chata. Criando, assim, uma lacuna entre a avaliação e a aprendizagem no sistema socioeducativo (SUPERVISORA, 2022).*

Por meio da resposta da entrevistada, observa-se que existe uma lacuna no que se refere à avaliação na instituição de ensino em estudo, pois avaliar e aprender são componentes pedagógicos que norteiam as práticas de ensino, precisa ser organizado e conduzido de forma que facilite o processo de formação do sujeito. Está se falando, aqui, de uma educação com práticas acolhedoras e fraternas que faça uso da avaliação com propósitos formativos e não classificatória e exclusiva. Mesmo que isso ainda seja um grande desafio, é essencial encontrar caminhos alternativos para inserção de uma avaliação mais dialógica, mediadora e formativa, vislumbrando possibilidades e assim projetar caminhos significativos (ANDRÉ, 2015).

Ao avaliar a atuação do gestor nas questões envolvendo a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, ela diz que a atuação do gestor é significativa, pois apresenta de forma clara o que precisa ser feito e como podem ser realizadas as abordagens por cada um dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Em sua opinião, o que precisaria ser melhorado na avaliação da aprendizagem para elas estarem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais é que essa melhoria deveria ser feita, também, fora dos muros da escola, com implantação de uma política inclusiva para os alunos do sistema e um incentivo educacional com um olhar diferenciado para os profissionais que atuam nesses estabelecimentos. Nesse sentido, para que a avaliação da aprendizagem seja boa para a instituição de ensino, deve-se observar atividades que vão de encontro a verdadeira realidade educacional desse público específico, observando o grau de interesse e o que se espera desse adolescente ao deixar a escola após cumprido o tempo. Ainda segundo ela, o gestor pode contribuir para que a avaliação da aprendizagem esteja em consonância com as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, pois ele, a cada dia, deve

estar se inteirando de leituras específicas, de documentos afins, bem como buscando estratégias junto a sociedade e sua equipe gestora com a finalidade de levantar a baixa autoestima tanto dos alunos em questão como também de toda equipe com intuito de fazer com que haja o ensino-aprendizagem com qualidades e equidade.

Sendo assim, avaliar é promover a aprendizagem e cidadania, sendo um processo dinâmico e reintegrador, no qual o papel do professor é fazer as devidas intervenções. Para isso, deve organizar e desenvolver a avaliação de forma que se desenvolva em favor da aprendizagem significativa do sujeito, contribuindo para a formação integral, em especial de crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais com métodos avaliativos verdadeiramente democráticos e emancipatórios, que direcionam esses menores para o caminho real de liberdade através da educação (PERRENOUD, 2009).

Nesse sentido, as ações propostas visam uma avaliação educacional em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Acreditamos que o entendimento da avaliação no sistema socioeducativo em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais proporcionará uma experiência positiva e de muitas potencialidades para todos.

No próximo capítulo, apresentamos algumas propostas para a melhoria da avaliação em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Para tanto, são apresentadas ações para uma gestão da avaliação, contemplando os principais pontos levantados pelos resultados obtidos nos questionários e nas entrevistas, como: a elaboração de estudos sobre as diretrizes; formações pedagógicas; orientações pedagógicas sobre avaliação nas reuniões de módulos. Além disso, é necessário pontuar ser fundamental que a gestão reconheça educandos e educadores enquanto sujeitos do processo da avaliação escolar.

#### **4 PLANEJAMENTO PARA AVALIAÇÕES EM CONSONÂNCIA ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Por meio da pesquisa, percebeu-se que a instituição enfrenta problemas relativos à avaliação, especialmente no que diz respeito ao que é preconizado nas diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Após analisar os questionários e entrevistas dos servidores da escola, pode-se encontrar os principais pontos onde se concentram a problemática no que se refere a avaliação. A partir de tal estudo, este capítulo propõe um plano de intervenção com ações focadas nessa realidade específica.

A primeira ação proposta é a formação de professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. A segunda ação propõe reuniões bimestrais entre gestor, supervisor e professores para elaboração de um plano de avaliação. A terceira ação traz a proposta de palestras com os educandos, para mostrar o processo de inserção deles, na instituição de ensino, bem como as formas como devem entender o processo de ensino e de avaliação que ocorre naquela instituição. A quarta ação propõe palestras com assistentes sociais e psicólogos sobre o perfil de alunos que os professores de uma instituição socioeducativa atendem, bem como a importância do papel do professor nesse percurso e a forma como o ensino e a avaliação devem ser pensados nesse contexto.

O presente PAE foi elaborado com base na técnica 5W2H, que consiste em uma forma de administrar ambientes, muito utilizada por gestores em planos de ação. Segundo Periard (2009),

o 5W2H, basicamente, é um checklist de determinadas atividades que precisam ser desenvolvidas com o máximo de clareza possível por parte dos colaboradores da empresa. Ele funciona como um mapeamento destas atividades, onde ficará estabelecido o que será feito, quem fará o quê, em qual período de tempo, em qual área da empresa e todos os motivos pelos quais esta atividade deve ser feita. Em um segundo momento, deverá figurar nesta tabela (sim, você fará isto em uma tabela) como será feita esta atividade e quanto custará aos cofres da empresa tal processo (PERIARD, 2009, p. 1).

De acordo com Periard (2009), na técnica 5W2H, há sete perguntas, que pretendem deixar claro: o que será feito, por quê, por quem, como, quando, aonde e quanto custará. Dessa forma, todas as ações ficam claramente expostas, sendo delimitados prazos, locais definidos e agentes responsáveis. Todas as ações são apresentadas através dessa ferramenta, que também

facilita a visualização dos objetivos em um processo de avaliação em um sistema socioeducativo.

A próxima seção apresenta a proposta de formação sobre as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Tal ação permitirá que os envolvidos alinhem os trabalhos e a dinâmica da avaliação em um sistema socioeducativo por meio de uma formação específica.

#### 4.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A presente seção busca apresentar uma ação de formação para aprimorar os conhecimentos dos professores sobre a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Tal ação tem como objetivo aproximar o conhecimento dos professores, em busca de proposta de avaliações que serão executadas ao longo do ano.

A sugestão, quanto a essa proposta de formação, foi algo que, após as pesquisas de campo, apareceu como forma de aprimorar a avaliação propostas aos educandos do sistema socioeducativo. Lembramos que os professores apontaram a falta de formação como um entrave e que a teoria mostra o papel que ela tem no desenvolvimento de práticas pedagógicas.

O Quadro abaixo apresenta detalhes da ação que propõe um calendário unificado.

Quadro 12 - Formação de professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem

Objetivo: Propor formação de professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.	
O quê?	Elaboração de uma formação de professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem no atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais durante as reuniões de módulo II.
Por quê?	Porque foi identificado baixo conhecimento dos professores sobre as possibilidades de avaliação formativa seguindo os parâmetros estabelecidos pela legislação.
Onde?	Escola em estudo.
Quando?	Início de cada ano letivo (nas reuniões de módulo II). É importante pensar como adequar a carga horária à rotina dos professores.
Quem?	Gestora escolar, supervisora, professores e representante da SRE.
Como?	Formação anual para estudo sobre a avaliação da aprendizagem no atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais (quem ofertará?).
Quanto?	R\$ 500, 00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fica notório que a formação dos professores contribuiria para o aprimoramento e aperfeiçoamento na elaboração da avaliação da aprendizagem, em consonância com as

diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, para, assim, melhorar a prática pedagógica desses profissionais.

Para essa formação, que será ministrada pela supervisora e acompanhada durante as reuniões de módulo II<sup>16</sup> ao longo dos bimestres, o objetivo será formar todos os professores que atuam no sistema socioeducativo e, ao mesmo tempo, sensibilizar o gestor e o representante da SRE, que poderão entender que avaliar nunca foi algo fácil, por isso temos uma gama enorme de estudiosos que pesquisam sobre o assunto e, quando se trata de avaliar em um sistema socioeducativo, ainda é algo mais complexo.

Para dar transparência ao processo, é importante que tudo seja registrado em ata, fotos, entre outros documentos que servirão de respaldo para o trabalho ao longo do ano letivo.

Cumprir notar que tal ação será conduzida por um profissional contratado para ministrar a formação aos professores, supervisora e gestora, após licitação realizada pelo Colegiado Escolar, com recursos oriundos da Caixa Escolar, de maneira orientada pela SEE/SRE e priorizará um compartilhamento na tomada de decisão, pautado na legislação e orientações legais sobre a avaliação escolar no sistema socioeducativo. Nessas condições, é importante dizer que tal iniciativa propõe soluções para amenizar as dificuldades que os professores possuem em avaliar. Nesse sentido, o primeiro encontro apresentará a importância da avaliação diagnóstica, o 2º encontro a diferença entre avaliação formativa e somativa e assim por diante.

#### 4.2 REUNIÕES BIMESTRAIS ENTRE GESTOR, SUPERVISOR E PROFESSORES PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AVALIAÇÃO

Como foi apresentado ao longo das entrevistas, uma das dificuldades no sistema socioeducativo é a avaliação. Para isso, existem as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, que orientam e proporcionam um olhar holístico sobre o tema, ou seja, é um direcionamento aos professores.

Ficou perceptível, durante o estudo de caso, que existe uma lacuna entre a prática pedagógica dos educadores da escola em estudo e o que preconiza às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Com base na afirmação acima, a presente seção busca apresentar uma proposta de estudo diretrizes pedagógicas, realizada com periodicidade bimestral no contraturno e conduzida pela

---

<sup>16</sup> Cumprir notar que serão destinadas datas específicas, visto que no Módulo II também são debatidas outros pontos importantes da aprendizagem, que não podem ficar prejudicados.

supervisora para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Observa-se que esses estudos proporcionaram momentos de reflexão e têm como objetivo orientar a elaboração do plano de avaliação em que os professores serão estimulados a estudar mais a fundo as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais e, assim, refletir sobre a prática pedagógica e colocar em ação avaliações voltadas para o cunho formativo, não se ancorando apenas nas avaliações somativas.

No Quadro abaixo, são apresentadas ações que norteiam as reuniões bimestrais e que serão de grande ajuda para melhorar o processo avaliativo na instituição em estudo.

Quadro 13 - Reuniões bimestrais entre gestor, supervisor e professores para elaboração de um plano de avaliação

<b>Objetivo: Elaborar um Plano de avaliação com base em</b> reuniões bimestrais entre gestor, supervisor e professores para estudo do documento: as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no estado de Minas Gerais.	
O quê?	Desenvolver um <b>Plano de avaliação com base em</b> reuniões bimestrais entre equipe escolar para estudo do documento às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais para montar um <b>plano de avaliação para cada bimestre</b> .
Por quê?	Melhorar o processo de avaliação, que esteja de acordo com às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.
Onde?	Escola em estudo.
Quando?	Início do ano letivo de 2021 e com frequência mensal (é preciso demonstrar como caberá na rotina dos participantes e como deverá ser feito esse estudo). Eles lerão o documento? Alguém conduzirá...? Sozinhos será suficiente? Ou deverá vir alguém de fora?
Quem?	Diretora, supervisora e professores.
Como?	Reuniões para discutir a avaliação, no que tange às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.
Quanto?	Não gerará custos para os cofres públicos, pois será custeado pela gestora.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Após cada reunião, será montado um plano de avaliação para cada bimestre, que será executado em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Espera-se, com essas ações, que o contexto da avaliação na instituição atenda às expectativas proposta nos documentos norteadores.

O principal objetivo dessas reuniões é criar ações que possam vir ao encontro de avaliações que estejam em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

### 4.3 PALESTRAS COM OS EDUCANDOS SOBRE O PROCESSO AVALIATIVO NA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA

Por se tratar de um assunto que gera diversos estudos, a presente ação visa apresentar o processo de inserção dos educandos infratores, na instituição de ensino, bem como as formas de avaliação que deverão estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

No estudo aqui proposto, percebeu-se uma lacuna na efetivação dessa prática pedagógica referente à avaliação. Além disso, é importante que os educandos percebam que estão sujeitos a um processo de avaliação e é importante que saibam como ele ocorre.

Nesse sentido, serão propostas palestras com os educandos sobre o processo avaliativo na instituição socioeducativa, bem como as formas de avaliação que deverão estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

No Quadro abaixo, são apresentadas as ações que norteiam as palestras com os educandos sobre o processo avaliativo na instituição socioeducativa.

Quadro 14 - Palestras com os educandos sobre o processo avaliativo na instituição socioeducativa

Objetivo: Propor palestras com os educandos sobre o processo avaliativo	
O quê?	Promover palestras com os educandos sobre a forma que serão avaliados na instituição de ensino.
Por quê?	Dialogar com os educandos sobre a importância da avaliação da aprendizagem e sua vida social.
Onde?	Prédio da escola.
Quando?	Fevereiro e junho de cada ano.
Quem?	Supervisora escolar.
Como?	Palestras para os educandos ingressos na instituição de ensino com a supervisora sobre as formas de avaliação que deverão estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.
Quanto?	Não oferecerá custos aos cofres públicos, pois serão custeadas pela gestora da Unidade de ensino.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Por meio desta ação, temos como objetivo propor palestras com os educandos sobre o processo avaliativo na instituição socioeducativa, a fim de contextualizar os alunos sobre como serão e deverão ser avaliados. Isso proporcionará a eles um olhar holístico das formas de

avaliação, criando informações essenciais que poderão contribuir para diminuir o seu tempo de permanência na instituição.

Espera-se que, com tal ação, possamos, além de contextualizar os educandos sobre o processo avaliativo, venha a contribuir para que os professores possam alinhar suas avaliações em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

#### 4.4 PALESTRAS COM ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS

A presente seção tem como objetivo propor o oferecimento de palestras com assistentes sociais e psicólogos sobre o perfil de alunos que os professores de uma instituição socioeducativa atendem, bem como a importância do papel do professor nesse percurso e, de forma mais objetiva, a avaliação que eles fazem da aprendizagem desses educandos.

Nos dias de hoje, o mundo contemporâneo modificou progressivamente as antigas formas de ensino e de avaliação. Embora na escola o objetivo final seja a transmissão e a construção do conhecimento, as relações interpessoais merecem atenção, pois a transmissão do conhecimento implica sempre uma interação entre as pessoas.

É importante salientar a importância que as palestras com assistentes sociais e psicólogos com os professores. Elas poderão abrir novos olhares sobre esses educandos, já que serão oferecidas por profissionais que possuem conhecimentos complementares ao processo educativo.

A presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas pode contribuir significativamente com a efetivação de direitos e políticas públicas tão essenciais aos adolescentes em medida socioeducativa.

A Psicologia e o Serviço Social são profissões que apresentam significativa contribuição para o campo da educação na medida em que possuem atuação sólida – seja ao desenvolvimento à criatividade e às relações interpessoais (entre tantas outras), seja no campo da proteção social e da participação familiar e comunitária – impactando diretamente nos processos de ensino-aprendizagem.

É certo dizer também que o convívio social tem se tornado cada vez mais complicado. Buscando melhorar as relações interpessoais, deve-se, inicialmente, compreender que cada pessoa tem sua complexidade e personalidade própria, que é construída ao longo de sua vida, o que acarreta em ter, no mesmo ambiente, pessoas com formas diferentes de ver os fatos, a vida e o trabalho, influenciados, seja pelo ambiente familiar em que o indivíduo vive, seja pelos

aspectos culturais da sociedade em que está inserido, ou, ainda, pela idade ou estágio de amadurecimento, dentre outros fatores.

Com base nesse foco, apresenta-se o Quadro abaixo. Nele, está proposta uma ação que visa proporcionar, aos servidores da escola, uma palestra bimestral sobre relacionamento interpessoal.

Quadro 15 - Palestras com assistente social e psicólogo

Objetivo: Propor palestra com assistente social e psicólogo para os professores	
Quê?	Ciclo de palestras sobre o perfil de alunos que os professores de uma instituição socioeducativa atendem, bem como a importância do papel do professor nesse percurso e, de forma mais objetiva, a avaliação que eles fazem da aprendizagem desses educandos.
Por quê?	Sensibilizar os professores sobre a importância do papel do professor em escolas que atendem ao sistema socioeducativo, bem como a forma de avaliação que eles fazem da aprendizagem desses educandos.
Onde?	Prédio da escola.
Quando?	Fevereiro de cada ano.
Quem?	Assistentes sociais e psicólogos
Como?	Palestras para os professores com assistentes sociais e psicólogos.
Quanto?	A palestra não gerará custo, pois buscaremos parcerias com a prefeitura e outros setores para encontrar palestrantes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Sendo assim, palestras trimestrais sobre o tema acima descrito visam sensibilizar, criar estratégias com outras áreas, para que o educador entenda e se sensibilize com o contexto dos educandos e, a partir daí, possa entender que a avaliação em uma instituição de ensino que atende a um sistema socioeducativo precisa seguir certas diretrizes e que são essenciais tanto a aprendizagem pragmática, quanto a aprendizagem social.

Por meio delas, os profissionais poderão ser motivados a trabalhar de forma diversificada, entendendo o contexto dos educandos por outros pontos de vista na busca de melhores recursos para a aprendizagem dos alunos e para o crescimento da própria escola.

As entrevistas mostraram que a vida cotidiana das instituições que atendem alunos em medidas socioeducativas é complexa. A visão dos professores nem sempre contribui para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma coerente aos moldes necessários. A educação precisa reconhecer isso, já que aponta o enobrecimento dos sentimentos como sua necessidade mais urgente. Por isso, acredita-se que a relação entre o desenvolvimento dos professores e a avaliação da aprendizagem pode tornar o conhecimento mais eficaz para a vida e contribuir para a melhoria da aprendizagem, tanto em sala de aula como na escola como um todo, ou, ainda, para a vida.

Sendo assim, observa-se que a palestra com esses profissionais (assistentes sociais e psicólogos) para os professores poderá nortear o papel do gestor e da supervisora, que poderão interagir de forma mais ampla e intensa, ao propor que as avaliações estejam em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Será enfatizado que a avaliação não consiste somente na obtenção de notas para os educandos poderem passar de ano, mas sim que possui grande significado para o processo educacional e a vida social.

Logo em seguida, apresenta-se as considerações finais, bem como ponderações alcançadas ao longo da dissertação. Trata-se de apresentar as conclusões mais significativas, bem como o estudo de caso que oportunizou entender em campo, as visões dos servidores no que tange a avaliação, que deverá estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação se propôs a estudar e problematizar o processo de avaliação na Escola Estadual Marechal Floriano, que compõe o sistema socioeducativo e propor ações para minimizar as dificuldades decorrentes dessa situação. A temática foi escolhida para a pesquisa, uma vez que se trata de algo novo no campo acadêmico e, ao mesmo tempo, é uma questão vivenciada na prática pelo pesquisador que investigou e discorreu sobre o assunto.

A pesquisa mostrou que a própria comunidade escolar tem dificuldade em lidar com a dura realidade pela qual passa o ensino-aprendizagem nas escolas do sistema socioeducativo. Entraves como a credibilidade em relação a quais conceitos podem ser modificados, literaturas de apoio para subsidiar com eficiência as estratégias de desenvolvimento e ministração das aulas são alguns que apareceram durante a pesquisa de campo. O processo como um todo é complexo e esperamos que, com este trabalho, possa vir outros a serem investigados com o intuito de dirimir tais dificuldades, para, assim sendo, com outras pesquisas desta natureza, teremos, para esse público, em específico, uma bibliografia de relevância, além, é claro, de os professores avaliarem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, em específico na escola campo de estudo.

Com base nessa conclusão, foram propostas ações diversas, como: formação de professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais; reunião entre gestor, supervisor e professores para estudo do documento: as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais; palestras com os educandos, para mostrar o processo de inserção deles na instituição de ensino, bem como as formas de avaliação que deverão estar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais; e palestras com assistentes sociais e psicólogos sobre o perfil de alunos que os professores de uma instituição socioeducativa atendem, bem como a importância do papel do professor nesse percurso e, de forma mais objetiva, a avaliação que eles fazem da aprendizagem desses educandos.

Outro ponto que se observou ao longo da pesquisa e foi constatado nas entrevistas e questionários é o fato de que não somente os professores, mas também a gestora e supervisora não proporcionam uma aprendizagem conforme preconizado nas diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Percebeu-se,

pelas respostas dos professores, que, embora o trabalho da supervisora os ajuda em sua prática docente, no que tange à avaliação ainda existe uma lacuna que gera problemas no sistema e forma de avaliar. Sendo assim, não se apresentam efetivas, o que gera conflitos, pois a comunidade escolar não é convidada a participar.

Com base nessa problemática, criou-se uma proposta que parte do princípio de haver, nesse processo, uma nova forma de avaliação. Para isso, faz-se necessário haver reuniões e formações com o intuito de entender e discutir propostas de avaliação que estejam em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Outro diagnóstico feito após a análise final parte do princípio de que existem muitas resistências por parte dos professores em adequar a avaliação proposta aos educandos para que elas estejam em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, propõe-se uma ação que prevê reuniões semestrais, palestras, entre outras que poderão contribuir de forma significativa para a melhoria do processo avaliativo nessa instituição de ensino. Além disso, tais medidas podem contribuir para uma aproximação entre essas pessoas. No contexto da escola, a iniciativa contribuirá para uma nova forma de avaliar que tem a oportunidade de normatizar as avaliações e buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem.

Percebeu-se, ao longo da pesquisa, que ainda existem muitas dificuldades em discorrer sobre o tema. Em um primeiro momento, isso ocorreu devido ao tema avaliação ser algo mais latente em literaturas de escolas que não atendem ao sistema socioeducativo, em seguida, por ser algo que ainda não ganhou grande relevância para os educadores que atuam nesse contexto. Nesse prisma, observa-se que as limitações existem e espera-se que este estudo possa contribuir de forma significativa para futuras pesquisas, visto que não pretendemos esgotar o tema.

Por fim, conclui-se, ainda, que a avaliação em escolas que atendem alunos em medidas socioeducativas ainda é um tema que merece muito destaque em nossa literatura, pois é algo complexo, com lacunas que só serão preenchidas por meio do diálogo, da empatia e quando nos colocarmos no lugar do outro.

Esta pesquisa foi de grande relevância, pois colaborou com o entendimento de que a escola deve ser um espaço onde as pessoas podem e devem educar para o respeito mútuo. Nesse processo, não só os professores, mas todos aqueles que dela fazem parte, têm um importante papel na construção dessa caminhada. É através do fortalecimento desses vínculos de afeto entre professor, funcionários e alunos que todos podem ser protagonistas de uma nova

sociedade: mais justa e solidária e, acima de tudo, mais humana, em que avaliar seja muito mais do que aferir notas.

Conclui-se, então, que, para haver uma avaliação que esteja em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais, é preciso que a escola (professores, supervisora, gestora) estejam abertos ao novo, que estudem, se debruçem em cima de documentos norteadores e que estejam dispostos a fazer o diferencial. Nesse processo e para se alcançar esses objetivos, a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem é essencial.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. C. R. **A Gestão Escolar na promoção do Direito à Educação de Socioeducando Privados de Liberdade – DF**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19337/1/2015\\_LianaCorreiaRoqueteDeAlbuquerque.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19337/1/2015_LianaCorreiaRoqueteDeAlbuquerque.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.
- ALENCAR, M. L. et al. Avaliação e intervenção em classes especiais. *Ensaio*, v. 2, n. 1, p. 63-78, out./dez. 1994.
- ALMEIDA, M. M. **Construção de proposta de avaliação dos fatores de risco de proteção para uso de redes sociais para o uso de drogas no contexto das redes sociais, de adolescentes em conflito com a lei**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18576/1/2009\\_MariliaMendesdeAlmeida.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18576/1/2009_MariliaMendesdeAlmeida.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.
- AMARAL, L. T. **Instituições de Internação para Adolescentes em Conflito com a Lei: a inserção dos amigonianos em Minas Gerais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2080/1/dissertacao\\_LETICIA%20TOLEDO%20O%20AMARAL.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2080/1/dissertacao_LETICIA%20TOLEDO%20O%20AMARAL.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e em avaliação educacional**. Brasília, DF: Liberlivro, 2015.
- ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 153-202.
- ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- BALLESTER, M. *et al.* **Avaliação como apoio a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- BASSEDAS, E. *et al.* **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 1, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990>. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Conanda, 2006. Disponível em: <https://www.funac.ma.gov.br/files/2012/08/SINASE.pdf?x56848>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 14, p. 3, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/01/2012&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=112>. Acesso em: 09 maio 2022.

CORRÊA, O. I. S. **Avaliação do sistema público de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no município de Macapá e sua eficácia como instrumento de garantia de direitos e de inclusão social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp139213.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

DAVOGLIO, T. R. **Instrumentos de avaliação de traços de personalidade psicopática em jovens sul-brasileiros: evidências de validade**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4827/1/000440780-Texto%2bParcial-0.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

EL-KHATIB, U. Os direitos da criança e do adolescente e a situação dita de risco pessoal e social. *In*: FELICIDADE, N. (org.). **Caminhos da cidadania: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos**, São Carlos, EdUFSCar, 2001. p. 89-104.

ESCOLA ESTADUAL MARECHAL PEIXOTO. **Regimento escolar**. Governador Valadares, 2017a.

ESCOLA ESTADUAL MARECHAL PEIXOTO. **Projeto Político-pedagógico**. Governador Valadares, 2017b.

FELICIDADE, N. (org.). **Caminhos da cidadania: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos**, São Carlos, EdUFSCar, 2001.

FIGUEIRÓ, M. E. S. S. **Acolhimento Institucional: a maioria e o desligamento**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

FOGAÇA, F. F. S. **Avaliação de habilidades sociais de adolescentes em conflito com a lei em interações com familiares e amigos**: uma análise de metacontingências. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7380>. Acesso em: 25 fev. 2022.

FRASSETO, F. A. Execução das medidas privativas de liberdade - internação e semiliberdade. *In*: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA. (org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILLANUD; 2016. p. 303-342. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ilanud/book\\_just\\_adol\\_ato\\_infrac.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ilanud/book_just_adol_ato_infrac.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FUCHS, A. M. S. L. **Entre o direito real e o direito legal**: o desafio à efetivação da cidadania do adolescente autor de ato infracional. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

FURLAN, M. I. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: convergências e divergências. São Paulo: Annablume, 2007.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, jul./ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 maio 2022.

GUALBERTO, J. C. C. **Educação escolar de adolescentes em contextos de privação de liberdade**: um estudo de política educacional em escola de centro socioeducativo. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_GualbertoJG\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_GualbertoJG_1.pdf). Acesso em: 06 mar. 2022.

GURALH, S. A. **O regime de privação de liberdade sob enfoque da socioeducação**: experiência do Centro de Socioeducação Regional de Ponta Grossa. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LEMOS, L. B.; LEMOS R. P. S. O Novo SINASE e a Execução das Medidas Socioeducativas Previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. **Semana Acadêmica**, Fortaleza, ed. 16, v. 1, p. 1-14, 2012. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo-onovosinaseeaexecucaodasmedidassocioeducativasprevistasnoestatutodacriancaedoadolescent e.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LIBERATI, W. D. **O Adolescente e ato infracional**: consequências da realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 2.749, de 01 de abril de 2015. Estabelece normas para a organização das escolas estaduais e a designação para o exercício da função pública na rede estadual de educação básica. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**: cad. 1, Belo Horizonte, ano 123, n. 52, p. 27, 02 abr. 2015. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/141302>. Acesso em: 15 maio 2021.

MINAS GERAIS. **Diretrizes pedagógicas para atendimento educacional ao sistema socioeducativo no estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2016. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/diretrizes-pedagogicas-para-atendimento-educacional-ao-sistema-socioeducativo-de-mg-final-xn450m9573oj>. Acesso em: 26 maio 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA M. R. Violência institucional no sistema socioeducativo: quem se importa? *In*: FÓRUM PERMANENTE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE BELO HORIZONTE (org.). **Desafios da socioeducação**: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais. Belo Horizonte: CEAFF, 2015. p. 27-49. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Desafios\\_da\\_Socioeducacao.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Desafios_da_Socioeducacao.pdf) Acesso em: 14 out. 2021.

PAULA P. A. G. Ato infracional e natureza do sistema de responsabilização. *In*: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA. (org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILLANUD; 2016. p. 25-48. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ilanud/book\\_just\\_adol\\_ato\\_infrac.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ilanud/book_just_adol_ato_infrac.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

PEDRON, L. S. **Entre o coercitivo e o educativo**: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8ZLM5K/1/disserta\\_\\_o\\_final\\_\\_luciana\\_da\\_silva\\_pedron.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8ZLM5K/1/disserta__o_final__luciana_da_silva_pedron.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, E. **Mapeamento nacional da situação das Unidades de execução da medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei**. Brasília: IPEA; DCA, 2002.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

SADLER, D. R. Formative assessment and the design of instructional systems, **Instructional Science**, [S. l.], v. 18, p. 119-144, 1989.

SALIBA, M. G. **O olho do poder**: análise crítica da proposta educativa do estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Unesp; 2006.

SARAIVA, J. B. C. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

SOARES, E. R. M.; SILVA, E. F. Avaliação no contexto socioeducativo: desafios e perspectivas. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 107- 121, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/16652/8215>. Acesso em: 15 dez. 2021.

VASCONCELLOS, C. S. Avaliação Classificatória e excludente e a inversão Fetichizada da Função Social da Escola. *In*: FERNANDES, C. O. (org.). **Avaliação das Aprendizagens**: sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014. p. 17-56.

VERONSE, J. R.; LIMA, F. S. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): Breves Considerações. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, [S. l.], n. 1, v. 1, p. 29-46, 2009. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/185/172>. Acesso em: 20 dez. 2021.

**APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA COM A SUPERVISORA DA ESCOLA  
ESTADUAL MARECHAL FLORIANO**

A entrevista tem como objetivo captar a sua opinião e percepção sobre a avaliação em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais pela Escola Estadual Marechal Floriano. Conduzirei a pesquisa com perguntas direcionadas ao tema. A entrevista ocorrerá por meio de um questionário entregue a supervisora que irá devolvê-la de forma física ou virtual. As falas aqui coletadas serão utilizadas para trabalho científico e o seu nome será preservado na divulgação do mesmo. Ressalto que o meu papel aqui é o de pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF). Portanto, não estou aqui para julgar nem opinar. Sinta-se à vontade para falar e colocar a sua opinião, inclusive sobre partes que diz respeito a gestão. Agradeço a participação e auxílio para a realização da minha pesquisa.

Obrigado.

Marcos Alves Fernandes.

**Identificação:**

Instituição: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço: \_\_\_\_\_

“Pergunta quebra gelo”:

Quando às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais passaram a ser utilizadas pela Escola Estadual Marechal Floriano?

**Bloco 1 - Escola**

- 1) Há quanto tempo você atua na escola com a supervisão escolar e qual a sua experiência com o mesmo?
- 2) Como avalia a avaliação da aprendizagem dos educandos?
- 3) Quais as maiores dificuldades de avaliação em uma escola socioeducativa?
- 4) Quais os pontos positivos da avaliação na instituição?

**Bloco 2 – Avaliação da aprendizagem**

- 5) Quais as formas de avaliação da aprendizagem utilizada na instituição?
- 6) Como são definidas as avaliações da aprendizagem?
- 7) Quais as dificuldades para o desenvolvimento das avaliações mediante às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?
- 8) Em quais disciplinas a avaliação da aprendizagem é mais complexa? Por quê?
- 9) Como são acordadas as formas de avaliação da aprendizagem com os professores?
- 10) Existe dificuldade em avaliar a aprendizagem mediante às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

### **Bloco 3 - Professores**

- 11) Quais as dificuldades apresentadas pelos professores no que se refere a avaliação da aprendizagem mediante às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?
- 12) Como é o trabalho dos professores em uma instituição socioeducativa?
- 13) Como é a convivência entre os atores escolares (alunos, professores e servidores)?
- 14) Relate a sua visão sobre o processo de avaliação da aprendizagem dos educandos, por parte dos professores em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.
  
- 15) Quais dificuldades um supervisor encontra em propor, juntamente com os professores uma avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

### **Bloco 4 - Gestão**

- 16) Como as questões envolvendo a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais são resolvidas pelo gestor?
  
- 17) Quais reuniões realizadas com a gestão você e os professores já participaram para propor uma avaliação da aprendizagem mediante às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?
  
- 18) Com que frequência essas reuniões ocorrem?

19) Avalie a atuação do gestor nas questões envolvendo a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

20) Por fim, em sua opinião, o que precisaria ser melhorado na avaliação da aprendizagem para elas estarem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

21) O que pode ser feito para que a avaliação da aprendizagem seja boa para a instituição de ensino?

22) Como o gestor pode contribuir para que a avaliação da aprendizagem esteja em consonância com as diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES DA ESCOLA  
ESTADUAL MARECHAL FLORIANO**

Você está recebendo um Questionário que é um instrumento de pesquisa que tem como objetivo captar as percepções, impressões e opiniões das pessoas sobre um assunto. Não se preocupe porque os dados aqui coletados são para uso científico e os nomes de vocês não serão identificados na publicação do trabalho, portanto, não é necessário assinar ou escrever o nome. O assunto aqui abordado é a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais da Escola Estadual Marechal Floriano a. Sintam-se a vontade para responderem e expressar a sua opinião, inclusive sobre partes que diz respeito a gestão.

Obrigado.

Marcos Alves Fernandes.

**Identificação:**

Instituição: ESCOLA MARECHAL FLORIANO

Função: PROFESSORA

Tempo: 03 anos Serviço:

**Bloco 1 - Avaliação da instituição**

**1- Como você avalia a instituição?**

- Bom
- Razoável
- Ruim
- Ótima

**2- Quais as maiores dificuldades em se trabalhar em uma instituição socioeducativa?**

*Marque mais de uma opção, se necessário.*

- Dificuldade em se trabalhar o currículo proposto.
- Avaliar os estudantes.
- Relação entre educadores e educandos.
- Falta de incentivos do estado.
- Falta de autonomia para o desenvolvimento de ações de interesse da escola e dos educandos.
- Outros (*descrever*)

---

**3- Quais os pontos positivos da instituição socioeducativa? Marque mais de uma opção, se necessário.**

- Possibilidade de um trabalho com pessoas excluídas da sociedade.
- Interação através de um trabalho desenvolvido em parceria entre escolas e estudantes.

- O convívio social entre educandos e professores de forma diferenciada  
 Flexibilidade no currículo e nas avaliações.  
 Não há pontos positivos.  
 Outros (*descrever*)
- 

## Bloco 2 – Avaliação Escolar

### 4- Como é o processo de avaliação da aprendizagem do educando na instituição de ensino? Marque mais de uma opção, se necessário.

- Ela é feita em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais  
 Método tradicional.  
 Baseada no que o professor considera importante.  
 Orientada pelo supervisor escolar.  
 Outros (*descrever*)
- 

### 5- Você já teve alguma dificuldade em avaliar os educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?

- Sim  
 Não

### 6- Há alguma regra institucional no que se refere ao tema avaliação da aprendizagem na instituição?

- Sim  
 Não  
 Desconheço

### 7- Qual o seu nível de concordância ou discordância em relação às afirmativas a seguir?

	Concordo	Mais concordo do que discordo	Mais discordo do que concordo	Discordo
A utilização da avaliação da aprendizagem está em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.				
Existe um apoio por parte da supervisão escolar no que se refere a avaliação da aprendizagem dos educandos.				

A avaliação ainda segue moldes tradicionais.				
A gestão se preocupa com a avaliação da aprendizagem dos educandos.				
Faz-se necessária a formação para os professores para aprimorar a avaliação da aprendizagem em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.				
A utilização da avaliação da aprendizagem é mais de caráter formativo.				

### Bloco 3 – Aprendizagem dos educandos x avaliação.

#### 8- Existem dificuldades em avaliar a aprendizagem dos educandos?

- Sim  
 Não

#### 9- Como é a relação dos alunos, professores, supervisor e diretor da escola?

- Amistosa  
 Indiferente  
 Conflituosa

#### 10- Quais são os motivos de avaliar a aprendizagem do educando? Marque mais de uma opção, se necessário.

- Diagnosticar  
 Medir  
 Punir  
 Outros (*descrever*)
- 

#### 11- Como são resolvidas as dificuldades de aprendizagem ? Marque mais de uma opção, se necessário.

- Por meio de reuniões  
 Conversas informais  
 Recuperação da aprendizagem  
 Trabalho individualmente

( ) Outros (*descrever*)

---

**12- Qual o seu nível de concordância ou discordância em relação às afirmativas a seguir?**

	<b>Concordo</b>	<b>Mais concordo do que discordo</b>	<b>Mais discordo do que concordo</b>	<b>Discordo</b>
O gestor acompanha o processo de avaliação da aprendizagem.				
O supervisor enfatiza a necessidade de avaliar em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais				
São ofertadas formações aos professores em relação a avaliação e às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais				X
Existem dificuldades em avaliar a aprendizagem dos educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais.				

**13- O que poderia ser feito para melhorar a avaliação da aprendizagem dos educandos em consonância às diretrizes pedagógicas para atendimento educacional do sistema socioeducativo no Estado de Minas Gerais?**

**ANEXO 1 - ATA Nº 227 DA ESCOLA ESTADUAL MARECHAL FLORIANO**

Ata nº 227 – Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2015, nas dependências da \*Escola Estadual Marechal Floriano, o aluno Wellington Xavier<sup>17</sup>, foi submetido ao recurso de reclassificação, de acordo com os pareceres 1132/97 de 13/11/97, 1153/98 de 11/12/98, 388/2003 e art. 110 III, parágrafo primeiro da LDB, esta reclassificação tem o intuito de avaliar o desempenho do aluno para avançar nos estudos. O mesmo foi avaliado nos diversos conteúdos do 7º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, alcançando as seguintes notas: Língua Portuguesa – 80, 0; Matemática – 60, 0; História – 80, 0; Geografia – 65, 0; Ciências – 80, 0; Língua Inglesa – 70, 0; Artes – 100, 0; Ed. Religiosa – 100, 0; Ed. Física – 80, 0. Sendo aprovado para o 7º ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Sem mais a declarar, eu, Thatiane Silva Romão, lavro a presente ata, que será lida e assinada por todos os responsáveis por este processo.

---

<sup>17</sup> Nome fictício.